

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	22
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	23
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	27
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	28
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	29
1.10 Informações de sociedade de economia mista	32
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	33
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	34
1.13 Acordos de acionistas	35
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	36
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	37
1.16 Outras informações relevantes	38
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	40
2.2 Resultados operacional e financeiro	54
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	58
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	59
2.5 Medições não contábeis	60
2.6 Eventos subsequentes as DFs	61
2.7 Destinação de resultados	62
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	63
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	64
2.10 Planos de negócios	65
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	68
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	69
3.2 Acompanhamento das projeções	70

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	71
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	84
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	85
4.4 Processos não sigilosos relevantes	90
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	106
4.6 Processos sigilosos relevantes	107
4.7 Outras contingências relevantes	108
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	109
5.2 Descrição dos controles internos	114
5.3 Programa de integridade	116
5.4 Alterações significativas	122
5.5 Outras informações relevantes	123
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	124
6.3 Distribuição de capital	132
6.4 Participação em sociedades	133
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	134
6.6 Outras informações relevantes	136
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	137
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	141
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	142
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	147
7.4 Composição dos comitês	159
7.5 Relações familiares	169
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	176
7.7 Acordos/seguros de administradores	219
7.8 Outras informações relevantes	220
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	221

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	227
8.3 Remuneração variável	231
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	233
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	241
8.6 Outorga de opções de compra de ações	242
8.7 Opções em aberto	243
8.8 Opções exercidas e ações entregues	244
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	245
8.10 Outorga de ações	246
8.11 Ações entregues	247
8.12 Precificação das ações/opções	248
8.13 Participações detidas por órgão	249
8.14 Planos de previdência	250
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	251
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	253
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	254
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	255
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	256
8.20 Outras informações relevantes	257
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	258
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	260
9.4 Outras informações relevantes	261
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	262
10.1 Descrição dos recursos humanos	264
10.2 Alterações relevantes	273
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	274
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	275
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	276
10.5 Outras informações relevantes	277
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	278
11.2 Transações com partes relacionadas	279
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	297
11.3 Outras informações relevantes	300
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	301
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	302
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	303
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	306
12.5 Mercados de negociação no Brasil	307
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	308
12.7 Títulos emitidos no exterior	309
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	310
12.9 Outras informações relevantes	311
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	312
13.1 Declaração do diretor presidente	313
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	314
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	315

1.1 Histórico do emissor

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos iniciou suas atividades em outubro de 1961, mas desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, utilizando técnicas artesanais, tendo criado, em 21 de maio de 1951 a sociedade M. Dias Branco & Cia Ltda. para conduzir esses negócios.

A partir de 1953, com a entrada de seu filho, o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade, até então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes foram adotadas nos negócios, especialmente no que se refere aos investimentos, que passaram a ser concentrados na produção industrial, em larga escala, dos biscoitos e massas então comercializados.

No início da década de 1960, a Companhia desenvolveu seu modelo de distribuição pulverizado, com foco no micro, pequeno e médio varejo, por meio de vendas porta a porta e visitas frequentes aos clientes, o que contribuiu para o aprimoramento de sua estratégia comercial e para a expansão das vendas. Esse crescimento levou à transferência do complexo industrial e comercial de Fortaleza para Eusébio, concluída em 1980. Nesse período, a Companhia já possuía a marca Fortaleza, originária da década de 1950 e trabalhava na inserção e consolidação da marca Richester, surgida em 1978, nos seus mercados de atuação.

Por ocasião da desregulamentação do setor de trigo no Brasil, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos negócios da Companhia. Em 1992, foi inaugurada, no Estado do Ceará, sua primeira unidade de moagem de trigo, iniciando o processo de verticalização da produção de biscoitos e massas. Na mesma época, a Companhia também ingressou no competitivo mercado de farinhas e farelo de trigo.

No ano de 2000, foi inaugurado o segundo moinho de trigo, no Estado do Rio Grande do Norte, instalando, no mesmo complexo industrial e com atuação integrada, a sua segunda fábrica de massas alimentícias. Nesse complexo, foi iniciado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de massas.

Em 2002, buscando maior verticalização de seus insumos e ingresso em novos segmentos, foi inaugurada, no Estado do Ceará, uma unidade de produção de gorduras, margarinas e cremes vegetais. Em consequência, a Companhia passou a produzir internamente parte de sua segunda principal matéria-prima para fabricação de biscoitos – a gordura vegetal, além de iniciar sua atuação na atividade de produção e comercialização de margarinas e gorduras vegetais.

No ano de 2003, foi inaugurado no Estado da Bahia o terceiro moinho de trigo, assim como a aquisição do controle total do capital da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, o que proporcionou à Companhia a conquista da liderança no mercado nacional de massas e biscoitos, segundo dados da Nielsen. Com a aquisição da Adria, as marcas Adria, Basilar, Isabela e Zabet foram incorporadas ao portfólio da Companhia, com a incorporação de quatro unidades industriais, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, incluindo três fábricas de massas e duas de biscoitos.

Em 2005, a Companhia inaugurou sua quarta fábrica de biscoitos e sexta de massas, integradas ao moinho de trigo instalado em 2003, reforçando o modelo de integração produtiva, com ganhos logísticos, adoção de tecnologias modernas, ampliação da capacidade para sustentar a expansão nas regiões Sudeste e Sul, e redução de custos na importação de trigo. No mesmo ano, inaugurou, na Paraíba, o seu quarto moinho de trigo e a sua sétima fábrica de massas alimentícias, seguindo o modelo de integração com o moinho, em linha com esse modelo de verticalização e eficiência logística.

1.1 Histórico do emissor

Em abril de 2006, a Companhia passou a ter a denominação atual e em outubro de 2006 realizou sua abertura de capital negociando suas ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o ticker "MDIA3".

Em abril de 2008, dentro de sua estratégia de crescimento por aquisições, foi adquirida a Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., conhecida como Vitarella, empresa do setor de biscoitos e massas com sede no Estado de Pernambuco e forte atuação no Nordeste, especialmente em estados onde a Companhia não possuía participação majoritária. A operação contribuiu para a ampliação da liderança nacional nas vendas de biscoitos e massas, além da sua consolidação no Nordeste.

Em abril de 2011, dando continuidade à estratégia de crescimento por aquisições, a Companhia, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella), adquiriu a NPAP Alimentos S.A., empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas da marca "Pilar", sediada no Estado de Pernambuco.

Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., controladora da Pelágio Oliveira S.A., no Ceará, incorporando as marcas Estrela, Pelaggio e Salsito ao seu portfólio de biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Norte e Nordeste.

Em 2012, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, a qual foi emitida em fevereiro de 2012 e liquidada em 22 de novembro de 2013. No mesmo ano, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda., no Ceará, ampliando sua atuação em moagem de trigo, derivados, biscoitos e massas, com as marcas Predilieto e Bonsabor.

Nos anos de 2012 e 2013, com o intuito de simplificar a sua estrutura societária, as empresas adquiridas foram incorporadas pela Companhia e se extinguíram juridicamente, passando a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos a absorver todos os seus direitos e obrigações.

O ano de 2014 foi marcado pela intensificação dos investimentos, tanto em expansão de linhas de produção de biscoitos e massas como entrada de novas linhas de produtos (mistura para bolos e torradas). Também foi iniciada a construção de um novo moinho de trigo no Estado do Ceará para integrar o processo produtivo. A Companhia realizou ainda a compra, por intermédio de leilão público, de uma unidade de moagem de trigo localizada no Estado do Paraná, com o intuito de acelerar o processo de verticalização de suas unidades na região Sudeste.

Em 2015, entraram em operação dois novos moinhos de trigo: um moinho localizado na cidade de Rolândia/PR e outro localizado na cidade de Eusébio/CE, sendo este último integrado com uma planta de massas, biscoitos e torradas. Isso contribuiu para o aumento da verticalização das nossas unidades, principalmente as localizadas no Estado de São Paulo e na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE. A Companhia também seguiu com a construção de um novo moinho de trigo em Bento Gonçalves/RS integrado à planta de massas e biscoitos.

O ano de 2016 foi marcado por diversos avanços e aprendizados na Companhia, com a busca constante de soluções para viabilizar o alcance dos objetivos planejados para o negócio. Contudo, nenhum fato em 2016 foi mais marcante que a partida do Sr. Ivens Dias Branco, idealizador desta Companhia, que construiu a partir de uma padaria, com muita dedicação e trabalho, a empresa que hoje destaca-se como um dos grandes players globais em biscoitos e massas, líder destes segmentos no Brasil em volume de vendas. Seu exemplo despertou em todos o desejo de honrar o seu legado, de fazer da M. Dias Branco uma empresa ainda maior e melhor.

1.1 Histórico do emissor

Em 2017, a Companhia ampliou investimentos em marketing, com campanhas institucionais, atualização de embalagens e iniciativas de merchandising, para reforço das marcas e estímulo ao *sell-out*, além de implementar melhorias na cadeia de suprimentos, com ganhos em previsão de vendas, nível de serviço e produtividade logística.

Em 2018, a Companhia adquiriu 100% da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., empresa líder no mercado de biscoitos no estado do Rio de Janeiro, com produtos de alto valor agregado, em linha com a estratégia de expansão da Companhia no Sudeste.

Também em 2018, a Companhia avançou na reavaliação da malha logística, realizou a primeira rodada de conexão com *startups* por meio do Projeto Germinar, aprimorou o modelo de precificação, ampliou as exportações, lançou novos produtos e reforçou a agenda ESG com o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, o mapeamento nutricional do portfólio e iniciativas sociais junto às instituições sociais próximas às suas unidades.

Em 2019, a Companhia reorganizou sua estrutura comercial, aperfeiçoou a modelagem de precificação e implantou um modelo de *go-to-market* mais amplo, com foco na expansão da base de clientes. No mesmo ano, iniciou as operações de sua sétima unidade de moagem de trigo, em Bento Gonçalves/RS, ampliando a verticalização e a presença no mercado de farinhas no Sul e Sudeste, além de criar o Comitê de Governança Corporativa e a Secretaria de Governança Corporativa para apoio ao Conselho de Administração, seus comitês e à Diretoria Estatutária.

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia, que impuseram desafios relevantes ao ambiente de negócios. Nesse contexto, a Companhia executou o Projeto Multiplique, com o objetivo de ganhos estruturais de produtividade e eficiência, lançou política de hedge, realizou investimentos em marketing, e revisou a política de dividendos, com aumento da parcela do lucro distribuída aos acionistas e da frequência de pagamentos.

Em 2021, a Companhia adquiriu 100% da Latinex Importação e Exportação de Alimentos S.A (Latinex), com atuação em diversas categorias como biscoitos e snacks saudáveis, temperos, molhos e condimentos, com as marcas Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co. A aquisição reafirmou o compromisso da Companhia com a criação de valor em longo prazo para seus acionistas, reforçando a presença em healthy food (saudabilidade) e snacks, além de marcar a entrada nos segmentos de temperos, molhos e condimentos,.

Em 2022, a Companhia avançou em sua estratégia de crescimento por aquisições, com a compra de 100% do capital social da Nutrition & Sante do Brasil Ltda., titular da marca Jasmine, ampliando sua atuação em alimentos saudáveis, orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks e produtos sem glúten, e da Darcel S.A. e da Cacama S.A., detentoras da marca Las Acacias, uma das principais marcas de massas no Uruguai. As operações marcaram a entrada em novos segmentos e o avanço da estratégia de internacionalização da Companhia, até então concentrada em exportações para mais de 40 países, além de agregar ao portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

Também em 2022, foi anunciada aliança com a então Omega Geração S.A., atualmente Serena, para geração de energia destinada ao consumo pela Companhia em suas unidades produtivas, por meio de parques eólicos no Maranhão, sob o regime de autoprodução por equiparação, em linha com a estratégia de diversificação da matriz energética com fontes renováveis.

No mesmo ano, os conflitos na Ucrânia e a crise humanitária associada ampliaram as incertezas no cenário macroeconômico global e pressionaram os preços das *commodities* agrícolas, com impacto direto sobre as principais matérias-primas da Companhia. Ainda assim, a Companhia preservou sua

1.1 Histórico do emissor

resiliência por meio de gestão eficiente, disciplina na gestão de custos e despesas e contínua evolução do nível de serviço.

Em 2023, destaque para o Programa Simplifique, projeto que viabilizou a implementação do SAP como sistema integrado de gestão a partir de 2024, e para a certificação Great Place to Work, que reconhece empresas como excelentes lugares para trabalhar. Além disso, destaque para a classificação A no CDP Clima (Carbon Disclosure Project), e para a revisão da Política de Remuneração aos Acionistas, com aumento do *payout* de 60% para 80% e do pagamento fixo trimestral de R\$ 0,05 para R\$ 0,06.

Em 2024, destaque para a implementação de iniciativas para o crescimento, como a unificação do time comercial sob uma única Diretoria nacional, estruturação de um time focado em *food service*, alocação do time de Gestão de Receita na área financeira e esforço coordenado para a redução do SG&A e estrutura organizacional, além de ajustes na malha logística, de produção e de distribuição.

O ano de 2025 foi marcado por uma transformação da área comercial, com a criação de quatro frentes de crescimento com maior clareza de papéis e processos, disciplina de execução e foco no *sell-out*: produtos principais (biscoitos, massas e margarinas), *food service* (farinhas, farelo e gorduras industriais), produtos saudáveis e snacks, e negócios internacionais.

No mesmo ano, a Companhia evoluiu a Política de Remuneração aos Acionistas, com a adoção de pagamentos mensais de dividendos de R\$ 0,03 por ação a partir de abril de 2025, totalizando R\$ 0,09 por ação no trimestre. Dessa forma, reafirma o compromisso de geração de valor aos acionistas, preservando ao mesmo tempo os recursos necessários para a execução da estratégia de crescimento com lucratividade.

A M. Dias Branco é uma empresa com cobertura nacional, líder nacional na comercialização e fabricação de biscoitos, massas alimentícias, granolas e cookies saudáveis, com processo produtivo verticalizado, marcas fortes, sistema de distribuição com grande penetração no micro e pequeno varejo, flexibilidade de produção, certificações que asseguram a qualidade de processos e produtos, além de uma equipe de executivos experiente e alinhada com os interesses de seus acionistas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia está presente no mercado alimentício brasileiro há mais de 70 anos e atua nas linhas de produtos de biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, snacks, bolos, misturas para bolos, torradas, healthy foods (saudabilidade), granolas e pães sem glúten, tendo como objeto social as seguintes atividades:

- a industrialização e comércio de biscoitos; massas; bolos; mistura para bolos; snacks; salgadinhos; torradas; farinha de trigo e outros produtos derivados do trigo; refrescos em pó; pães industrializados; molho de tomate; achocolatado em pó; mix de castanhas e sementes, cereais matinais e chocolate, barra de cereal, batatas, biscoito de arroz c/ chocolate, chips, chocolate, molhos, pastas de amendoim, sal, temperos, xaropes;
- a fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação;
- a produção, comercialização e importação de matérias primas e o fomento agrícola de produtos necessários a consecução do seu objeto social e materiais secundários, incluindo a produção e comércio de embalagens, a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens;
- a importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento;
- a participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias;
- atuar como operador portuário das suas unidades localizadas em portos organizados;
- a geração e comercialização de energia e equipamentos para a geração de energia, bem como qualquer outra atividade acessória a fim de viabilizar a implantação de projetos de geração, aproveitamento ou comercialização de energia relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;
- a coleta, transporte, tratamento, reciclagem, reutilização, destinação e/ou comercialização de sucata e resíduos sólidos próprios e/ou de terceiros; o reaproveitamento de tais resíduos, em seu ciclo de transformação ou em outros ciclos produtivos de terceiros, ou outra destinação final ambientalmente adequada (para logística reversa), entre outras atividades correlatas relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;
- a prestação de serviços de consultoria, treinamento, planejamento, desenvolvimento, gestão e implementação de projetos, suporte e operação necessários ao desempenho das atividades de seus clientes e fornecedores relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia.

Em relação às empresas controladas, a Companhia possui participação em sociedades no Brasil e no exterior. A Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., controlada localizada no Paraná, atua na produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis. As controladas indiretas Darcel S.A. e Cacama S.A., sediadas no Uruguai, atuam na produção, comercialização e distribuição de massas e outros itens como farinha de trigo, mistura para bolos e molhos. A Companhia também mantém investimentos no exterior por meio da M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco Argentina S.A., constituídas para apoiar a intermediação de compras de matérias-primas para o processo produtivo. Atualmente, essas sociedades encontram-se inoperantes, estando em andamento ou em fase de conclusão os respectivos procedimentos de encerramento.

Em relação às operações em conjunto, a Companhia participa da Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (Tergran), com participação compartilhada com outras companhias do setor, para prestação de serviços portuários de descarga e armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, contribuindo para ganhos de produtividade e redução de custos logísticos. A Companhia também detém participação no Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A., empreendimento conjunto com a Bunge Alimentos S.A., voltado à movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia atua no segmento alimentício nas linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, *snacks*, mistura para bolo e torradas. Com a aquisição da Latinex em 2021 e da Jasmine em 2022, a Companhia reforçou a presença em *healthy foods* (saudabilidade) e *snacks*, além de entrar nas categorias de molhos, temperos e condimentos.

Sua estrutura de produção é verticalizada. Assim, parte da produção de farinha de trigo e gordura vegetal é destinada ao processo produtivo das linhas de produtos. Ademais, a Companhia possui unidades industriais em vários estados do Brasil e uma no exterior, a empresa uruguaia Las Acacias adquirida em 2022, o que lhe permite ter flexibilidade na produção de suas diversas marcas, diminuindo os custos logísticos e aumentando a eficiência de distribuição.

Produtos e Marcas

A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas, que inclui: Vitarella, Adria, Finna, Piraquê, Fortaleza, Pilar, Richester, Estrela, Pelaggio, Bonsabor, Zabet, Basilar, Predilieto, Isabela, Puro Sabor, Adorita, Medalha de Ouro, Amorela, Delicitos, Salsitos, Fit Food, Frontera, Smart, Taste&Co, Jasmine e Las Acacias.

A estratégia de manter várias marcas para produtos semelhantes está relacionada à força e reconhecimento de cada uma em seus mercados de atuação, permitindo atender diferentes perfis de consumidores — das classes A à E — e alcançar diversas regiões do Brasil.

Atualmente, os produtos são agrupados em três grandes categorias: Produtos Principais, Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais, e Adjacências. A tabela a seguir apresenta, em milhões de reais, a receita operacional líquida de cada grupo, bem como a participação percentual de cada categoria sobre a receita líquida total nos períodos indicados.

Receita, volume e preço	2024	2025	Variação AH %
Volume de vendas	1.754,8	1.809,7	3,1%
Preço médio	5,5	5,8	4,7%
Receita líquida	9.662,9	10.437,6	8,0%
Produtos Principais *	7.521,9	8.069,6	7,3%
Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais **	1.659,1	1.827,9	10,2%
Adjacências ***	481,9	540,1	12,1%

* Biscoitos, massas e margarinas;
** Farinhas, farelo e gorduras industriais;
*** Bolos, *snacks*, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos.

Produtos Principais

Na **categoria de biscoitos**, o portfólio abrange diversos tipos: água e sal/cream cracker, amanteigados, barrinhas, cobertos, doces, maria, maisena, mousse, recheados, rosquinhas, salgados, tortinhas e wafers.

Em massas, a Companhia atua com as variedades: comum, grão duro, sêmola, sêmola com ovos, lasanha, massas para micro-ondas e macarrão instantâneo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Na **categoria de margarinas**, a produção contempla tanto os tipos domésticos quanto os industriais.

O gráfico a seguir apresenta a representatividade das marcas do grupo de Produtos Principais sobre a receita bruta — líquida de descontos e devoluções no exercício de 2025.

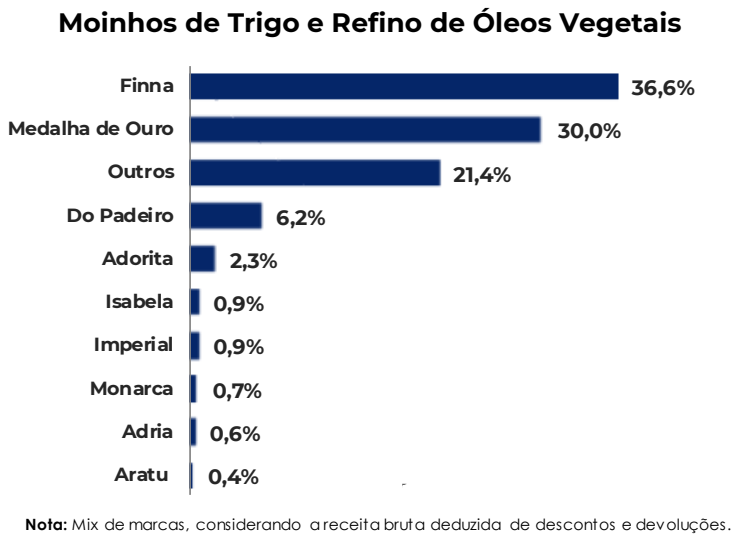


Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais

A Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais incluem farinhas, farelos e gorduras industriais. A categoria de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial e farelo do tipo grosso, fino e remoído. Já na categoria de gorduras, a Companhia produz para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, cobertura, recheio e spray.

As nossas principais marcas de farinha de trigo são Finna, com foco no consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a E, e Medalha de Ouro, destinada a categoria de panificação.

O gráfico abaixo demonstra a representatividade das marcas do grupo de Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais sobre a receita bruta, líquida de descontos e devoluções, no ano de 2025:



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Adjacências

As Adjacências incluem bolos, snacks, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos, com destaque para as marcas Fit Food, Frontera, Jasmine, Piraquê, Adria, Vitarella, Richester e Finna. Seguimos com a estratégia de expansão e fortalecimento de novas categorias de produtos, visando a diversificação do portfólio.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a receita líquida da Companhia é proveniente do segmento de produtos alimentícios, que em 2025 foi de R\$ 10.437,6 milhões (R\$ 9.662,9 milhões em 2024).

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A totalidade do resultado da Companhia advém do segmento de produtos alimentícios, que em 2025 atingiu R\$ 659,8 milhões (R\$ 646,0 milhões em 2024).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do processo de produção

A Companhia conta com um moderno parque industrial estrategicamente localizado nos principais mercados onde atua, com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona as plantas industriais da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Unidade	Localização	Área do Terreno (em m²)	Área Construída (em m²)	Titularidade da Planta
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Eusébio – CE	508.042,39	190.225,91	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Fortaleza – CE	53.332,48	24.596,00	Companhia
Moinho de trigo	Fortaleza – CE	9.655,00	33.678,35	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e Snacks	Maracanaú - CE	148.716,00	51.130,21	Companhia
Moinho de trigo e Fábrica de Massas	Natal – RN	9.923,57	23.784,56	Companhia (arrendatária)
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Mistura para bolos	Salvador – BA	243.884,94	123.479,00	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Cabedelo - PB	37.993,00	32.564,17	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Massas	São Caetano do Sul - SP	12.941,39	12.941,39	Companhia
Moinho de trigo	Rolândia – PR	105.474,32	17.373,11	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Lençóis Paulista – SP	10.497,55	10.497,55	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas	Bento Gonçalves - RS	123.293,00	95.520,14	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Jaboatão dos Guararapes – PE	268.673,90	131.269,23	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Rio de Janeiro - RJ	30.079,00	37.604,00	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Rio de Janeiro - RJ	6.945,00	18.583,00	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Queimados - RJ	72.509,92	37.672,12	Companhia
Fábrica de Granolas, Cookies e Biscoitos, Panificação sem Glúten e Beneficiamento de Grãos	Campina Grande do Sul – PR	32.328,66	14.849,62	Companhia
Fábrica de Macarrão de Trigo Seco e Sêmola de Grano Duro	Montevideo – UY	5.425,00	3.630,00	Companhia

O processo de produção da Companhia não depende significativamente de nenhum dos seus equipamentos considerados individualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No quadro abaixo, são apresentados os principais detentores da tecnologia utilizada no seu processo industrial:

Linha de Produto	Principais Fornecedores de Equipamentos
Biscoitos	Gotesp Equipamentos para Embalagens LTDA, Buhler do Brasil LTDA, Jav Distribuicao de Mat Eletricos e Automacao LTDA, Syntegon Tecnologia de Embalagem LTDA, Martins Com e Manut Indust LTDA, Trisolutions Solucoes em Engenharia LTDA - EPP, RM Revestimentos Monoliticos LTDA, Worktec Solucoes Industriais LTDA, Ibraspack Tecnologia em Embalagem Indust Ria e Comercio LTDA - EPP, Flexlink Systems LTDA, EMF Manut Indust LTDA, Cavanna Maquinas e Sistemas para Embalagens LTDA, Agis Equipamentos e Servicos de Informatica LTDA, Nexanetworks Tecnologia e Negocios LTDA - ME, Systec Comercio de Maquinas LTDA, GP Rocha Locacoes e Servicos para Industria e Construcão - EPP, Mk Digital LTDA - EPP, Jav Distribuicao de Mat Eletricos e Automacao LTDA, Rct Solutions LTDA, Bsb Equipamentos em Aco Inox Eireli - EPP.
Massas	Pak Mak Industria e Comercio de Maquinas LTDA, Gotesp Equipamentos para Embalagens LTDA, Manisa Engenharia Industrial Eireli, Buhler Industria e Comercio de Equipamentos Industriais LTDA, Systempack do Brasil Industria de Maquinas LTDA, Ampla Industria Metalurgica LTDA, Buhler do Brasil LTDA, Sermotec Servicos de Montagens Tecnicas Industrial LTDA, Beijing Wintec Machinery Co., Aluguapo Esquadrias De Alumínio - Eireli - ME, Vbr Logistica LTDA, Flexlink Systems LTDA, Comercial Eletrica P.J.LTDA, Viantec Usinagem e Serralheria Industria L LTDA - Me, EMF Manut Indust LTDA, Martins Com e Manut Indust LTDA, Veikon Equipamentos e Servicos LTDA, Jav Distribuicao de Mat Eletricos e Automacao LTDA, Mega Brasil Ind e Com de Equipamentos Industriais LTDA.
Farinha e Farelo	Sangati Berga S/A, Damian Industria e Comercio e Metalurgia - Eireli, Construtora e Incorporadora Correia & Peixoto LTDA, Construtora Holanda Montenegro LTDA, Jeab Constr e Reforcos Estruturais LTDA, Ramontec Servicos Industriais Eireli, Buhler Industria e Comercio de Equipamentos Industriais LTDA, Engemec Solucoes Industriais LTDA, Kepler Weber Industrial S/A, Santos & Gonzaga LTDA - ME, Swisca Ag, Ceramica Strufaldi LTDA, Sew Eurodrive Brasil LTDA, Imperevest - Impermeabilizacoes e Revest lmentos LTDA - ME, V R Steel Montagens Industriais Eireli - ME, Geosmar Queiroz Da Silva - ME, Wef Engenharia e Automacao LTDA - ME, Buhler do Brasil LTDA, Buhler & Scherler S.A., Loriso Construcões e Servicos LTDA -ME.
Margarinas e Gorduras	Wef Engenharia E Automacao LTDA - Me, Alfa Laval LTDA, Spi Integracao De Sistemas LTDA, Tetra Pak LTDA, Nova Analitica Imp E Exp LTDA, Neo Placas Servicos e Manutencao LTDA - ME, Fluxobras Materiais para Tubulacoes LTDA, Buchi Latinoamerica LTDA, Hewlett-Packard Brasil LTDA, J F Serv e Manut Industriais LTDA, Engemec Solucoes Industriais LTDA, Bruker do Brasil Com e Repres de Produtos Cientificos LTDA, Wts - Water Treatment Systems Engenharia e Comercio de Equipament, GP Rocha Locacoes e Servicos para Industria e Construcão - EPP, SE Construcões Consultoria Comercio e Servicos LTDA ME, Conaut Controles Automatizados LTDA, Jav Distribuicao de Mat Eletricos e Automacao LTDA, Umana Brasil - Assessoria E Consultoria De Recursos Humanos LTDA, Maxi Trust Power LTDA.

As manutenções dos equipamentos utilizados no processo de produção são realizadas de forma sistemática e preventiva, de acordo com um calendário desenhado pela área de engenharia de manutenção, considerando as especificações de cada fornecedor. Os programas de manutenção são preparados de forma a restringir ao máximo o tempo de paradas dos equipamentos.

Ao longo de sua história, a Companhia nunca passou por grandes paralisações do seu processo produtivo, seja por problemas com equipamentos ou por greve dos seus funcionários. Para maiores informações sobre o relacionamento com os sindicatos de empregados, veja o item 10.4 - Relações entre o emissor e sindicatos deste documento.

A tabela a seguir mostra a capacidade de produção e a produção efetiva em mil toneladas, bem como o nível de utilização em cada uma das unidades industriais da Companhia, nos períodos indicados:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	2024	2025
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoito, Massas e Mistura para bolos (Salvador - BA)	768,5	762,8
Moinho de Trigo (Fortaleza - CE)	445,8	445,8
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Cabedelo - PB)	346,9	348,7
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas (Eusébio - CE)	479,6	474,8
Fábrica de Biscoitos e Massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	335,1	333,4
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Natal - RN)	412,9	412,4
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Fortaleza - CE)	360,0	360,0
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas (Bento Gonçalves - RS)	563,1	600,1
Fábrica de Massas (São Caetano do Sul - SP)	90,1	97,3
Fábrica de Biscoitos (Lençóis Paulista - SP)	35,7	19,0
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e Snacks (Maracanaú - CE)	171,6	176,9
Moinho de Trigo (Rolândia - PR)	139,1	139,1
Fábrica de Biscoitos e Massas (Rio de Janeiro-RJ)	149,6	143,1
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Rio de Janeiro - RJ)	0,0	0,0
Fábrica de Biscoitos (Queimados - RJ)	30,4	31,8
Fábrica de Biscoitos, Snacks e Temperos (São José dos Pinhais - PR)	2,5	5,1
Fábrica de Biscoitos, Pães, Cereais e Granolas (Campina Grande do Sul - PR)	15,6	15,6
Fábrica de Massas (Montevidéu - UY)	18,3	18,2
Capacidade Total de Produção	4.364,8	4.383,8
Produção Total	2.565,4	2.649,8
Nível de Utilização da Capacidade	58,8%	60,4%

Processo Produtivo

Para melhor compreensão do processo de produção da Companhia, as informações são detalhadas por linha de produtos.

Biscoitos

A principal linha de produtos na geração de receitas para a Companhia é a de biscoitos, nas subcategorias: Cracker, Maria, Maizena, Recheados, Secos e Doces, Wafer, Salgados, Cookies, Cobertos, dentre outros.

O processo de produção dos biscoitos varia por subcategoria, e está dividido em: recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de embalagem, moagem e peneiração de açúcar, inversão de açúcar, preparação de cobertura, dosagem de matérias-primas e ingredientes, mistura dos ingredientes, fermentação, adição de farofa, laminação/estampagem/corte, moldagem, deposição, e corte por arame, forneamento, adição de recheio, adição de creme vegetal em spray, resfriamento natural, adição de recheio, resfriamento forçado, empilhamento, empacotamento, encaixotamento, palletização, estocagem e distribuição.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O início do processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Nesta etapa os ingredientes utilizados são divididos em três categorias:

- Microingredientes, que são aqueles utilizados em pequena quantidade, até aproximadamente 3 kg, com exceção de alguns ingredientes que compõem as soluções, estes podem chegar até 8 kg;
- Ingredientes intermediários, que são aqueles dosados em médias quantidades, acima de 3 kg até 45 kg;
- Macroingredientes, que são os ingredientes utilizados em grandes quantidades, controlados e dosados de forma automatizada.

Após o fracionamento dos ingredientes, estes são misturados e homogeneizados por mixers (masseira). A massa proveniente desta mistura é acondicionada em carros/cubas de aço inox e seguem para a etapa de fermentação ou tombamento.

Para os biscoitos fermentados, a etapa de preparação de massas é dividida em duas fases: a primeira fase é denominada de esponja e a segunda fase reforço.

O processo de fermentação é biológico, realizado por microrganismos, que com a presença de açúcares e farinha, transformam amidos e açúcares em álcool e ácido, na primeira fase. Na fase reforço, ocorre a estruturação destas reações, tendo como pontos fundamentais o controle do pH com a adição do bicarbonato de sódio. O tempo de fermentação é um fator importante para determinação do sabor e aeração do produto final.

Após o término da mistura ou da fermentação, a massa é colocada em um carro de aço inox e levada ao tombador, que consiste em dois garfos que elevam o carrinho, tombando-o para dentro de um reservatório com saída para um sistema automático de lonas alimentadoras, seguindo daí para a etapa de laminação/ estampagem.

Na laminação, a massa é trabalhada por banco de cilindros que vão afim e esticam (formação de lâminas) para obter a espessura desejada para a formação da peça. Para cada tipo de produto, pode ser aplicada uma camada de farofa entre as camadas de massa. Para os folhados, há sobreposição de camadas de massa (até 10 camadas) e esta etapa é de suma importância para conferir a textura e aspecto de folheado (ex.: Crackers)

Ao atingir a espessura padrão final, a massa passa por um sistema com rolos cortadores e marcadores correspondentes a cada produto que conferem o formato da peça. Neste ponto tem-se rígido controle de processo para que o produto tenha suas características definidas e padronizadas. Seguindo, então, para o forno, resfriamento natural e embalagem.

A moldagem caracteriza o formato que é dado para os biscoitos rotativos, como biscoitos amanteigados e recheados. Funciona através de um conjunto de três cilindros: Rolo Estriado (rolo de força), molde (estampo formador) e extração (rolo de borracha) o conjunto utiliza uma faca para retirar o excesso de massa no estampo formador. A massa é pressionada nas cavidades do molde para formar as peças individuais. No caso do biscoito wafer, a massa de consistência bem líquida, sai do misturador e é bombeada e depositada por meio de um tubo furado, diretamente sobre as placas de cozimento do forno.

Passado o processo de laminação, corte, ou moldagem, os biscoitos, caso faça parte de sua especificação, podem receber aplicação de granulados (sal, açúcar, confeitos), posteriormente seguem para o processo de forneamento, onde é realizado o seu cozimento seguindo uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, em conformidade com cada linha de produção e produto. Dependendo do tipo de produto, após esta etapa as peças recebem a adição de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

creme vegetal em spray por meio de pulverização/aspersão em sua superfície. O biscoito já cozido passa por um processo de resfriamento.

Para produto recheado pode ser usado o resfriamento natural e/ou forçado. Isto se faz necessário pois para o processo de aplicação do recheio tem-se temperaturas indicadas para a peça (temperatura ideal para o processo). Os demais produtos possuem um sistema de resfriamento natural que é feito através de troca de calor do produto com o ar ambiente.

Os produtos do tipo recheado recebem após o forneamento e resfriamento uma quantidade de recheio entre as bases, formando um produto do tipo sanduíche. A alimentação de creme nas recheadoras é feita automaticamente através de bombas dosadoras. Após formação do sanduíche o produto segue através de lonas transportadoras por túnel de resfriamento onde ocorre a cristalização do recheio.

Os produtos cobertos de chocolate são alimentados em cobrideiras recebendo uma cobertura de chocolate previamente aquecida, passando aí por uma “cortina de chocolate” (totalmente coberto) ou por uma “superfície” de chocolate (parcialmente cobertos).

Para os wafers, após mistura, a massa é bombeada por tubulações até a aplicação sobre as placas do forno (depósito). Antes da deposição, realizada através do bico aplicador, a massa passa por uma boia que evita a formação de bolhas. Após assada, a placa (casquinha) equaliza a temperatura e umidade em torre de resfriamento natural para facilitar a aplicação de recheio. O bloco (casquinhas mais camadas de recheio) são resfriados em túnel de resfriamento (forçado) para cristalização do recheio e encaminhados para corte, onde a peça tem seu formato definido. Posteriormente segue para o processo de embalagem.

Depois do resfriamento, os biscoitos (exceto biscoitos à granel) seguem para o processo de empilhamento por meio de calhas que funcionam como guias, para em seguida serem conduzidos ao setor de embalagem. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, os biscoitos passam por detectores de metais, com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor, como também utilizamos *checkweight* para garantir o controle de peso conforme a legislação.

O processo de empacotamento do biscoito é todo automatizado. As empacotadoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento/enfardamento manual ou automático depois são organizados em “pallets” em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados.

Massas

A Companhia produz diversos tipos de massas, sendo elas Massa Comum, Massa de Sêmola, Massa de Sêmola com Ovo em Pó, Massa Grano Duro e Massa Instantânea (Lámen e Lámen não frito).

O processo produtivo é o mesmo, diferenciando-se apenas pelos ingredientes adicionados. É iniciado com o transporte (por sistema pneumático) da farinha de trigo dos silos de estocagem para os mini-silos, que são depósitos entre os silos e as masseiras, já localizados na área de produção.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em outra etapa do processo, no misturador de “pré-mix” ou micro dosadoras, são dosados e misturados ingredientes como o ovo em pó e/ou os corantes naturais, farinha de trigo e micro-ingredientes. Essa mistura ou micro-ingredientes, são transportados para mini-silos onde fica até ser misturada à farinha de trigo. A quantidade de micro-ingredientes a ser misturado à farinha, é controlada por um equipamento chamado dosador ou micro dosadoras.

Posteriormente, um sistema pneumático transfere a farinha e o micro-ingrediente para o dosador das masseiras. Nesse dosador, a farinha já misturada aos micro-ingredientes e a água são dosados em quantidades pré-determinadas e proporcionais para seguirem para a próxima etapa do processo.

Na masseira, ocorre a mistura e homogeneização dos ingredientes com a água. Através da rosca de extrusão a massa segue para trafila (molde). O sistema a vácuo permite a retirada de ar, com a finalidade de se prevenir a oxidação, o aspecto áspero e a coloração não característica da massa depois de processada, além de interferir na qualidade durante o cozimento. No caso do lámen a massa é homogeneizada e depositada em uma esteira de maturação.

Ocorrendo a mistura e extrusão da massa, onde a mesma é prensada, seguindo então para a “trafila” que possui certo número de pastilhas que definem o formato do produto. Antes de passar pela trafila, a massa passa pelo salva-trafila e por uma tela (filtro) para não danificar as pastilhas e reter possíveis contaminantes físicos. No caso do lámen, a massa segue para laminação e corte.

Uma vez extrusados nas trafilas, o macarrão é recebido por canas/varas e cortado. Então segue para a etapa de pré-secagem, que é a primeira etapa de secagem do macarrão, onde a massa tomará sua forma definitiva sofrendo uma forte ventilação acompanhada de calor para que não colem entre si, ficando adequada para a secagem final que se dá na “Galeria de secagem”, que também se dá com forte ventilação e calor. No caso do lámen, a massa segue para o corte e dobra e depois para o cozimento.

A etapa seguinte é o resfriamento para ter sua temperatura equiparada com a externa, evitando choque térmico ao entrar em contato com o ambiente. As condições de secagem variam para os diferentes tipos de massa alimentícia e conforme velocidade da máquina.

Após o resfriamento, as massas longas passam por uma serra de corte para que fique no tamanho ideal para ser embalada. As sobras que são geradas no processo de corte da massa são levadas para um moinho e voltam para o processo de produção.

O processo de embalagem é automático, sendo realizado em “empacotadeiras”. Neste processo, os pacotes devidamente pesados e checados automaticamente são submetidos a detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto, realizando a rejeição do mesmo, atendendo assim às normas de Segurança de Alimentos. Em seguida, os pacotes passam pelas “enfardadeiras”, onde serão agrupados em fardos e depois colocados em “pallets” que são conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação e o sistema HACCP. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.

Farinha de Trigo

O processo de produção da Farinha de Trigo está dividido nas seguintes fases: Recepção do Trigo, Preparação do Trigo para Moagem, Moagem do Trigo e Produto Acabado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O trigo é recebido por via marítima e é transferido para os silos de armazenagem do moinho, sendo esta operação realizada por descarregadores mecânicos (portolino). Trata-se de um equipamento de concepção moderna, composto de uma torre que se movimenta no sentido longitudinal do cais, operacionalizado em uma cabine de comando, composto também, por um transportador de corrente móvel para movimentação nos porões do navio e sistema próprio de aspiração, filtragem e recolhimento de resíduos, possuindo ainda uma cabine acústica que abriga o compressor e o sistema hidráulico, para a minimização dos ruídos.

Após a descarga do navio, o trigo passa por uma pré-limpeza. Nesta fase, são retiradas impurezas com dimensões maiores e menores que o trigo, materiais ferrosos e impurezas mais leves que o grão, constituídas basicamente de pó e palha que são adicionadas ao Farelo (subproduto do trigo). Este então será armazenado em silos e entre silos de concreto.

Os silos possuem instalações de transporte e válvulas pneumáticas que permitem operações de transilagem entre eles, gerando uma otimização da capacidade de armazenamento e a aeração dos lotes armazenados por mais tempo.

Todos os processos de movimentação do trigo são submetidos a sistemas de aspiração, compostos de dutos de diâmetros diversos, filtros de manga, ventiladores de média e alta pressão, que recolhem e filtram partículas, o que garante retorno de ar limpo à atmosfera. Vale ressaltar ainda que, o produto aspirado é decantado no filtro e dosado por uma esclusa no silo de resíduo, para que seja adicionado ao farelo.

Antecedendo a moagem, o trigo passa por um processo de “preparação” composto por duas etapas de limpeza, intercalado por uma etapa de umidificação e descanso. A fase de preparação irá garantir a qualidade e um melhor aproveitamento do trigo no processo de moagem.

A moagem de trigo é um processo físico de redução gradual e seletiva que tem como objetivo principal separar a parte interna do grão do trigo, denominada endosperma, da sua casca, reduzindo os produtos intermediários até a obtenção da farinha, que é o produto, e do farelo que é um subproduto do trigo.

O supracitado processo consiste em submeter o trigo e seus produtos intermediários às sucessivas etapas de fragmentação, intercaladas por fases de peneiração e classificação granulométrica e dessimétrica, até a redução das sêmolos em granulometria de farinha.

Nas diferentes passagens de peneiração, ocorridas no processo de moagem, são produzidas farinhas de características qualitativas distintas. Através de transportadores helicoidais, as referidas farinhas são mescladas, resultando em dois tipos de farinhas intermediárias, denominadas “F1” e “F2”. A primeira farinha é mais clara, com baixo teor de matéria mineral retirada da parte mais interna do grão. A segunda farinha, mais escura, tem maior teor de matéria mineral, sendo composta de farinhas retiradas da parte do endosperma mais próxima da casca.

Ambas são transportadas até os silos de farinha através de transportes pneumáticos à pressão, e serão matérias-primas para a mistura e produção de farinhas finais. Ressaltamos que todas as movimentações de farinha são controladas por balanças eletrônicas de fluxo, que em conjunto com as demais balanças de trigo e farelo, são integradas em um sistema on-line de controle de rendimento do processo.

Em um momento seguinte as farinhas “F1” e “F2” são misturadas em diferentes proporções, em conjunto com microingredientes corretores de farinha e complexos de vitaminas. Todas as misturas são comandadas e monitoradas via computador que, em conjunto com um moderno sistema de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

automação e de balanças eletrônicas, garantem alta precisão e confiabilidade na dosagem, tornando-se um dos grandes diferenciais da farinha produzida pela M. Dias Branco.

Das linhas de mistura, as farinhas seguem para os silos de produto acabado onde serão envasados em diferentes cortes de produção, seguindo então para a expedição.

O processo produtivo da farinha de trigo gera um subproduto, denominado de farelo. Os farelos produzidos no moinho são: Farelo Grosso e Farelo Fino. Os farelos produzidos possuem linhas de transporte independentes e podem ser armazenados em silos. Como no armazenamento do trigo, as instalações permitem uma transilagem contínua do farelo, garantindo assim a sua movimentação contínua, o que evita a sua estagnação no silo. O ensacamento do farelo pode ser efetuado em linhas distintas, em sacos de 30 ou 40 kg, que podem ser expedidos diretamente aos caminhões ou estocados em área exclusiva para este fim.

Margarinas e Gorduras Vegetais

No processo de produção das margarinas e gorduras vegetais, a matéria-prima básica utilizada é o óleo vegetal. Os mais comumente utilizados são os óleos de soja – obtido através do esmagamento dos grãos de soja –, o de palma – extraído da polpa da palma – e o de algodão – extraído do caroço deste. Adquirimos estes óleos no mercado nacional e internacional.

A primeira etapa do referido processo é constituída pelo refino do óleo bruto, compreendendo as operações de: neutralização, branqueamento, hidrogenação, interesterificação e desodorização. A neutralização consiste na remoção da acidez livre do óleo bruto, através de procedimentos químicos e mecânicos de centrifugação. No branqueamento, é feita a remoção de impurezas indesejáveis e de pigmentos para clarificar o produto.

Em um momento seguinte, o óleo irá para o processo de hidrogenação que consiste na injeção de gás hidrogênio num reator, em condições determinadas e na presença de um catalisador. Outro processo utilizado é a interesterificação. Neste processo são misturados gorduras totalmente ou parcialmente hidrogenadas com óleos líquidos e com a adição de um catalisador se obtém a reação. O produto final deste processo é conhecido como gordura zero trans. Obtemos assim as gorduras hidrogenadas e/ou interesterificadas (zero trans) que são as bases para a produção das gorduras vegetais.

Na fase de desodorização é feita a remoção de ácidos graxos residuais, responsáveis pelo odor e paladar próprios dos óleos e/ou gorduras, por meio de um processo de destilação com a injeção direta de vapor. Obtém-se, assim, as gorduras vegetais desodorizadas, que são a base para a fabricação das gorduras vegetais para usos industriais diversos como panificação, fabricação de biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e para a fabricação das margarinas.

As gorduras vegetais para uso industrial podem ter diferentes especificações, de acordo com a sua utilização final e às especificações de clientes que precisam de um produto diferenciado.

A margarina é um produto elaborado a partir de óleos e gorduras desodorizados, de origem vegetal, e outros ingredientes tais como: sal, leite, aromas, corantes naturais, estabilizantes, emulsificantes, vitaminas e água. Cada um dos ingredientes é pesado em tanques-balança, sendo adicionados na quantidade correta de acordo com a fórmula do produto, para a obtenção da emulsão.

A mencionada emulsão é composta de uma fase aquosa, com ingredientes hidrossolúveis (sal e conservantes) e uma fase oleosa, constituída de óleo vegetal e/ou gordura vegetal hidrogenada e/ou interesterificada (zero trans), com os ingredientes lipossolúveis (emulsificantes, aromas etc.). Esta emulsão é direcionada para o processo de cristalização e homogeneização, do qual surgirá a margarina.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em seguida, a margarina segue para o acondicionamento, que pode ser em potes ou baldes no caso de consumo doméstico, ou em caixas, no caso de utilização industrial ou institucional.

Após o acondicionamento, a margarina deverá ser estocada em câmaras frias à temperatura entre 8°C e 16°C, dependendo do produto e sua destinação, por no mínimo, 24 horas para sua devida estabilização.

b. Características do processo de distribuição

As vendas da Companhia são preponderantemente efetuadas no Brasil. Em 2025, 97,9% da receita operacional advieram de vendas realizadas no território nacional (97,6% em 2024).

A Companhia possui 24 centros de distribuição, localizados no Brasil e Uruguai, os quais são responsáveis pela comercialização e distribuição de todos os produtos. Não existe comercialização dos produtos da Companhia por empresas de propriedade do acionista controlador.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

A Indústria de Trigo e de Moagem de Trigo no Brasil

Breve Histórico

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210/1967. A Lei 8.096/90 declarou livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência, liberando, como consequência, a comercialização e a industrialização do trigo no Brasil, sem os agentes econômicos estarem mais presos a limites, cotas e controles do governo, inclusive para a importação do grão. Em razão dessa mudança sensível, o setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por consequência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

Aspectos mais recentes

O Governo adota medidas intervencionistas direcionadas ao setor, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas. Na do produtor, onde cobre a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, e na das empresas, com o subsídio no transporte do trigo da região produtora até o moinho.

Apesar de considerável evolução nos últimos anos, a produtividade nacional ainda é baixa em relação aos principais produtores mundiais de trigo. As desvantagens envolvem condições climáticas desfavoráveis à cultura de inverno na maior parte do território nacional o que, associado às características do solo, influencia a qualidade do trigo brasileiro e/ou os custos de produção do grão.

A tabela a seguir apresenta a produção, a importação e o consumo brasileiro de trigo nos últimos 5 períodos, conforme estimativas do USDA (United States Department of Agriculture):

Produção, Importação e Consumo de Trigo no Brasil						
	Produção	Var (%)	Importação	Var (%)	Consumo	Var (%)
2021/22	7.679	22,86%	6.582	2,92%	11.750	-2,49%
2022/23	10.554	37,44%	4.985	-24,26%	11.850	0,85%
2023/24	8.097	-23,28%	5.917	18,70%	12.000	1,27%
2024/25	7.889	-2,57%	6.800	14,92%	11.900	1,67%
2025/26	7.873	-0,20%	6.600	-9,58%	12.350	1,23%

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Como a produção doméstica é insuficiente para suprir o consumo, o Brasil ainda é dependente da importação de trigo, principalmente, da Argentina e Estados Unidos. A colheita de trigo de 2024/25 apresentou redução devido às condições climáticas adversas. O estado do Rio Grande do Sul, principal produtor de trigo do país, sofreu degradação do solo em várias áreas devido às fortes enchentes de maio de 2024.

Aspectos gerais da concorrência da Indústria de Moagem de Trigo

Destacam-se como grandes produtores de trigo a China, a União Europeia, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos.

O Brasil é classificado entre os 10 maiores importadores do mundo. A Argentina é normalmente o principal exportador, enviando trigo durante o primeiro semestre do ano, e os Estados Unidos também são um dos principais exportadores para o Brasil, enviando a maior parte de seu trigo entre os meses de agosto e novembro, de acordo com o USDA (United States Department of Agriculture).

As tabelas abaixo mostram os maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais de trigo, conforme estimativas do USDA:

Maiores Produtores Mundiais de Trigo						
Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Produção Mundial
(Em Mil Toneladas)						
2021/22	138.479	136.946	109.586	75.158	44.804	780.407
2022/23	134.293	137.723	104.000	92.000	44.898	789.194
2023/24	135.375	136.590	110.554	91.500	49.095	791.560
2024/25	121.055	140.099	113.292	81.600	53.851	799.306
2025/26	145.106	140.070	117.945	90.300	54.010	843.840

Maiores Consumidores Mundiais de Trigo						
Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Consumo Mundial
(Em Mil Toneladas)						
2021/22	108.250	148.000	109.882	41.750	30.411	791.438
2022/23	109.000	148.000	108.676	42.250	30.422	791.943
2023/24	110.500	153.500	112.342	39.000	30.161	797.919
2024/25	108.500	150.000	108.961	40.000	31.120	801.017
2025/26	115.500	150.000	107.695	41.700	30.473	818.187

Maiores Exportadores Mundiais de Trigo						
Ano	Rússia	União Europeia	Austrália	Estados Unidos	Canadá	Exportação Mundial
(Em Mil Toneladas)						
2021/22	33.000	31.927	25.958	21.347	14.990	205.165
2022/23	48.000	35.079	32.329	20.262	25.309	216.579
2023/24	55.500	37.974	22.504	19.594	25.659	224.112
2024/25	43.000	27.917	21.295	22.683	28.586	204.504203.500
2025/26	46.000	30.500	26.000	24.500	30.000	224.434

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Conforme dados da ABITRIGO, dados atualizados até o fevereiro de 2019 (último levantamento), havia, no Brasil, 165 moinhos de trigo em atividade. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas aos principais fornecedores da matéria-prima).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Indústria de Massas no Brasil

Breve descrição do Setor de Massas no Brasil

O mercado de massas é um mercado maduro e com alto nível de penetração nos lares. O processo produtivo permite ao produtor de um tipo de massa produzir qualquer outro tipo, com pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos. A flexibilidade da indústria na adaptação do processo produtivo com necessidade de baixos investimentos, permite ao produtor a oferta de uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto. A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

Desempenho Recente do Setor de Massas no Brasil

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste para o período indicado:

Setor de Massas				Setor de Massas			
Participação de mercado - Volume vendido				Participação de mercado - Faturamento			
	Brasil	Nordeste	Sudeste		Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	26,5%	50,5%	19,0%	M. Dias Branco	25,7%	52,7%	17,7%
J. Macedo	14,4%	20,4%	16,9%	Selmi	14,6%	5,7%	17,2%
Selmi	13,5%	4,9%	16,8%	J. Macedo	13,4%	20,3%	14,9%
Camil	6,1%	0,1%	13,5%	Camil	6,2%	0,2%	13,3%
Vilma	4,0%	1,3%	8,1%	Barilla	4,8%	0,7%	6,9%
Tondo	2,6%	0,0%	2,0%	Vilma	4,6%	1,6%	9,0%
Outros	32,9%	22,8%	23,7%	Outros	30,7%	18,8%	21,0%

Fonte: Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2025)

A Indústria de Biscoitos no Brasil

Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil

Os biscoitos, assim como massas, possuem um mercado maduro com alto nível de penetração nos lares. Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia (que a incorporou posteriormente), a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma empresa de capital nacional.

Desempenho Recente do Setor de Biscoitos no Brasil

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de biscoitos nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste para o período indicado:

Setor de Biscoitos				Setor de Biscoitos			
Participação de mercado - Volume vendido				Participação de mercado - Faturamento			
	Brasil	Nordeste	Sudeste		Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	30,5%	52,9%	22,3%	M. Dias Branco	26,6%	47,7%	21,0%
Marilan	7,9%	5,9%	9,9%	Mondelez	9,6%	4,9%	7,6%
Mondelez	5,9%	2,3%	7,6%	Bauducco	9,0%	5,0%	10,6%
Bauducco	5,8%	2,5%	7,2%	Nestle	7,2%	4,6%	7,9%
Nestle	5,5%	2,8%	6,5%	Marilan	7,1%	5,6%	8,6%
Arcor	5,0%	0,5%	9,9%	Arcor	4,9%	0,6%	9,0%
Outros	39,4%	33,1%	36,6%	Outros	35,6%	31,6%	35,3%

Fonte: Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2025)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

i. Condições de competição nos mercados

Concorrência

A M. Dias Branco atua no mercado em categorias bastante competitivas e com a presença de outras empresas tradicionais, nacionais e multinacionais, tais como Nestlé, J. Macedo, Mondelez, Bunge, Bauducco, Arcor, Brasil Foods e Marilan, dentre outras. A Companhia enfrenta, também, concorrência de pequenos fabricantes locais que possuem boa aceitação em certos mercados em vários segmentos. Para o melhor entendimento sobre o mercado de atuação da M. Dias Branco, apresentamos seus principais concorrentes nas categorias mais importantes:

- Biscoitos: Marilan, Nestlé, Mondelez, Bauducco e Arcor;
- Massas: Selmi, J. Macedo, Camil, Vilma, Barilla e Tondo;
- Farinha de trigo: Bunge, J. Macedo, Viterra, Santa Clara, Anaconda e Moinho Cearense;
- Margarinas e gorduras vegetais: Bunge, BRF e JBS;
- Bolos: Bauducco e Bimbo;
- *Snacks*: Pepsico e São Braz;
- Mistura para bolo: Dona Benta, Fleishmann, Renata, Sarandir e Vitamilho; e
- Torradas: Bauducco, Wickbold, Marilan e Visconti.
- Saudáveis: Mãe Terra, Nestlé e Vitao.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade relevante.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram no ano de 2025 com 55,3% dos seus custos dos produtos vendidos. Vale destacar também a importância das embalagens no processo produtivo da Companhia, que representaram 9,5% dos custos dos produtos vendidos no ano de 2025.

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não mantém contratos de exclusividade com fornecedores dessas matérias-primas. No entanto, muitos de seus fornecedores têm relacionamento de longo prazo.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não é dependente de qualquer fornecedor específico.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O trigo, o óleo vegetal e o açúcar são considerados *commodities* e seus valores podem sofrer flutuações relevantes decorrentes de períodos de safra, eventos climáticos, dinâmica de oferta e demanda global e decisões de política econômica. Nessas situações, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos. Para o trigo,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

principal matéria-prima, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques, que pode variar de dois a quatro meses de consumo, no entanto, esse procedimento pode ocasionar variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado.

Nesse contexto, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações on-line com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Assim, avalia-se o momento mais oportuno para a aquisição de commodities, podendo firmar contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, com preço fixado ou a fixar. Dessa forma, fica exposta ao risco de variação nos preços das commodities, ao risco de variação cambial ou a ambos. Como mecanismo para reduzir os níveis de incerteza e assegurar maior previsibilidade em suas operações, a Companhia utiliza instrumentos derivativos, em conformidade com sua política de hedge.

O preço das embalagens é relativamente volátil, uma vez que tende a acompanhar o preço do petróleo que, historicamente, sofreu grandes flutuações.

A oscilação nos preços do trigo e do óleo vegetal (de soja ou de palma), nos mercados interno e externo, afeta significativamente os custos de produtos vendidos da Companhia, uma vez que são as principais matérias-primas utilizadas no seu negócio.

Ademais, dentre as principais matérias-primas da Companhia, parte do trigo e do óleo vegetal são comprados de fornecedores no exterior, o que expõe os seus preços a variação cambial. Em 2025, 70,3% do trigo e 55,6% do óleo consumido na Companhia foram adquiridos através de importações.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2025, 7,1% da receita líquida de descontos e devoluções foi originada do maior cliente da Companhia, cujo valor total foi R\$ 874,1 milhões.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A origem da receita do maior cliente foi decorrente da venda de todas as linhas produtos da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Regulação de Vigilância Sanitária

A Companhia desenvolve atividades relacionadas à produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos, estando, portanto, sujeita à regulação e fiscalização do Poder Público, em especial do MS - ANVISA e do MAPA. A Companhia também está sujeita às leis trabalhistas, ambientais, comerciais, tributárias e outras leis no curso normal de seu negócio. Visando fornecer os elementos necessários à compreensão das suas atividades, apresentamos, a seguir, os principais aspectos da atual regulamentação a que se sujeitam os produtores e comercializadores, em relação aos seguintes produtos alimentícios: (i) farinha de trigo e farelo; (ii) biscoitos; (iii) massas e lámen; (iv) margarinas; e (v) cremes, gorduras e óleos vegetais, (vi) bolos e mistura para bolos, (vii) snacks (salgadinhos de milho, salgadinhos de trigo e snacks de batata), (viii) torradas, (ix) temperos, (x) pães e wraps, (xi) granola e grão, (xii) pasta de amendoim, (xiii) açúcar e (xiv) chocolate.

A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que criou a ANVISA, define entre as suas competências a regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, sendo que entre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária temos os alimentos, inclusive bebidas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e contaminantes. A Resolução RDC ANVISA nº 843/24 e Instrução Normativa nº 281/24, elenca os produtos alimentícios que devem ser registrados perante a ANVISA, notificados e aqueles que são comunicados ao órgão.

Adicionalmente, as empresas produtoras e comercializadoras de alimentos devem observar a regulamentação referente à rotulagem de produtos, tanto com relação aos aspectos técnicos, definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, MAPA, Inmetro, Ministério da Justiça, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 986/69 e demais normas sobre rotulagem, quanto com relação à defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Vale ressaltar, ainda, que as empresas que desenvolvem atividades relacionadas à produção, industrialização, distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos, previamente ao início de suas atividades, deverão estar devidamente licenciadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da legislação aplicável, que expedirá Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou ainda registradas perante ao MAPA com a expedição do Registro de Estabelecimento.

As fábricas e estabelecimentos da Companhia relacionados à produção, armazenamento, distribuição, manipulação e transporte de alimentos observam as regras de licenciamento impostas pelas autoridades locais competentes. Ainda, de acordo com a legislação sanitária, e sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a não observância da legislação sanitária, em especial a operação de unidades sem o devido licenciamento sanitário e a comercialização de produtos sem os respectivos registros ou notificações poderão ser consideradas infrações puníveis, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de advertência, multa, apreensão de produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição de propaganda, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, e/ou cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento, nos termos da Lei nº 6.437/77, garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório em regular processo administrativo a ser instaurado pela autoridade competente.

A Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão de qualidade e segurança de alimentos, garantindo cumprimento dos requisitos legais, bem como a satisfação de nossos clientes e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

consumidores. A qualidade e segurança de alimentos é um valor e sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações para manter e melhorar a qualidade e segurança de nossos produtos. Vale destacar que as unidades localizadas em Eusébio (CE) – Fábrica Fortaleza, Fortaleza (CE) - GME, Maracanaú (CE), Jaboatão dos Guararapes (PE) - JGU, Aratu (BA) – GMA, Bento Gonçalves (RS) – BG, Queimados (RJ) - QMD e João Pessoa (PB) - GMT nas categorias (ii) biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; (v) cremes, gorduras e óleos vegetais e (viii) torradas, possuem Sistema de Gestão de Qualidade e Segurança de Alimentos certificado conforme NBR ISO 9001:2015 e FSSC 22000 v6.0, respectivamente.

Legislação ambiental

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Violações à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) podem, ainda, caracterizar crime ambiental, resultando na aplicação de sanções penais, tais como: a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos a ela, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Ressalte-se que as sanções administrativas e penais serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados, haja vista que as três esferas de responsabilidade ambiental – administrativa, criminal e civil - são diversas e independentes. Na esfera civil, os danos ambientais podem implicar responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como, por exemplo, a disposição final de resíduos, não exime sua responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente e suas condicionantes atendidas.

A ausência de licença ambiental, independentemente, de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades. Ademais, é

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

importante ressaltar que a Resolução nº 237/97 do CONAMA prevê que a solicitação de renovação de uma LO deve ser realizada em até 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de validade, para que a validade da licença seja prorrogada automaticamente até que o órgão ambiental se manifeste acerca da renovação.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

A Companhia executa todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes, e mantém sistema de controle de legislação ambiental implantado em suas Unidades Fabris. Todas as suas unidades operacionais foram submetidas a processo de licenciamento ambiental e encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação. A tratativa das demandas relacionadas aos órgãos ambientais, ocorre de forma respeitosa e transparente.

Produtos controlados

Em suas atividades industriais, a Companhia utiliza produtos controlados pela Polícia Federal, como, hidróxido de sódio, entre outros, que são empregados no processo de tratamento de seus efluentes. Para o uso de tais produtos, a Companhia mantém as licenças exigidas pela legislação aplicável e protocola mensalmente a demanda utilizada.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental. A conservação do meio ambiente sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações, especialmente na tentativa de equilibrar o crescimento socioeconômico, com vista à materialização de um efetivo desenvolvimento sustentável. Em 2025, a Companhia investiu em torno de R\$ 6,18 milhões para o cumprimento da regulação ambiental e em ações voltadas para a conservação e gestão ambiental, manutenção de equipe especializada no tema, dentre outros. Vale destacar que as unidades da Companhia localizadas no Eusébio (CE) e em Jaboatão dos Guararapes (PE) possuem Sistema de Gestão Ambiental certificado conforme NBR ISO 14001:2015. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental. Em suas atividades, a Companhia utiliza recursos hídricos provenientes de captação superficial, subterrânea, captação pluvial ou, ainda, de abastecimento público por empresas concessionárias, além de águas de reuso. A Companhia dispõe de outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando aplicáveis, para todas as captações de água superficial e subterrânea que realiza em seus empreendimentos. Algumas unidades da Companhia dispõem de Estação de Tratamento de Efluentes em função de sua localização e tipo de efluente gerado. Outras unidades localizadas em áreas urbanas ou industriais que dispõem de rede pública coletora de esgotos, e lançam seus efluentes nestas. A Companhia busca, com isso, atender os padrões de emissão estabelecidos na legislação aplicável. As atividades industriais da Companhia geram resíduos sólidos que são gerenciados, segundo a legislação ambiental aplicável, desde sua geração e segregação até sua destinação final. Tais resíduos incluem materiais recicláveis como papel e papelão, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, e ainda lodos de estações de tratamento de efluentes, produtos fora dos padrões de qualidade da Companhia ou com prazo de validade vencido e embalagens vazias, entre

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

outros. Dependendo do tipo e classe do resíduo, a Companhia os envia para o tratamento mais adequado, dentre estes, coprocessamento, fabricação de coproduto, incineração, reutilização, descontaminação, devolução ao fornecedor, reciclagem ou para aterros devidamente licenciados. Em 2024, a empresa migrou seu procedimento de qualificação de destinadores de resíduos para sistema instalado, a fim de minimizar riscos relacionados a essa atividade. A empresa aderiu em 2015, ao Programa Dê as Mãos para o Futuro, para recolhimento de embalagens pós consumo, em atendimento a Lei 12305/2010. Em 2025, a empresa permaneceu aderente ao programa, agora com outro nome, Mãos Pro Futuro, atendendo as metas de Logística Reversa advindas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), instituído por meio do Decreto N° 11.043/2022. Ademais, apesar de remota, a Companhia não descarta a eventual possibilidade de ser responsabilizada solidariamente por danos ocasionados pelas empresas terceirizadas para gerenciamento de seus resíduos sólidos. Ver a seção “4.1 “h” Fatores de riscos inerentes à regulação dos setores em que o emissor atue”. Em 2022, a Companhia divulgou publicamente seus objetivos e metas de cunho ambiental, através de sua Agenda ESG, e tem avançado com muita solidez no alcance dessas metas.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contrato de *royalties* relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

Em seu portfólio, a Companhia possui mais de 20 marcas, contemplando Adorita, Adria, Bonsabor, Estrela, Isabela, Finna, Fortaleza, Medalha de Ouro, Pelaggio, Pilar, Piraquê, Predilieto, Puro Sabor, Richester, Romanini, Salsitos, Vitarella, dentre outras, e as últimas aquisições Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co, Jasmine e a uruguaia Las Acacias.

Em adição, a Companhia possui pedidos de registro de marcas secundárias em análise perante o INPI, que garantem à Companhia o lançamento e divulgação de novos produtos ou novas marcas no mercado. A grande diversidade de marcas visa atender aos diferentes perfis de consumidor e atua de forma complementar em diferentes mercados e categorias de produtos.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Companhia não realiza contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, conforme Política de Anticorrupção, Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Política de Doações e Patrocínios, disponíveis no site de Relações com Investidores.

Nosso relacionamento com órgãos governamentais se dá, principalmente, por meio das associações às quais somos vinculados, bem como contatos de áreas específicas em função de suas atividades.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
	2024		2025	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Receita Líquida	9.431,0	97,6%	10.218,4	97,9%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos anos de 2024 e 2025, as vendas nos países estrangeiros representaram 2,4% e 2,1%, respectivamente, da receita líquida.

As vendas nos países estrangeiros não representam, até o momento, receitas relevantes ao negócio da Companhia. Cabe destacar o fortalecimento da presença nas regiões onde a Companhia já atua e a entrada em novas regiões, comercializando marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*), além da aquisição de Las Acacias, localizada no Uruguai, fortalecendo a estratégia de internacionalização.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes de países estrangeiros, conforme mencionado no item 1.7.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG são reportadas de forma unificada desde 2014 em relatórios de sustentabilidade e integrado. Adicionalmente, divulgamos os principais indicadores de desempenho e as realizações nos aspectos ASG nas divulgações de resultados (*Earnings Release*) e em nosso site na seção de Sustentabilidade.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A elaboração do conteúdo está de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) 2021. Além disso, são divulgados o desempenho em relação aos tópicos e métricas da Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) também são relacionados. Foi mantido o esforço de disseminar o pensamento integrado, atendendo a todos os direcionamentos do International Integrated Reporting Council (IIRC) e International Financial Reporting Standards (IFRS). A apuração dos indicadores financeiros atende a padrões internacionais de contabilidade aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações sobre sustentabilidade no Relatório Anual Integrado são asseguradas conforme Carta de Asseguração emitida pela KPMG Auditores Independentes.

d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório poderá ser encontrado nas versões em inglês, espanhol e português no website [Relatório Anual Integrado 2025 - M. Dias Branco](#). Elogios, dúvidas, reclamações ou sugestões podem ser encaminhados aos e-mails sustentabilidade@mdiasbranco.com.br e ri@mdiasbranco.com.br.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Os temas materiais foram definidos a partir da revisão da Agenda Estratégica ESG 2022-2030, revisada pelo Comitê ESG e aprovada pelo Conselho de Administração. O processo considerou engajamento com stakeholders internos e externos, análises de mercado, benchmarking setorial, riscos potenciais, estratégia de negócios e referências internacionais, resultando na priorização de 15 temas distribuídos nos pilares ambiental, social e de governança.

No pilar ambiental, os temas são: Água, Energia, Mudanças climáticas, Resíduos, Embalagens e materiais plásticos sustentáveis e Combate à perda e ao desperdício de alimentos. No pilar social, os temas são: Relacionamento com as comunidades, Capital humano, Diversidade e inclusão, Saúde e segurança, Alimentos saudáveis e nutritivos e Segurança de alimentos. No pilar governança, os temas são: Riscos e oportunidades em sustentabilidade, Governança, ética e integridade e Cadeia de valor sustentável. O conjunto de indicadores-chave, ligados aos temas prioritários, consistem nas 19 metas públicas, disponíveis em nosso site institucional, além de 26 metas e compromisso internos e 8 compromissos de governança a serem alcançadas até 2030.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Metas públicas de Sustentabilidade

Tema	Indicador	Baseline/ Ano	2025	Meta 2030
Água	Índice do consumo de água (m³/t produtos)	0,42 (2021)	0,43	0,40
	% Reúso de água e de chuva	16,7 (2021)	25,90	30
Resíduos	% Resíduos enviados para aterros em todas as operações	3.233,48 (2021)	864,37	0
	% Embalagens recuperáveis pós consumo	22 (2021)	34,88*	38
Energia	% de utilização de energia renovável do escopo 2	12 (2020)	85,26	90
Mudança Climática	% de redução de emissões absolutas GEE - Escopo 1 e 2	Medição de 2020	18	20
	Adoção de linha de produtos com selo carbono neutro	0	1	2
Embalagens e materiais plásticos sustentáveis	% de embalagens plásticas de produto acabado reciclável, compostável e/ou biodegradável	94 (2021)	97,23	100
Combate à perda e ao desperdício de alimentos	Índice de perda de insumos no processo produtivo	1,25 (2021)	1,04	0,94
	% de redução de descarte de produtos acabados	373,7 t (2021)	61,88	50
Relacionamento com Comunidades	Número de pessoas impactadas pelo programa de fomento ao empreendedorismo e profissionalização no setor alimentício	0 (2021)	51.815	150.000
Saúde e Segurança Ocupacional	Taxa de frequência de acidentes (colaboradores próprios)	0,68 (2021)	0,66	0,50
	Taxa de gravidade de acidentes (colaboradores próprios)	13,53 (2021)	12,56	8
Capital Humano	Índice de satisfação dos colaboradores	71,3 (2018)	73	80
Diversidade e Inclusão	% de mulheres na liderança	26 (2021)	28,69	40
Alimentos Saudáveis e Nutritivos	Liderança no <i>market share</i> em categorias ou segmentos com apelo de saudabilidade e nutrição	0 (2021)	3	4
	Número de pessoas impactadas pelo programa de educação alimentar	0 (2021)	3,1 milhões	10 milhões
Cadeia de Valor Sustentável**	% de compras de fornecedores locais	60 (2021)	88,27	80
Governança, Ética e Integridade	Alcançar os cinco compromissos do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU	2 (2023)	3	5

*Resultado preliminar a data de publicação do Relatório Anual Integrado em 06/04/2026. **Os resultados não incluem trigo. Fonte: Relatório Anual Integrado 2025 da M. Dias Branco.

A abordagem de gestão para todos os temas materiais de sustentabilidade visa prevenir e reparar os impactos negativos causados pela Companhia. Como exemplo, citamos as emissões de GEE (impacto negativo) que são mitigadas por meio da meta de redução dessas emissões e da estratégia de descarbonização da Companhia.

A execução e supervisão da implementação da estratégia de sustentabilidade é apresentada no capítulo sobre Agenda Estratégica ESG no Relatório Anual Integrado 2025 da M. Dias Branco.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais a M. Dias Branco é participante, também foram referências importantes para a elaboração do conteúdo.

Com o relançamento da Agenda Estratégica ESG em 2022 e a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) realizada em 2025, a M. Dias Branco definiu como prioritários 10 ODS para o negócio, considerando sua aderência aos temas materiais e à estratégia corporativa. Embora as práticas da Companhia apresentem sinergias com os 17 ODS, essa revisão consolidou a priorização daqueles com maior alinhamento aos compromissos estabelecidos até 2030, conforme apresentado no Relatório Anual Integrado.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Sim.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim. Divulgamos o resultado do nosso inventário de emissões, nos escopos 1, 2 e 3, nas páginas 92 a 111, dentro do Relatório Anual Integrado 2025, que pode ser encontrado em versões em inglês, espanhol e português no website www.mdiasbranco.com.br, na área de Sustentabilidade ou de Relações com Investidores.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios no último exercício social.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 2.597,7 milhões, representado por 339.000.000 ações ordinárias. Em 2025, não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não existem contratos relevantes celebrados entre a Companhia e suas controladas com terceiros que não estejam relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16 Outras informações relevantes

Estratégia

As principais estratégias da Companhia são:

Expansão do negócio atual.

A Companhia está comprometida em expandir e fortalecer sua posição de liderança nos mercados onde atua, buscando aumentar sua rentabilidade e lucratividade. Para isso, houve a consolidação do time comercial em uma única Diretoria nacional, descontinuando a abordagem de Defesa (Norte e Nordeste) e Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), visando maior eficiência, agilidade e escala. Além disso, a Companhia pretende: (i) aumentar sua presença em regiões onde possui baixa representatividade e fortalecer a presença nas regiões onde já possui presença relevante; (ii) aumentar a base de clientes e, concomitantemente, diversificá-la mediante a entrada em novos canais como o *e-commerce*, e a aplicação dos canais de distribuição e *food service* (restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias); (iii) prosseguir com o processo de fortalecimento de suas marcas, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda; (iv) fortalecer sua estrutura de vendas a pequenos comércios, visando o crescimento da pulverização da base de clientes e a venda de novos produtos mediante uma identificação com os seus produtos líderes de mercado; e (v) lançamento de novos produtos e produtos complementares às linhas existentes que possuam alto valor agregado.

Ampliação das exportações.

A Companhia está comprometida em expandir as exportações, por meio de (i) lançamentos de produtos e embalagens produtos específicos para as necessidades dos consumidores dos mercados externos, combinando qualidade e características valorizadas regionalmente, assim como adequação regulatória das embalagens; (ii) fortalecimento da presença em regiões onde já atuamos e entrada em novas regiões, comercializando as nossas marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*).

Entrada em novas categorias.

A estratégia de entrada em novas categorias possibilita a Companhia diversificar o seu portfólio atual, trazendo produtos de maior valor agregado e que possuem menor dependência do trigo. A entrada em novas categorias poderá ser realizada por meio de processo orgânico com criação e produção internamente de novas categorias através do seu processo de P&D, ou entrada por intermédio de novas aquisições. Em relação às aquisições, a Companhia continua atenta às oportunidades, sejam elas nas linhas de produtos atuais ou outros correlatos, com características tais como: marcas fortes em suas regiões de atuação e ou presença em regiões onde a Companhia não atua; e que possibilitem o aproveitamento de sinergias operacionais e de distribuição.

Melhoria da eficiência operacional e controle de custos.

A Companhia está comprometida em melhorar a eficiência de seus processos a fim de agregar maiores margens. Para isso, pretende aumentar sua produtividade mediante: (i) a otimização do uso de sua infraestrutura; (ii) a otimização da flexibilização de sua cadeia produtiva; (iii) a manutenção de um parque industrial moderno com tecnologias; e (iv) o aumento da eficiência de sua rede de distribuição. Além disso, a Companhia continuará a implementar controles de custos cada vez mais rígidos e modernos, visando aumentar sua lucratividade, inclusive pelo fortalecimento de programas voltados à otimização do consumo de energia e do tempo de estocagem de insumos pelo uso ainda mais intenso das ferramentas de planejamento de compras e de produção.

1.16 Outras informações relevantes

Incentivos Fiscais Federais

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimentos equivalentes a 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais incentivadas, conforme detalhado na tabela a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fabricação de biscoitos, bolos e snacks (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2024 até Dez de 2033

Incentivos Fiscais Estaduais

As subvenções para investimento estaduais de que a Companhia usufrui podem ser descritos conforme tabela a seguir:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	81%	dez/2032
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	dez/2032
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	dez/2032
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	dez/2032
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	De 75% a 80%	jun/2032
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	dez/2032
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 86,36%	dez/2032
Tratamento Tributário Especial – Bento Gonçalves (Unidade Moinho Isabela) – Abatimento de ICMS devido pela sua operação industrial, quitados com recursos do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.		
Moinho de trigo e Fábrica de biscoitos e massas (Moinho Isabela-RS)	32,10% a 39,60%	jul/2027

A Administração da Companhia avalia que vem cumprindo as exigências para obtenção das referidas subvenções. Ademais, não distribui, a título de dividendos, os valores delas decorrentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2025 foi marcado por uma transformação na nossa área Comercial. Realizamos uma reestruturação abrangente, que envolveu a criação de quatro frentes de crescimento: biscoitos, massas e margarinas; food service, com farinhas, farelos e gorduras industriais; saudáveis e snacks; e negócios internacionais. Essa reestruturação reforçou uma atuação já centrada nos consumidores e contribuiu para equilibrar a alocação de investimentos entre Marketing e Trade Marketing.

Nesse contexto, retomamos o crescimento dos volumes e registramos um aumento de 8% na receita líquida e de 2,1% no lucro líquido em relação ao ano de 2024. No mesmo período, registramos EBITDA de R\$ 1,1 bilhão (decrécimo de 7,9% vs. 2024) e geração de caixa operacional de R\$ 1,4 bilhão (crescimento de 137,9% vs. 2024). Esses resultados reafirmam nossa capacidade de operar com resiliência em contextos macroeconômicos complexos, frente à volatilidade do trigo e do câmbio.

Fiéis à estratégia na alocação de capital, a Companhia encerrou o ano com 95,1% da dívida no longo prazo, Rating AAA Perspectiva Estável e alavancagem de -0,5x, dentro de um intervalo que habilita a seguir com o plano de investimento para viabilizar crescimento e expansão.

A M. Dias Branco manteve a posição de liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2025 foi de 30,5% em biscoitos (32,0% em 2024) e 26,5% em massas (28,8% em 2024), conforme dados divulgados pela Nielsen para os períodos acumulados.

Uma característica geral importante, com reflexos relevantes na condição financeira e patrimonial da Companhia, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2025, 99,6% de toda a farinha de trigo e 100,0% de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente (99,6% e 100,0% em 2024, respectivamente).

Para a operação de seus negócios, desenvolvimento e lançamento de novos produtos, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem da comercialização dos seus produtos, com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento relacionados à implantação ou expansão de unidades industriais. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia, por sua vez, advêm de investimentos em expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, aquisição de outras empresas, amortização de dívidas, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No sentido de refletir tais condições financeiras, a Companhia destaca alguns indicadores baseados em índices de liquidez, os quais revelam capacidade satisfatória de saldar as suas obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Índices de liquidez	2025	2024
Liquidez geral	1,50	1,40
Liquidez corrente	2,61	2,20
Liquidez seca	1,86	1,58
Liquidez imediata	0,84	0,79

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 8.238,2 milhões, frente a R\$ 7.998,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, apresentando um acréscimo de 3,0%, proveniente do lucro do exercício e das constituições das reservas, a despeito da distribuição de dividendos. Na mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 1.888,3 milhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R\$ 21,0 milhões.

No final do período, o caixa líquido foi de R\$ 554,1 milhões, frente à dívida líquida de R\$ 24,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, demonstrando solidez crescente face à sua forte capacidade de geração de caixa.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA, em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 1.103,3 milhões, 7,9% menor do que o EBITDA de 31 de dezembro de 2024. Em 2025, os juros e variações cambiais pagos foram de R\$ 169,1 milhões, enquanto o pagamento de recursos por liquidação de operações com derivativos foi de R\$ 149,7 milhões. Desta forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 3,46 vezes dos juros, variações cambiais e derivativos pagos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A tabela abaixo apresenta o caixa líquido (a dívida líquida) da Companhia e a sua relação com o EBITDA.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Endividamento (R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Endividamento total ⁽¹⁾	(1.420,0)	(2.389,6)	-40,6%
Caixa ⁽²⁾	1.923,6	2.177,3	-11,7%
Instrumentos financeiros ⁽³⁾	50,5	187,7	-73,1%
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	554,1	(24,6)	n/a
EBITDA ⁽⁴⁾	1.103,3	1.198,3	-7,9%
(Caixa líquido) Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses	-0,5x	0,0x	n/a

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(1) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures.

(2) Contempla o caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo.

(3) Contempla os instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante.

(4) Conforme a Resolução CVM nº 156/2022, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Resolução CVM nº 156/2022 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Considerando o seu perfil de endividamento, com base no índice Dívida Líquida/Ebitda, o fluxo de caixa significativo gerado pelas atividades operacionais e a posição de liquidez corrente e geral, a Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

De modo geral, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional. No ano de 2025, ocorreram liberações de parcelas relacionadas a financiar projetos de inovação e tecnologia. Assim, a Administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha e instituições de fomento. Entretanto, esses limites aprovados estão destinados para a cobertura de investimentos e não para a cobertura de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro e financiamentos de CAPEX, através de instituições públicas e privadas, como empréstimo em moedas nacional e estrangeira (Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962), FINIMP (financiamento de Importações), captações através de emissões de títulos ou outros, por elas apresentadas.

Emissão de Debêntures para lastrear CRA

Em janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R\$ 811,6 milhões. Em procedimento de *bookbuilding* realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série fazem jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação têm a finalidade de promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da Companhia, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria-prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a Companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das debêntures estava representado por um montante bruto de R\$ 1.083,2 milhões. Em virtude da classificação das debêntures a *hedge* de valor justo, o seu saldo contábil ficou em R\$ 951,3 milhões, já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 21,1 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Endividamento (em R\$ milhões)	Indexador	2025		2024
		Juros (a.a.)	R\$	R\$
Moeda nacional				
FINEP	TR	3,30%	136,4	68,6
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	100% TJLP	-	47,1	40,7
Financiamentos de Tributos Estaduais (FUNDOPEM)	IPCA/IBGE	-	25,8	17,8
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	1,4	2,8
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	8,8	8,0
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê	100% CDI	-	123,2	115,0
Instrumento de Cessão de Quotas da Latinex	100% CDI	-	105,4	95,6
Instrumento de Cessão de Quotas da Las Acacias	100% CDI	-	6,0	19,1
Debêntures	IPCA	3,7992% e 4,1369%	951,3	959,4
			1.405,4	1.327,0
Moeda estrangeira				
Capital de giro (Lei nº 4.131) e exportação	USD	-	-	1.002,3
FINIMP	USD	-	-	52,4
Capital de Giro	UYU	8,33%	14,6	7,9
			14,6	1.062,6
			1.420,0	2.389,6
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			(69,7)	(1.103,5)
Passivo não circulante			1.350,3	1.286,1

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento da Companhia totalizava R\$ 1.420,0 milhões (4,9% no curto prazo e 95,1% no longo prazo), 40,6% menor que o saldo registrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente pelas liquidações de financiamentos realizadas no período.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento das obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024
Vencimento	(Em milhões de reais)	
2026	-	147,5
2027	165,7	113,9
2028	398,6	383,0
2029	235,0	239,1
2030 a 2036	551,0	405,6
Total	1.350,3	1.286,1

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

1. Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía dois contratos financeiros em moeda nacional, que totalizavam R\$ 136,4 milhões. Esses contratos foram celebrados com a seguinte instituição financeira: FINEP.

A tabela abaixo indica detalhes dos dois contratos financeiros em 31 de dezembro de 2025, mantidos pela Companhia:

Contrato	Instituição Financeira	Valor da Contratação (em milhões de R\$)	Juros	Data da Contratação	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2025 (em milhões de R\$)
Financiamento à Inovação	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	78,1	3,30% a.a.	01/12/2023	15/11/2033	50,6
Financiamento à Inovação	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	86,4	3,30% a.a.	17/06/2024	15/07/2036	85,8

A seguir, encontram-se descritos os contratos celebrados pela Companhia com seus principais credores.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha 2 contratos vigentes e relevantes com essa instituição, com saldo de R\$ 136,4 milhões, adquiridos para financiamento de projetos de inovação com vencimento até julho de 2036, indexados à Taxa Referencial.

2. Outros endividamentos relevantes

i. Financiamentos diretos - Aquisição de Quotas/Ações do capital das controladas NPAP Alimentos, Pelágio Oliveira, J. Brandão, Moinho Santa Lúcia e Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S. A., Latinex, Jasmine e Las Acacias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R\$ 244,7 milhões referente aos financiamentos diretos, com destaque para: (i) aquisição da Piraquê, no valor de R\$ 123,2 milhões, composto pela parcela retida do preço, descontada das contingências pagas; (ii) aquisição da Latinex — posteriormente incorporada pela Jasmine — no valor de R\$ 105,4 milhões, composto substancialmente pelas parcelas retidas do preço de compra, associadas a contingências nas quais se discutem responsabilidades dos vendedores; e (iii) aquisição da Las Acacias, no valor de R\$ 6,0 milhões, composto pela parcela retida do preço, a ser amortizada em nov/26 e nov/27, descontada das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores, além de atualização.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com instituições financeiras já foram comentadas em outras seções do documento.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de financiamentos, quando garantidos, utilizam-se de fiança bancária.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024
	(Em milhões de reais)	
Obrigações com garantia quirografárias	4.119,8	4.578,6
Obrigações com garantia real	201,3	192,3
Total do passivo circulante e não circulante	4.321,1	4.770,9

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de financiamentos internos, através de linha de crédito da FINEP, contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

As principais cláusulas contratuais (covenants) estão listadas a seguir:

- Estrutura societária: vedação à alteração ou modificação do controle societário sem a prévia e expressa anuência da instituição financeira credora;
- Situação jurídica: não possuir ações, demandas ou processos pendentes que, se decididos em desfavor da Companhia, possam afetar sua condição financeira, prejudicar a capacidade de cumprir obrigações contratuais ou que versem sobre matérias de responsabilidade social (trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual ou racismo);
- Outras obrigações: correta aplicação dos recursos, conforme a finalidade contratual e o cronograma de desembolso, adimplemento pontual das obrigações financeiras assumidas, cumprimento das leis anticorrupção, antiterrorismo e socioambientais, manutenção das licenças, autorizações regulatórias e ambientais necessárias para operação.

No caso das debêntures, além das cláusulas supracitadas, destacam-se as seguintes: a limitações à alteração do objeto social que implique mudança da atividade principal; a vedação à alienação ou oneração de ativos relevantes e a manutenção, durante a vigência do contrato, do índice financeiro da Dívida Líquida / EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía dois contratos firmados com a FINEP. O primeiro, no valor contratado de R\$ 78,1 milhões, prevê a liberação em três parcelas, das quais duas já haviam sido liberadas até aquela data (R\$ 52,1 milhões). O segundo contrato, no valor de R\$ 86,4 milhões, já teve todas as parcelas liberadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os resumos das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que serão apresentados a seguir foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) –, e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Princípios Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. Tais demonstrações são auditadas pelos Auditores Independentes, de acordo com as normas internacionais de auditoria e as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e que refletem adequadamente o resultado das operações e da situação patrimonial e financeira da Companhia nos respectivos exercícios.

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, demonstração dos fluxos de caixa e outras informações financeiras para os períodos indicados, inclusive os percentuais de variação entre os períodos para cada item das respectivas demonstrações, bem como a representatividade de cada item, sejam em relação ao ativo total, no balanço patrimonial, sejam em relação à receita líquida, na demonstração de resultados.

Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstração do resultado (em R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	AH (%)
Receita operacional líquida	10.437,6	100,0	9.662,9	100,0	8,0
Custos dos produtos vendidos	(7.544,0)	(72,3)	(6.769,5)	(70,1)	11,4
Subvenções para investimentos estaduais	463,4	4,4	432,7	4,5	7,1
Lucro bruto	3.357,0	32,2	3.326,1	34,4	0,9
Receitas (despesas) operacionais	(2.664,5)	(25,5)	(2.491,7)	(25,8)	6,9
Despesas de vendas	(2.067,4)	(19,8)	(1.936,6)	(20,0)	6,8
Despesas administrativas	(452,1)	(4,3)	(417,0)	(4,3)	8,4
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(145,0)	(1,4)	(138,1)	(1,4)	5,0
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	692,5	6,6	834,4	8,6	(17,0)
Receitas financeiras	596,1	5,7	421,7	4,4	41,4
Despesas financeiras	(579,1)	(5,5)	(427,9)	(4,4)	35,3
Resultado operacional - após resultado financeiro	709,5	6,8	828,2	8,6	(14,3)
Resultado da equivalência patrimonial	(1,3)	(0,0)	(5,0)	(0,1)	(74,0)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	708,2	6,8	823,2	8,5	(14,0)
Imposto de renda e contribuição social	(48,4)	(0,5)	(177,2)	(1,8)	(72,7)
Lucro líquido do exercício	659,8	6,3	646,0	6,7	2,1
Conciliação para o EBITDA e EBITDA Ajustado					
Lucro líquido do exercício	659,8	6,3	646,0	6,7	2,1
Imposto de renda e contribuição social	48,4	0,5	177,2	1,8	(72,7)
Receitas financeiras	(596,1)	(5,7)	(421,7)	(4,4)	41,4
Despesas financeiras	579,1	5,5	427,9	4,4	35,3
Depreciação e amortização incluídas no CPV	222,1	2,1	210,7	2,2	5,4
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	190,0	1,8	158,2	1,6	20,1
EBITDA ⁽¹⁾	1.103,3	10,6	1.198,3	12,4	(7,9)

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida. ⁽¹⁾ Conforme a Resolução CVM nº 156/2022, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Resolução CVM nº 156/2022 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço patrimonial (em R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	AH (%)
Ativo circulante	5.831,0	46,4	5.999,1	47,0	(2,8)
Caixa e equivalentes de caixa	1.888,3	15,0	2.152,6	16,9	(12,3)
Depósitos vinculados	14,3	0,1	6,4	0,1	n/a
Contas a receber de clientes	1.843,6	14,7	1.667,9	13,1	10,5
Estoques	1.675,4	13,3	1.687,6	13,2	(0,7)
Tributos a recuperar	230,6	1,8	228,2	1,8	1,1
Imposto de renda e contribuição social	83,8	0,7	61,3	0,5	36,7
Aplicações financeiras	16,4	0,1	17,1	0,1	(4,1)
Instrumentos financeiros derivativos	17,4	0,1	118,6	0,9	(85,3)
Despesas antecipadas	23,3	0,2	23,6	0,2	(1,3)
Outros ativos circulantes	37,9	0,3	35,8	0,3	5,9
Ativo não circulante	6.728,3	53,6	6.769,8	53,0	(0,6)
Realizável a longo prazo	655,6	5,2	677,6	5,3	(3,2)
Aplicações financeiras	4,6	-	1,2	-	n/a
Depósitos judiciais	256,6	2,0	251,4	2,0	2,1
Contas a receber de clientes	-	-	2,2	-	(100,00)
Tributos a recuperar	160,8	1,3	146,2	1,1	10,0
Imposto de renda e contribuição social	53,6	0,4	49,2	0,4	8,9
Instrumentos financeiros derivativos	63,1	0,5	91,3	0,7	(30,9)
Ativos de indenização	94,6	0,8	101,1	0,8	(6,4)
Outros ativos não circulantes	22,3	0,2	35,0	0,3	(36,3)
Investimentos	29,7	0,2	31,1	0,2	(4,5)
Propriedade para investimento	55,4	0,4	55,9	0,4	(0,9)
Imobilizado	3.571,0	28,4	3.590,7	28,1	(0,5)
Intangível	2.416,6	19,2	2.414,5	18,9	0,1
Ativo total	12.559,3	100,0	12.768,9	100,0	(1,6)
Passivo circulante	2.235,1	17,8	2.732,7	21,4	(18,2)
Fornecedores	1.418,6	11,3	1.095,1	8,6	29,5
Financiamentos junto a instituições financeiras	21,4	0,2	1.063,2	8,3	(98,0)
Financiamentos de impostos	20,3	0,2	10,5	0,1	93,3
Financiamentos diretos	15,4	0,1	18,1	0,1	(14,9)
Debêntures	12,6	0,1	11,7	0,1	7,7
Arrendamentos	120,9	1,0	98,8	0,8	22,4
Obrigações sociais e trabalhistas	281,9	2,2	161,1	1,3	75,0
Obrigações fiscais	130,5	1,0	101,8	0,8	28,2
Imposto de renda e contribuição social	32,8	0,3	9,4	0,1	n/a
Subvenções governamentais	8,7	0,1	11,1	0,1	(21,6)
Instrumentos financeiros derivativos	30,0	0,2	22,2	0,2	35,1
Outros passivos circulantes	142,0	1,1	129,7	1,0	9,5
Passivo não circulante	2.086,0	16,6	2.038,2	16,0	16,0
Financiamentos junto a instituições financeiras	129,7	1,0	68,0	0,5	90,7
Financiamentos de impostos	52,6	0,4	48,0	0,4	9,6
Financiamentos diretos	229,3	1,8	222,4	1,7	3,1
Debêntures	938,7	7,5	947,7	7,4	(0,9)
Arrendamentos	201,1	1,6	256,7	2,0	(21,7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	301,3	2,4	289,2	2,3	4,2
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0	-	0,0	(100,0)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	200,7	1,6	191,8	1,5	4,6
Outros passivos não circulantes	32,6	0,3	14,4	0,1	n/a
Patrimônio líquido	8.238,2	65,6	7.998,0	62,6	3,0
Capital social	2.597,7	20,7	2.597,7	20,3	-
Reservas de capital	55,5	0,4	46,4	0,4	19,6
Ajustes acumulados de conversão	4,0	-	4,5	-	(11,1)
Ajustes de avaliação patrimonial	(6,1)	-	(12,3)	(0,1)	(50,4)
Reservas de lucros	5.695,2	45,3	5.380,6	42,1	5,8
(-) Ações em tesouraria	(108,1)	(0,9)	(112,8)	(0,9)	(4,2)
Dividendos adicionais propostos	-	-	93,9	0,7	(100,0)
Passivo total e patrimônio líquido	12.559,3	100,0	12.768,9	100,0	(1,6)

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto	2025	2024	AH (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	708,3	823,2	(14,0)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	412,1	369,0	11,7
Custo na venda de imobilizado e intangível	1,3	1,3	-
Equivalência patrimonial	1,3	5,0	(74,0)
Atualização dos financiamentos, debêntures, variações cambiais ativas e passivas	(22,0)	385,7	n/a
Atualização de aplicações financeiras de longo prazo	(0,2)	(0,1)	100,0
Créditos tributários e atualizações	(69,5)	(80,4)	(13,6)
Atualização de depósitos judiciais	(13,1)	(8,8)	48,9
Juros apropriados sobre arrendamentos	41,8	39,0	7,2
Provisão e atualização para riscos cíveis, trabalhistas e tributários/outras	84,6	66,0	28,2
Provisão (reversão) de despesas/ativo de indenização	2,6	(8,6)	n/a
Ações outorgadas reconhecidas	14,2	17,0	(16,5)
Provisão (reversão) para perdas estimadas de clientes	21,1	23,8	(11,3)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	5,7	(4,7)	n/a
Provisão de IR sobre financiamentos	1,6	2,6	(38,5)
Provisão do valor recuperável dos estoques	16,3	11,4	43,0
Perdas (ganhos) dos contratos de operações com derivativos	301,5	(137,3)	n/a
Ganho em aquisição de participação societária	-	16,8	(100,0)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em depósitos vinculados	(7,9)	(3,6)	n/a
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(194,7)	152,6	n/a
(Aumento) redução nos estoques	7,5	(404,4)	n/a
(Aumento) redução nas aplicações financeiras	0,7	(1,9)	n/a
(Aumento) redução nos impostos a recuperar	19,2	(58,0)	n/a
(Aumento) em depósitos judiciais, líquidos das provisões para riscos	(67,7)	(54,1)	25,1
(Aumento) redução em despesas antecipadas	0,3	(1,5)	n/a
Redução em ativos de indenização	6,6	5,2	26,9
(Aumento) redução em outros ativos	10,6	(11,5)	n/a
Aumento (redução) em fornecedores	284,7	(181,2)	n/a
Aumento (redução) nos impostos e contribuições	35,7	(11,4)	n/a
Aumento (redução) nas obrigações sociais e trabalhistas	120,8	(87,3)	n/a
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	(2,4)	5,3	n/a
Aumento (redução) em outros passivos	26,5	(46,9)	n/a
Juros pagos	(120,3)	(126,8)	(5,1)
Variações cambiais pagas	(48,8)	(36,2)	34,8
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(20,8)	(0,1)	n/a
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	(149,7)	(67,4)	n/a
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	1.407,9	591,7	n/a
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(276,2)	(278,2)	(0,7)
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(18,0)	(49,2)	(63,4)
Aplicação financeira a longo prazo	(5,8)	(0,1)	n/a
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	2,5	1,1	n/a
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(297,5)	(326,4)	(8,9)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(439,0)	(221,8)	97,9
Financiamentos tomados	79,1	1.172,1	(93,3)
Pagamentos de financiamentos	(901,6)	(1.185,8)	(24,0)
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	(50,5)	(100,0)
Pagamentos de arrendamentos	(112,8)	(99,1)	13,8
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(1.374,3)	(385,1)	n/a
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(0,4)	4,6	n/a
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(264,3)	(115,2)	n/a
No início do período	2.152,6	2.267,8	(5,1)
No final do período	1.888,3	2.152,6	(12,3)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(264,3)	(115,2)	n/a

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Receita líquida

Em 2025, a receita líquida atingiu R\$ 10,4 bilhões, apresentando um aumento de 8,0% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento 3,1% no volume de vendas e pela elevação de 4,7% no preço médio. O desempenho foi consistente ao longo dos quatro trimestres, com avanço em todos os grupos de categorias e aumento da participação de mercado.

Receita, Volume e preço	2025	2024	Variação AH %
Volume de vendas	1.809,7	1.754,8	3,1%
Preço médio	5,8	5,5	4,7%
Receita líquida	10.437,6	9.662,9	8,0%
Produtos principais ⁽ⁱ⁾	8.069,6	7.521,9	7,3%
Moinhos de trigo e refino de óleos vegetais ⁽ⁱⁱ⁾	1.827,9	1.659,1	10,2%
Adjacências ⁽ⁱⁱⁱ⁾	540,1	481,9	12,1%

- ⁽ⁱ⁾ Biscoitos, massas e margarinas;
⁽ⁱⁱ⁾ Farinhas, farelo e gorduras industriais;
⁽ⁱⁱⁱ⁾ Bolos, snacks, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos.

Esse desempenho foi sustentado pelo conjunto de iniciativas implementadas ao longo de 2025, que fortaleceram a execução comercial e impulsionaram o crescimento das principais categorias.

Em Produtos Principais, o avanço decorreu do fortalecimento da presença nos pontos de venda (PDV) por meio do programa Loja Perfeita, da redistribuição dos investimentos em marketing e trade marketing e da recuperação dos resultados em mercados chaves e com alto potencial de crescimento, como o Estado de São Paulo.

Em Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais, o crescimento foi impulsionado pelo lançamento de novos produtos, como as farinhas Boulanger e Medalha de Ouro, e pelo fortalecimento de marcas consolidadas, como Finna Mix. A criação da marca M. Dias Branco Profissional ampliou o posicionamento junto aos clientes, ao oferecer soluções integradas e suporte técnico especializado. Além disso, iniciativas para expandir a presença da categoria de farinhas na região Sul, como a retomada da marca Do Padeiro e a captação de novos clientes industriais, contribuíram para ganhos de eficiência operacional nos moinhos.

Nas Adjacências, pode-se destacar o relançamento de Frontera, que passou a contar com produção nacional e nova identidade visual, com proposta de consumo para qualquer ocasião. Além disso, o portfólio seguiu fortalecido com itens diferenciados, como a Granola Premium Low Carb, os pães sem glúten e cookies da Jasmine, e os chocolates da Fit Food, atendendo consumidores que buscam equilíbrio entre sabor e bem-estar.

Custo dos produtos vendidos

Em 2025, os Custos dos Produtos Vendidos apresentaram aumento de 11,4% em relação ao ano anterior, representando 72,3% da receita líquida do período (70,1% em 2024).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Matéria-prima	4.869,3	46,7%	4.314,4	44,6%	12,9%
Embalagens	713,7	6,8%	633,1	6,6%	12,7%
Mão-de-obra	984,2	9,4%	890,8	9,2%	10,5%
Gastos gerais de fabricação	727,4	7,0%	706,7	7,3%	2,9%
Depreciação e amortização	222,1	2,1%	210,7	2,2%	5,4%
Custo das mercadorias vendidas	27,3	0,3%	13,8	0,1%	97,8%
Total	7.544,0	72,3%	6.769,5	70,1%	11,4%

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

A elevação de 2,2 p.p. na representatividade do CPV sobre a receita líquida foi influenciada, principalmente, pela elevação dos custos de matérias-primas (+12,9%), embalagens (+12,7%) e mão de obra (+10,5%).

Em matérias-primas, o crescimento decorreu sobretudo pelo aumento do custo do óleo de palma, influenciado pela alta de 9,4% no preço da *commodity* em Dólar (valor de mercado), pela desvalorização do Real frente ao Dólar (média de 4%) e pelo maior volume vendido de margarinas e gorduras, que cresceu 21,4% no período. Em embalagens, a combinação entre a desvalorização do Real e uma demanda mais aquecida por papelão resultou no aumento dos preços. Já os custos de mão-de-obra refletiram uma base de comparação desfavorável, uma vez que, em 2025, houve o provisionamento de participação nos lucros (PLR), ante estorno registrado em 2024 (no 4T24).

Lucro operacional bruto

Em 2025 vs. 2024, o lucro bruto cresceu 0,9%, sustentado pelo reajuste positivo no preço médio dos produtos vendidos, que compensou parcialmente a redução dos volumes. Apesar desse movimento, a margem bruta recuou 2,2 p.p., passando de 34,4% em 2024 para 32,2% em 2025, pressionada pelo aumento dos custos variáveis, sobretudo pela alta de 9,4% no valor de mercado do óleo de palma e pela desvalorização do Real frente ao Dólar.

Despesas operacionais

Despesas operacionais (R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Vendas	1.944,6	18,6%	1.843,0	19,1%	5,5%
Administrativas e gerais	371,7	3,6%	323,6	3,3%	14,9%
SG&A	2.316,3	22,2%	2.166,6	22,5%	6,9%
Doações	23,3	0,2%	33,2	0,3%	-29,8%
Tributárias	38,2	0,4%	33,4	0,3%	14,4%
Depreciação e amortização	190,0	1,8%	158,2	1,6%	20,1%
Outras desp./(rec.) operacionais	96,7	0,9%	100,3	1,0%	-3,6%
Total	2.664,5	25,5%	2.491,7	25,8%	6,9%

As despesas com vendas e administrativas somaram R\$ 2,3 bilhões, aumento de 6,9% frente ao exercício anterior, correspondendo a 22,2% da receita líquida. Esse crescimento reflete a expansão de 3,1% nos volumes vendidos. Vale destacar que não houve provisionamento de PLR em 2024, o que criou uma base de comparação desfavorável quando comparado com 2025.

Apesar do crescimento em termos nominais, a representatividade das despesas em relação à receita líquida manteve-se estável frente ao ano anterior, refletindo disciplina na gestão e o avanço das iniciativas voltadas à otimização, com foco na eficiência operacional e no rigor na administração dos gastos discricionários.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais e se dividem em estaduais e federais.

A partir de janeiro de 2024, em decorrência da Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, as subvenções concedidas pelos Estados passaram a ser tributadas pelo PIS, COFINS, CSLL e IR. Em contraponto, a Lei instituiu a possibilidade de apuração de crédito fiscal, correspondente à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) aplicada sobre as receitas de subvenção de investimentos, estabelecendo algumas condições que limitam o valor do crédito.

Em 2025, a Companhia fez jus a R\$ 463,4 milhões, valor líquido de tributação mais crédito fiscal sobre as subvenções (R\$ 432,7 milhões em 31 de dezembro de 2024) decorrentes dos incentivos estaduais em vigência.

Para maiores informações, acessar a Nota Explicativa nº 21 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Resultado financeiro

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Receitas Financeiras	596,1	5,7%	421,7	4,4%	41,4%
Despesas Financeiras	(579,1)	-5,5%	(427,9)	-4,4%	35,3%
Total	17,0	-0,2%	(6,2)	-0,1%	n/a

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Em 2025, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de R\$ 17,0 milhões frente ao resultado negativo de R\$ 6,2 milhões em 2024, refletindo a posição de caixa líquido equivalente a 0,5x o EBITDA do período.

Tributos sobre o resultado

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ milhões)	2025	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Imposto de renda e contribuição social	141,3	1,4%	209,1	2,2%	-32,4%
Incentivo fiscal federal	(92,9)	-0,9%	(31,9)	-0,3%	191,2%
Total	48,4	0,5%	177,2	1,8%	-72,7%

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

Em 2025, foi registrada uma provisão de R\$ 48,4 milhões para IR e CSLL. A redução de 72,7% em relação a 2024, decorre, principalmente, da reversão da constituição de tributos diferidos a pagar sobre ganhos não realizados em contratos de swap no ano anterior.

Ebitda e Lucro Líquido

A Companhia encerrou 2025 com EBITDA de R\$ 1,1 bilhão (decréscimo de 7,9% vs. 2024), com margem de 10,6% (12,4% em 2024). O lucro líquido atingiu R\$ 659,8 milhões em 2025, com incremento de 2,1% vs. 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 comparado a 31 de dezembro de 2024

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2025, somava R\$ 1.888,3 milhões (R\$ 2.152,6 milhões em 31 de dezembro de 2024), queda de 12,3% explicada pelas amortizações de dívida, de R\$ 935,3 milhões, aliadas à distribuição de dividendos, na ordem de R\$ 439,0 milhões (sendo R\$ 94,8 milhões remanescentes de 2024) e aos investimentos em imobilizado e intangível, de R\$ 276,2 milhões, que mais que compensaram a forte geração de caixa operacional (R\$ 1,4 bilhão). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, caixa e equivalentes de caixa representavam 15,0% e 16,9% do ativo total, respectivamente.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, somavam R\$ 1.843,6 milhões (R\$ 1.667,9 milhões em 31 de dezembro de 2024), aumento de 10,5% influenciado pela expansão das vendas e pela manutenção de estratégias de negociação junto aos clientes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber de clientes representavam 14,7% e 13,1% do ativo total, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos passou de R\$ 118,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 17,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, redução de 85,3%. Esse decréscimo deve-se, sobretudo, à liquidação de posições para proteção de dívida em moeda estrangeira ao longo de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros derivativos representavam 0,1% e 0,9 % do ativo total, respectivamente.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 1.095,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.418,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 29,5%, em função, sobretudo, dos maiores níveis de compras de matérias-primas no 4º trimestre, aliado à ampliação dos prazos de pagamento de óleo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fornecedores representavam 11,3% e 8,6% e do ativo total, respectivamente.

Financiamentos junto a instituições financeiras

O saldo de financiamentos junto a instituições financeiras somava R\$ 1.063,2 milhões em 31 de dezembro de 2024 e passou para R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. A expressiva queda de R\$ 1.041,8 milhões decorre do vencimento dos contratos de capital de giro em moeda estrangeira junto às instituições financeiras, com destaque para amortizações de FINEXT de R\$ 358,4 milhões no 2T25 e R\$ 557,0 milhões no 4T25. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os financiamentos junto a instituições financeiras representavam 0,2% e 8,3% e do ativo total, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas passou de R\$ 161,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 281,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 75,0%. Essa variação decorre do fato de que, em 2025, foi constituída provisão de participação nos lucros e resultados, enquanto, em 2024, houve a reversão dessa provisão, em decorrência do não atingimento das metas dos indicadores de desempenho corporativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 2,2% e 1,3% e do ativo total, respectivamente.

Obrigações fiscais

O saldo de obrigações fiscais somava R\$ 101,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 e passou para R\$ 130,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, aumento de 28,2% influenciado pelo crescimento das vendas e pela substituição tributária do trigo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as obrigações fiscais representavam 1,0% e 0,8% e do ativo total, respectivamente.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 7.998,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 8.238,2 milhões em 31 de dezembro de 2025, apresentando um aumento de 3,0%, em função da destinação do lucro para constituição de reserva de incentivos fiscais, em contraponto à distribuição de dividendos extraordinários, no valor de R\$ 233,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o patrimônio líquido representava 65,6% e 62,6% do ativo total, respectivamente.

Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 comparado a 31 de dezembro de 2024

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2025 e 2024.

R\$ milhões	2025	2024	Variação
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.407,9	591,7	n/a
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(297,5)	(326,4)	-8,9%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.374,3)	(385,1)	n/a
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(0,4)	4,6	n/a
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(264,3)	(115,2)	n/a

Atividades operacionais

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R\$ 591,7 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.407,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, aumento influenciado pelo crescimento das vendas entre os períodos e liberação de capital de giro, refletida, principalmente, no aumento em fornecedores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atividades de investimentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R\$ 326,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 297,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 8,9%, em virtude de menor montante de amortizações de dívida de aquisição de participações societárias.

Atividades de financiamentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades financiamentos passaram de R\$ 385,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.374,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi influenciado pelo pagamento de dividendos e pelas amortizações de dívida em moeda estrangeira ao longo de 2025.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm da fabricação e comercialização das seguintes linhas de produtos: (i) Produtos principais: biscoitos, massas e margarinas; (ii) moinhos de trigo e refino de óleos vegetais: farinhas, farelo e gorduras industriais; e (iii) Adjacências: bolos, snacks, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos, com ampla presença nacional e alta proximidade com o mercado consumidor.

Receita líquida por linha de produto (em R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Produtos principais	8.069,6	7.521,9	7,3%
Moinhos de trigo e refino de óleos vegetais	1.827,9	1.659,1	10,2%
Adjacências	540,1	481,9	12,1%
Receita líquida	10.437,6	9.662,9	8,0%

Os principais motivos de variações nas receitas em 2024 e 2025 estão descritos e comentados na seção 2.1 item h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No ano de 2025, atingimos R\$ 10,4 bilhões de receita líquida (R\$ 9,7 bilhões em 2024), um crescimento de 8,0%, sustentado pela expansão dos volumes vendidos, aliada ao aumento do preço médio. Em contraponto, houve maior pressão dos custos das commodities, face à maior volatilidade do câmbio e ao aumento do custo do óleo em dólar, dentre outros aspectos. Há de ressaltar, ainda, a base de comparação desfavorável dos custos de mão-de-obra e despesas de pessoal, uma vez que, em 2025, houve o provisionamento de participação nos lucros e resultados, ao passo em que, em 2024, não houve provisão, em decorrência do não atingimento das metas dos indicadores de desempenho corporativo. Assim, mesmo com um cenário de grandes desafios, conseguimos concluir o ano com margem EBITDA de 10,6% e EBITDA nominal de R\$ 1,1 bilhão; lucro líquido anual de R\$ 659,8 milhões, aumento de 2,1% vs. 2024; geração de caixa operacional de R\$ 1.407,9 milhões; além da liquidez com negociações diárias na B3 média de R\$ 18,3 milhões no 4T25 (R\$ 26,0 milhões no 4T24). Temos convicção de que avançamos de forma consistente.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Investimentos consistentes em lançamentos de novos produtos, ações comerciais e de marketing, além de atenção às tendências de mercado, fazem parte da estratégia de fortalecimento das marcas. Em 2025, foram lançados 61 SKUs (*Stock Keeping Units*, ou unidade de manutenção de estoque), com destaque para a Tortilla da marca Frontera, caracterizada por sabores marcantes, ausência de lupa de alto teor, ausência de organismos geneticamente modificados (OGM) e formulação sem glúten, conforme já destacado no tópico 2.10.c novos produtos e serviços.

Outras variações nas receitas da Companhia que possam ser atribuídas a modificações em preços, taxas de câmbio, inflação, alterações em volumes e introdução de novos produtos, estão comentadas nos itens 2.1.h Receita líquida e 2.10.c Novos produtos e serviços.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, em virtude das oscilações dos preços dos seus principais insumos, e flutuações nas taxas de câmbio e de juros, em função das suas obrigações de empréstimos e financiamentos.

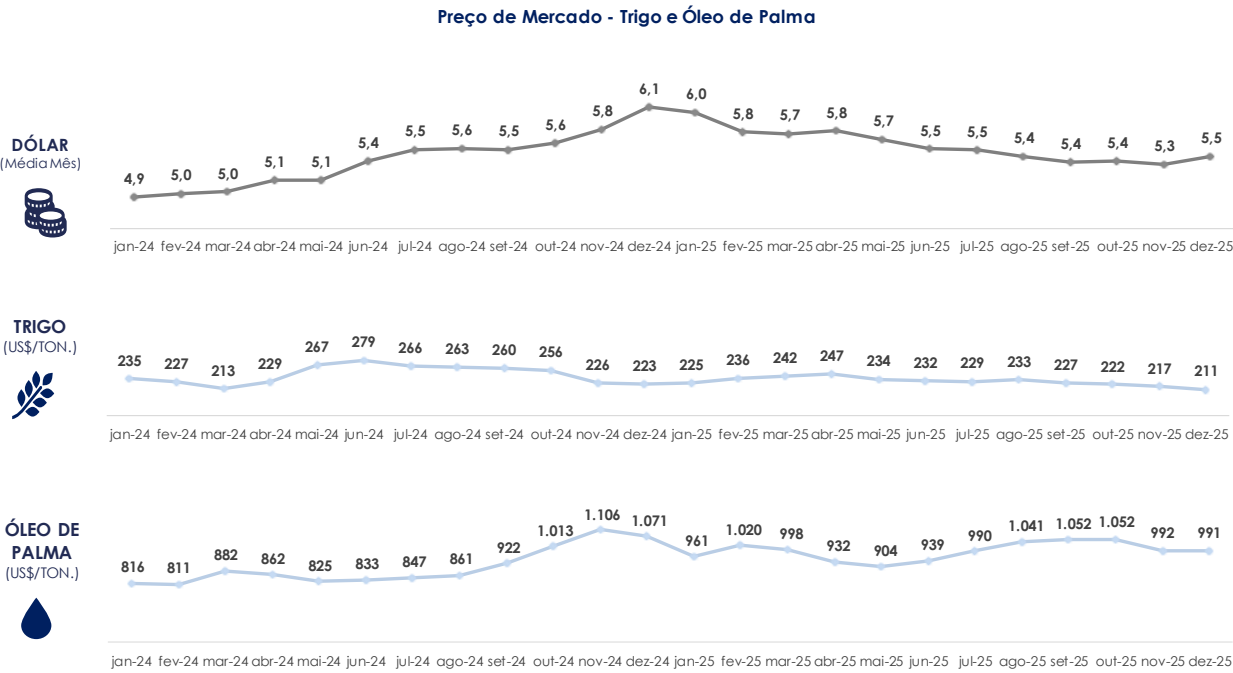
2.2 Resultados operacional e financeiro

Preços dos insumos

Ao longo de 2025, o trigo apresentou um ciclo de queda no preço em Dólares desde maio/25, impulsionado pela produção argentina, e pela confirmação de safras recordes globais.

O óleo de palma, por sua vez, operou em patamar mais elevado que 2024, pressionado pelo forte consumo para biodiesel, oferta limitada por desafios estruturais em Indonésia e Malásia e pelo fato de o óleo de palma seguir mais caro do que o óleo de soja ao longo do ano.

Em relação ao impacto dos preços do trigo e do óleo de palma, evidencia-se nos gráficos a seguir a evolução dos preços de mercado para os períodos de 2024 e 2025.



*Fonte: Trigo - SAFRAS & Mercado; Óleo de palma - Bursa; Dólar: Banco Central.

Nota: Em linha com a informação utilizada pelo mercado, passamos a divulgar para o óleo de palma o preço negociado na Bursa Malaysia Derivatives Exchange (BMD), principal bolsa mundial de negociação de contratos futuros de óleo de palma bruto. A série histórica pode ser acessada no nosso site de Relações com Investidores: <https://ri.mdiasbranco.com.br/>.

Variação cambial

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados à moeda estrangeira dólar, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro e contas a receber no exterior.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*. Ademais, contrata operações a termo ("*Non Deliverable Forward - NDF*"), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha contratos de *swap*, uma vez que todos foram liquidados ao longo do exercício (em 31 de dezembro de 2024, possuía dois contratos de *swap*, com nocional de R\$ 836.700 e valor justo a receber de R\$ 119.143). No caso de *Non Deliverable Forward*,

2.2 Resultados operacional e financeiro

foram firmados contratos com vencimentos até abril de 2026, com valor de referência (nocional) e valor justo conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência	2025		2024	
			Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
A termo (NDF)	Moeda	Dólar	35.900	4.663	19.400	5.525
				4.663		5.525

Os contratos de swap e os contratos a termo de NDF foram designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	1.054.723	14.647	1.062.570
Contratos de swap (b)	-	(1.002.279)	-	(1.002.279)
Fornecedores em moeda estrangeira (c)	148.589	2.565	167.571	8.725
Ativos em moeda estrangeira (d) ⁽¹⁾	(145.415)	(111.883)	(167.296)	(135.342)
(Superávit) e déficit apurado (a+b+c+d)	3.174	(56.874)	14.922	(66.326)

⁽¹⁾ Referem-se a disponibilidades, depósitos vinculados de operações com derivativos e recebíveis em moeda estrangeira.

Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI mais taxa de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 42 contratos negociados de operações de swap para proteção das emissões das debêntures, com vencimentos até 17 de março de 2031, em que na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais taxa de juros de 4,02% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 0,28% a.a. Os valores de referência (nocional) totalizaram R\$ 811,6 milhões para contratos já vigentes e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 95,0 milhões.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Posição ativa						
IPCA	811.644	811.644	1.059.092	1.010.663	948.350	962.602
Posição passiva						
CDI	811.644	811.644	846.602	837.326	853.336	845.304
Resultado do swap	-	-	212.490	173.337	95.014	117.298

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de valor justo, cujos efeitos são registrados na demonstração do resultado financeiro.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	1.888.273	2.146.311	1.891.496	2.149.069
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	-	(856.016)	-	(856.016)
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(846.602)	(837.326)	(846.602)	(837.326)
Financiamentos indexados ao CDI	(238.777)	(221.495)	(238.777)	(240.552)
Ativos (Passivos)	802.894	231.474	806.117	215.175

⁽¹⁾ Vide itens 17.2.4, risco de taxa de câmbio e 17.2.5, risco de inflação.

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R\$ 806.117.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos líquidos	806.117	Queda do CDI	(8.787)	(27.831)	(55.662)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2025, no patamar de 13,81% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram uma redução nesta cotação em 25% (10,36% a.a.) e 50% (6,91% a.a.), respectivamente.

Mesmo diante da projeção de queda do CDI para o ano de 2026, a Administração da Companhia, devido à sua atual situação econômico-financeira, não vê risco para esse indicador.

Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$ 427,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 579,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O aumento de 35,3% foi influenciado pelas perdas líquidas em operações de swap em 2025 (ganhos líquidos em 2024), dado o cenário de aumento da taxa CDI e volatilidade do câmbio. A compensação de tais variações estão, principalmente, nas variações cambiais ativas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2025, não houve mudança significativa nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras do ano de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores independentes Ltda e o relatórios dos auditores independentes não contêm opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de linha de produto operacional

A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração (alienação ou introdução) relevante nas linhas de produtos operacionais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, visto que em 2025 e 2024 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

i. EBITDA

EBITDA (em R\$ milhões)	2024	2025
EBITDA	1.198,3	1.103,3

A Companhia também acompanha seu desempenho a partir do EBITDA, que nos termos da Resolução CVM nº 156/2022, consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Resolução CVM nº 156/2022 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

ii. Dívida Líquida

Dívida Líquida (em R\$ milhões)	2024	2025
Dívida Líquida (Caixa Líquido) ⁽¹⁾	24,6	(554,1)

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

A Companhia calcula a dívida líquida com base na soma dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures, deduzindo dos valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações de curto prazo e longo prazo e instrumentos financeiros.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

i. EBITDA

Conciliação do Ebitda (em R\$ milhões)	2024	2025
Lucro Líquido	646,0	659,8
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	177,2	48,4
Receitas Financeiras	(421,7)	(596,1)
Despesas Financeiras	427,9	579,1
Depreciação e Amortização sobre CPV	210,7	222,1
Depreciação e Amortização sobre Despesas	158,2	190,0
EBITDA	1.198,3	1.103,3

(1) Contempla imposto de renda e contribuição social e, quando utilizado, o incentivo de IRPJ.

ii. Dívida Líquida (Caixa)

Endividamento (em R\$ milhões)	2024	2025
Caixa ⁽¹⁾	(2.177,3)	(1.923,6)
Endividamento Total ⁽²⁾	2.389,6	1.420,0
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	(187,7)	(50,5)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	24,6	(554,1)

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo. (2) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos de curto e longo prazo e debêntures.

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em virtude de o EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso da depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Trata-se de uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, sendo normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 27 de maio de 2026, ocorreu o falecimento do Sr. Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco. O Sr. Marcos era membro suplente do Conselho de Administração e integrava o bloco de controle da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos. Para fins deste Formulário de Referência, eventuais menções ao seu nome consideram sua situação na data de referência respectivamente indicada.

2.7 Destinação de resultados

a. Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada “Reserva para Plano de Investimento”. A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme a Política de Remuneração aos Acionistas, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio obrigatórios. Esse lucro ajustado é apurado a partir do lucro líquido do exercício, após a dedução de eventuais prejuízos acumulados, da reserva legal e dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. O Conselho de Administração poderá propor a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio com percentual alvo de 80% do lucro líquido ajustado, já incluindo nesse percentual o valor mínimo obrigatório.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 2024, a periodicidade foi trimestral e valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício em referência.

A partir de abril de 2025, de acordo com aprovação da reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, a periodicidade passou a ser mensal.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração aos acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/12/2020 e atualizada em 21/02/2025, disponível no site de Relações com Investidores: <https://ri.mdiasbranco.com.br/governanca-corporativa/remuneracao-aos-acionistas/>.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (*off - balance sheet items*)

A Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia manteve seu orçamento em projetos de investimentos voltados para diversificação e manutenção da capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Tais investimentos se destinam, principalmente, a desenvolvimento de novos produtos, melhorias de eficiência e otimização da qualidade, investimentos para digitalização dos equipamentos industriais, produtividade e atendimento aos requisitos legais nas unidades fabris.

A Diretoria estima que serão investidos cerca de R\$ 659,8 milhões em 2026. Os investimentos estimados estão subdivididos em categorias e incluem toda a expansão e modernização das plantas industriais:

Investimentos (em R\$ milhões)	2026
Máquinas e equipamentos	446,2
Licenças de uso de <i>software</i>	68,7
Edificações	85,6
Instalações	52,4
Outros ⁽¹⁾	6,9
Total	659,8

⁽¹⁾ Outras imobilizações, ferramentas, marcas e patentes.

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. A Companhia não está obrigada a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, emissão de licenças, entre outros.

A Companhia obterá os recursos necessários para realização dos investimentos através da sua geração de caixa (recursos próprios) e de crédito a ser obtido junto a bancos de desenvolvimento. Não há qualquer desinvestimento relevante em andamento e nem qualquer previsão nesse sentido.

Essas projeções de investimentos não incluem eventuais valores a serem aplicados em futuras aquisições de empresas.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços

Ao longo de 2025, foram lançados 61 novos produtos (59 em 2024), sendo 29 para o mercado interno e 32 para exportação, e que, somados aos lançamentos dos últimos 24 meses, totalizaram o montante de R\$ 261,2 milhões em receita da Companhia.

Foram entregues novos produtos para os segmentos nacional, exportação, food service e saudáveis. Ao todo, foram lançados 61 SKUs (Stock Keeping Units, ou unidade de manutenção de estoque), com destaque para a Tortilla da marca Frontera, caracterizada por sabores marcantes, ausência de lupa de alto teor, ausência de organismos geneticamente modificados (OGM) e formulação sem glúten, desenvolvida com poucos ingredientes e muito sabor.

2.10 Planos de negócios

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, investimos R\$ 20,9 milhões em pesquisa e desenvolvimento de produtos (R\$ 16,5 milhões em 2024).

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A M. Dias Branco incorpora fatores ESG de forma estruturada ao seu plano de negócios, identificando oportunidades que contribuem simultaneamente para eficiência operacional, fortalecimento reputacional e geração de valor sustentável no longo prazo. Essas oportunidades estão alinhadas aos compromissos públicos da companhia em temas ambientais, sociais e de governança.

No **pilar ambiental**, a companhia direciona suas iniciativas para aumento de eficiência operacional, redução de impactos, com destaque para:

- **Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE):** meta de reduzir em 20% as emissões absolutas de GEE (Escopos 1 e 2) em relação a 2020, por meio de ações voltadas à eficiência energética e otimização de processos, reforçando a agenda de descarbonização e mitigação de riscos associados à transição para uma economia de baixo carbono.
- **Eficiência no uso de recursos naturais:** meta de reduzir o consumo de água para 0,40 m³ por tonelada de produto, tendo alcançado 0,43 m³/t em 2025, com evolução frente a 2024 (0,46 m³/t), impulsionada pelo programa “Cada Gota Conta” e pela ampliação do uso de água de reuso e de chuva, que atingiu 25,9% no ano.
- **Gestão de resíduos:** a Companhia mantém o compromisso de zerar o envio de resíduos para aterros sanitários, com avanço contínuo do Projeto Aterro Zero. Em 2025, houve redução do volume destinado a aterros para 864,37 toneladas, refletindo a ampliação de unidades com destinação sustentável. Também foi lançado o Programa ReCircule, que fortalece a abordagem de economia circular ao promover o uso mais eficiente de recursos ao longo da cadeia de valor, com foco na redução de perdas, melhor aproveitamento de materiais e aumento da eficiência operacional.
- **Embalagens sustentáveis:** evolução contínua do portfólio com foco em redução de material, aumento de reciclabilidade e desenvolvimento de soluções mais sustentáveis, alinhadas às demandas regulatórias e de consumidores.

No **pilar social**, as oportunidades concentram-se no desenvolvimento de pessoas, fortalecimento da cultura organizacional e ampliação do impacto positivo nas comunidades:

- **Cultura e clima organizacional:** a Companhia possui como meta alcançar nota 80 no índice de satisfação dos colaboradores até 2030, tendo registrado 73 pontos em 2025 (vs. 74 em 2024). O período foi marcado pelo avanço do Projeto de Evolução Cultural, com iniciativas estruturadas de engajamento, fortalecimento da liderança e disseminação dos valores organizacionais, contribuindo para maior alinhamento interno e sustentação da estratégia de negócio.
- **Diversidade, equidade e inclusão:** destaca-se a meta de atingir 40% de mulheres em cargos de liderança, com evolução para 28,69% em 2025 (vs. 26,67% em 2024). Esse avanço reflete a consolidação de políticas e práticas voltadas à equidade de oportunidades, acompanhamento contínuo de indicadores e fortalecimento dos mecanismos de governança do tema.

2.10 Planos de negócios

- **Relacionamento com comunidades:** a Companhia tem como meta impactar 150 mil pessoas por meio de programas capacitação e empreendedorismo na área da gastronomia até 2030, tendo alcançado 20.515 pessoas em 2025. Além da ampliação das ações sociais e parcerias institucionais, reforçando o papel da companhia na promoção do desenvolvimento local e da segurança alimentar.

No **pilar de governança**, a companhia identifica oportunidades relacionadas ao aprimoramento de práticas de gestão, transparência e integridade:

- **Movimento Transparência:** cumprimento de 3 metas do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU em 2025, com desempenho acima do previsto no cronograma. Esse avanço reflete o fortalecimento das práticas de transparência, incluindo a evolução na gestão dos canais de denúncia, maior aderência a requisitos de compliance e a ampliação da divulgação de informações aos stakeholders.
- **Cadeia de Valor Sustentável:** a Companhia possui como meta atingir 80% de compras com fornecedores locais, tendo registrado 88,37% em 2025, mantendo patamar elevado de engajamento com fornecedores e contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. A atuação é apoiada por diretrizes ESG aplicadas aos processos de compras, com foco na promoção de práticas responsáveis, incluindo critérios ambientais, sociais e de integridade.
- **Demais compromissos públicos do pilar governança:** Além dos compromissos acima, a partir de 2023, a Companhia ampliou seu comprometimento com o Pilar Governança estabelecendo mais 7 novos compromissos públicos, que envolvem temas diversos que vão além das obrigações legais e regulamentares exigidas, quais sejam: (a) até 2030, ter, no mínimo 40% de membros independentes no Conselho; (b) manter Programa de Integração e de Educação Continuada para Conselheiros, Membros dos Comitês e Diretores; (c) manter Governance Officer com vínculo funcional e acesso direto ao Conselho; (d) manter Comitê de Auditoria com no mínimo, 75% de membros independentes; (e) realizar revisão sistemática do Plano de Sucessão da Diretoria Estatutária, incluindo o CEO; (f) estipulação de metas ESG na remuneração variável de todos os colaboradores; (g) ampliar diversidade de membros no Conselho.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam avanço consistente no cumprimento desses compromissos, demonstrando a efetiva integração da agenda ESG à estratégia corporativa. Nesse contexto, a M. Dias Branco entende a agenda ESG como um relevante vetor de geração de valor, ao promover ganhos de eficiência, estimular a inovação, fortalecer a cultura organizacional e ampliar a diferenciação competitiva. Adicionalmente, contribui para a sustentabilidade do negócio no longo prazo, por meio de uma governança corporativa que atua como instrumento ativo de gestão, orientando decisões estratégicas, ampliando a transparência e a prestação de contas, e qualificando o diálogo interno e externo com seus *stakeholders*.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram divulgados nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, pois conforme mencionado no tópico 3.1, a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar e/ou afetar suas controladas adversamente. Riscos adicionais, desconhecidos ou considerados menos relevantes pela Companhia neste momento, também poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção e da seção 4.3 – Principais riscos de mercado, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios atuais e futuros, condições financeiras, liquidez, resultados de operações e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

a. Riscos relacionados ao emissor

Fator de risco estratégico

A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.

Desde o final da década de 80, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo em 31 de dezembro de 2025, (nove) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (3 unidades fabris), Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Desde a década de 90, a Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 9 (nove) unidades industriais, a maioria sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais na região. A concessão de incentivos, especialmente federais, é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados nos termos das leis.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos incentivos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) não distribuição aos seus acionistas do valor do incentivo fiscal recebido; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes, comprovando os investimentos realizados e o atendimento das demais condições. O não cumprimento de tais obrigações ou interpretação equivocada da aplicação de normas tributárias, podem resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia a devolver o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso para a Organização.

A Companhia, considerando o atual cenário de ampla reforma tributária no país, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de fruição das atuais, e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não seja possível a renovação, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, a sua geração de caixa poderá sofrer efeito adverso.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fator de risco estratégico

A estratégia de crescimento por meio de aquisições pode ter efeito adverso para a Companhia.

Parte da estratégia de crescimento futuro da Companhia pode envolver a aquisição de empresas ou outros ativos, caso surjam oportunidades nos mercados em que a Organização atua ou em novos mercados. Qualquer aquisição de outras empresas ou ativos pode envolver riscos tais como:

- Dificuldades operacionais de integração dos novos colaboradores, dos sistemas de informação, dos produtos e da base de clientes aos seus negócios. Como resultado de qualquer aquisição, podem surgir demandas adicionais dos seus administradores seniores, dos seus sistemas de informação e de outras áreas da Companhia;
- As empresas adquiridas podem vir a apresentar obrigações e contingências não identificadas no processo de auditoria ou *due diligence* realizado quando da sua aquisição, ou para as quais a Companhia pode não obter indenização contratual do vendedor;
- Qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento inesperado em suas despesas operacionais;
- A diferença cultural entre as empresas pode ocasionar demissões em massa ou insatisfação dos colaboradores remanescentes, impactando o cronograma ou custo da integração;
- A emissão de ações ou de títulos de dívida como fonte de captação de recursos para novas aquisições pode diluir a participação dos seus acionistas no seu capital social ou sujeitar a Companhia a restrições ou obrigações que podem vir a impactar sua habilidade de colocar em prática outros elementos de sua estratégia;
- O processo de aquisição pode ser competitivo e pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, inviabilizar a consumação da potencial aquisição;
- O resultado da aquisição de outros negócios pode, ainda, afetar adversamente a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos seus acionistas;
- A Companhia, em virtude de condições de mercado, poderá não ter capacidade de desinvestimentos em negócios que não agreguem mais valor à agenda estratégica da organização; e
- Complexidades na formação do preço de aquisição ou dificuldades de obtenção de autorizações das autoridades públicas de defesa da concorrência, em tempo hábil, podem levar a Companhia a desistir da aquisição ou podem resultar na aquisição de empresas menos atrativas.

Fator de risco cibernético

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação, podem prejudicar as operações da Companhia.

Os sistemas de informação da Companhia podem estar vulneráveis a interrupções em seu funcionamento devido a eventos internos, tais como: obsolescência de hardware e software, inconsistência ou ineficácia do plano de *disaster recovery* ou deficiências em segregação de funções e controles de perfis de acesso. Assim como, eventos externos ao ambiente da Companhia, como por exemplo, desastres naturais, falhas na rede de telecomunicação, vírus de computador, ataques de hackers, ou outras questões operacionais e de segurança, podem causar interrupções no funcionamento dos sistemas informatizados da Organização.

Em 2025 elevamos nossa segurança digital a um novo patamar de maturidade. Avaliações conduzidas pelas principais consultorias globais (Big 4) confirmam que a M. Dias Branco mantém indicadores de proteção acima da média do mercado. Nossa estratégia foca na cultura de segurança através de

4.1 Descrição dos fatores de risco

gamificação e na proteção integral dos ativos, garantindo a conformidade com a LGPD e a continuidade do negócio.

Fator de risco de proteção de dados

A Companhia está sujeita a sanções administrativas em razão do descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanções.

Se a Companhia não cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico poderão estar sujeitas às sanções previstas no artigo 52 da LGPD, quais sejam:

- advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da Companhia, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- multa diária, limitada ao valor descrito acima;
- publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento;
- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;
- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Ademais, a Companhia, no caso de inobservância da LGPD, pode ser responsabilizada por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos e responder inclusive solidariamente com outros agentes de tratamento, em decorrência de danos causados aos Titulares de Dados Pessoais.

Portanto, a falha em proteger dados pessoais tratados pela Companhia ou por suas controladas, bem como a ausência de adequação à legislação aplicável, poderá resultar em efeitos adversos para a Organização.

Assim, na ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais que acarretem dano relevante aos Titulares de Dados envolvidos, a Companhia bem como suas controladas podem ser obrigadas a comunicar o evento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos Titulares, tal qual divulgar o evento na imprensa, o que pode expor negativamente o grupo econômico e provocar um efeito adverso sobre a reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Fomentando a relevância do tema na companhia, em 2025 foram mantidos os riscos de LGPD consolidados em matriz exclusiva para tratamento e mitigação das oportunidades relacionadas ao tema.

Fator de risco operacional

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, e poderá obter resultados desfavoráveis. As suas provisões para tais contingências podem não ser suficientes para a satisfação do valor total que a Companhia poderá vir a ser exigida a pagar, visto que são provisionados valores estimados relacionados aos processos com perda provável. Decisões desfavoráveis em relação ao conjunto de processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso para a Companhia.

Para mais informações sobre esses processos, os valores envolvidos, bem como os montantes provisionados, ver neste Formulário de Referência os itens 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes a 4.7 – Outras contingências relevantes.

Fator de risco operacional

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia contrata diversas apólices de seguro junto a grandes seguradoras líderes em seus mercados de atuação com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Organização possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte internacional de insumos, dentre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratada sejam suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Assim, na hipótese do não cumprimento das condicionantes do seguro ou da ocorrência de quaisquer eventos não cobertos, bem como, que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar adversamente os seus resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que poderá gerar impactos negativos nos seus resultados. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas.

Fator de risco estratégico

A Companhia pode vir a realizar captação de recurso no futuro, por meio da emissão de ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em ações de sua emissão.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida, de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

Fator de risco estratégico

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações de sua emissão.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25,0% do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então

4.1 Descrição dos fatores de risco

retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de suas ações podem não receber dividendos.

Sobre esse risco, foi aprovado no Conselho de Administração outra evolução na política de dividendos da M. Dias Branco, passando a pagar dividendos mensais de R\$ 0,03 por ação a partir de abril de 2025.

b. Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Administração não vislumbra nenhum risco relevante que possa advir de seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento.

c. Riscos relacionados às suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em implementar sua estratégia e obter sinergia com as integrações de suas controladas e coligadas, o que pode causar efeito adverso nos resultados da Organização.

d. Riscos relacionados aos seus administradores

A administração, sob a influência do acionista controlador da Companhia, poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.

O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

Informações sobre outros riscos relacionados à Companhia, que foram informados tempestivamente, a fim de manter o mercado informado acerca da situação, foram divulgados nos fatos relevantes publicados e arquivados na CVM. Adicionalmente, detalhamos sobre alguns desses riscos nas sessões 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado e 4.7 Outras contingências relevantes, deste formulário.

e. Riscos relacionados aos seus fornecedores

Fator de risco operacional

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram com 46,7% dos seus custos dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. o longo de 2025, o trigo apresentou um ciclo de queda no preço em dólares desde maio/25, impulsionado pela produção argentina, e pela confirmação de safras recordes globais. Já o óleo de palma, operou em patamar mais elevado que 2024, pressionada pelo forte consumo para biodiesel, oferta limitada por desafios estruturais em Indonésia e

4.1 Descrição dos fatores de risco

Malásia e pelo fato de o óleo de palma seguir mais caro do que o óleo de soja ao longo do ano. Por esse motivo, o óleo de palma, apresentou um aumento de custos influenciado pela alta de 9,4% no preço da commodity em dólar (valor de mercado), pela desvalorização do real frente ao dólar (média de 4%) e pelo maior volume vendido de margarinas e gorduras, que cresceu 21,4% no período.

As embalagens também são importantes componentes do seu processo produtivo, tendo representado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 6,8% de seus custos de produtos vendidos. A combinação entre a desvalorização do real e uma demanda mais aquecida por papelão resultou no aumento dos preços em 2025.

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais commodities e das embalagens decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o real em relação ao dólar, e/ou mudanças na dinâmica de oferta e demanda destes produtos, em função da concentração em poucos fornecedores ou ausência de insumos substitutos, dentre outros fatores, poderá impactar diretamente o preço de suas matérias-primas e embalagens. Em caso de aumento do preço destes insumos, poderá não ser possível repassar integralmente, de forma imediata, o reajuste nos preços dos produtos da Companhia, o que poderá vir a diminuir suas margens e afetar a Organização de forma adversa.

f. Riscos relacionados aos seus clientes

Fator de risco estratégico

Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia.

Caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, poderá ocorrer uma redução na procura e no preço de seus produtos, podendo ter um efeito adverso nos seus resultados operacionais e no preço de mercado de suas ações.

A M. Dias Branco segue com foco em pesquisas de novos ingredientes e otimizações de formulações, principalmente com projetos voltados a reduções de sódio, açúcar e gorduras saturadas, mantendo a qualidade dos produtos e a performance dos processos produtivos. Em 2025, integramos o acordo setorial da ABIA, em cooperação técnica com o Ministério da Saúde, como estratégia de saúde pública para promover estilos de vida saudáveis e uma alimentação equilibrada e nutricionalmente adequada, com redução de consumo de sódio e açúcares.

Foram lançados em 2025 61 SKUs, com destaque para a Tortilla da marca Frontera, com sabores marcantes, sem lupa de alto teor, sem OGM (organismos geneticamente modificados) e sem glúten, feita com poucos ingredientes e muito sabor.

Fator de risco operacional

A Companhia está sujeita a reclamações de clientes e consumidores e a recall de produtos, o que poderá afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto adverso relevante em seus custos, negócios e resultados.

Caso a Companhia venha a ser envolvida em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall, isto poderá impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos de recall, de informações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que a Companhia não

4.1 Descrição dos fatores de risco

seja responsabilizada em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderá vir a ser gerada em relação à qualidade de seus produtos pode afetar adversamente sua reputação, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para seus negócios e resultados.

A diversidade e eficiência desses canais nos levaram a atingir uma nota média de satisfação de 9,7, medida por meio de pesquisa aplicada junto aos consumidores após a interação com o SAC em 2025.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Fator de risco de mercado

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a Companhia e para as ações de sua emissão.

A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas décadas. Durante este período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas ou periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas.

Estas desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são as principais matérias-primas e insumos da Companhia, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha contratos de swap, uma vez que todos foram liquidados ao longo do exercício (em 31 de dezembro de 2024, possuía dois contratos de swap, com nocional de R\$ 836.700 e valor justo a receber de R\$ 119.143). Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia passou a contratar operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF"), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de forecasts intermediários.

Na mesma data, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no total de 151.108 toneladas, em que 23.100 toneladas de óleo estavam com preços a fixar (em 31 de dezembro de 2024, 213.500 toneladas, sem preços a fixar). Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e o preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 24.711 de trigo e US\$ 33.223 de óleo (US\$ 42.225 de trigo e US\$ 33.474 de óleo em 31 de dezembro de 2024).

Fator de risco estratégico

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia atua num segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos dos seus, o que pode ter um efeito adverso para seus negócios.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso ao capital por parte de algumas dessas companhias. A Organização enfrenta, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, bem como, novas empresas também poderão vir a entrar nestes mercados. Ademais, devido ao alto número de marcas da Companhia, esta deve atentar-se ao posicionamento de mercado individual e em conjunto dos produtos, visto que poderá existir canibalização entre as marcas da Organização. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas ou na redução de seus preços e margens.

A Companhia também está sujeita à concorrência de outras linhas de produtos do setor de alimentos, por parte de fabricantes de produtos que podem ser substitutos de alguns dos seus produtos, bem como, gerando uma ampliação do seu ambiente de concorrência.

Em níveis diferenciados, seus atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter maiores recursos financeiros e melhores campanhas de marketing, de forma que a competição com tais concorrentes poderá levar a Companhia a reduzir preços, aumentar os seus gastos com marketing, perder participação de mercado, ou, ainda, não ser bem sucedida no lançamento de novos produtos, sendo que qualquer desses acontecimentos pode ter um efeito adverso para seus negócios.

Fator de risco estratégico

Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo ter um efeito adverso para a Companhia.

Uma parcela representativa da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas organizações, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia, elevando sua dependência dos grandes grupos de varejo acima dos patamares históricos, o que pode ter um efeito adverso.

Fator de risco de mercado

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para a Companhia e para o valor de mercado das ações de sua emissão.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias, tarifárias e regulamentos. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas, normas e regulamentos, muitas vezes envolvem, entre outras medidas, redução das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, valorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Políticas de controle cambial e restrições sobre remessas ao exterior;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Desapropriação de propriedades privadas;
- Leis e regulamentos aplicáveis ao setor, inclusive ambientais e sanitários;
- Interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias;
- Racionamento de energia elétrica e água;
- Políticas públicas de combate à crise (auxílio emergencial); e
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia e os seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de sua emissão.

Fator de risco de mercado

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, nos Estados Unidos, na Zona do Euro e na China, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive da negociação das ações da Companhia, e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais e em sua condição financeira.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de ações da Companhia. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da sua emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente, resultou em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil, causando um impacto negativo no preço dos ativos negociados no país. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiros e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos, indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Ademais, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de ações da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Fator de risco estratégico

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia pode ser impedida de utilizar suas marcas mais conhecidas, no mercado nacional e internacional, o que poderia lhe causar um efeito adverso.

As marcas, o design e a técnica utilizada na fabricação dos produtos da Companhia estão constantemente sujeitos à utilização indevida e/ou violação, por terceiros, de seus direitos de propriedade intelectual, tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional. A falsificação de produtos e a utilização indevida dos direitos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia podem, não apenas causar efeitos adversos nas vendas, como também comprometer os resultados da Companhia.

h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Fator de risco de Compliance Regulatório

A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias internacionais, federais, estaduais e municipais, referente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte. Ademais, as atividades da Companhia também estão sujeitas a uma extensa legislação voltada à preservação ambiental.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades sanitárias e ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso para sua operação.

Mudanças ou alterações nas atuais regulamentações ambientais e sanitárias podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderá prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Ademais, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento das regulamentações ambientais e sanitárias poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Riscos de eventos extremos no mundo podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Eventos extremos como pandemias, guerras, desastres naturais, dentre outros, ocorridos em diversas localidades do mundo, podem paralisar atividades econômicas e provocar abalos nos mercados globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços das commodities, na variação cambial e no valor das ações da Companhia. Nesse contexto, o agravamento de tensões geopolíticas e eventuais conflitos ou confrontos militares envolvendo os Estados Unidos e o Irã, bem como outros conflitos internacionais, podem intensificar a volatilidade dos mercados globais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estes eventos podem ocasionar medidas como confinamento da população, restrições comerciais, fechamento de fronteiras, rupturas de distribuição, dentre outros, provocando recessões locais ou globais. Estas medidas podem reduzir o consumo e a produção industrial, gerando desabastecimento e aumento no preço dos insumos.

Risco político, sanções comerciais e intervenções militares no mundo podem causar um efeito adverso para a Companhia, causando um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Instabilidade política regional, decisões sobre sanções comerciais e intervenções militares em diversas partes do mundo podem gerar instabilidade de preços de commodities e volatilidade no câmbio, afetando, assim, o preço das matérias-primas utilizadas pela Companhia em seu processo produtivo e, consequentemente, pressionando os seus custos de produção. De 2012 a 2014, por exemplo, o Governo argentino limitou a exportação de trigo, limitando a oferta do grão em países na América do Sul. Desde o segundo semestre de 2013 a Ucrânia, importante país produtor de trigo no mundo, vive uma crise política que pode afetar sua produção e, por conseguinte, gerar volatilidade no preço da commodity. Em 2014, tensões entre Ucrânia e Rússia fizeram com que a comunidade internacional impusesse sanções à Rússia como forma de retaliação, gerando incertezas quanto à oferta de trigo advinda deste país. Em 2017, iniciou-se o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, sendo concluído em 2020, gerando instabilidade política e dúvidas quanto ao futuro da União Europeia e de seus países membros, causando um efeito adverso sobre o mercado de capitais mundial e brasileiro.

Já em 2024, o mercado brasileiro foi impactado por diversos fatores externos relacionados a riscos políticos e econômicos globais. A adoção de políticas protecionistas por grandes economias gerou incertezas para as exportações nacionais, especialmente nos setores do agronegócio e siderurgia. Conflitos geopolíticos, como os do Oriente Médio e da Ucrânia, elevaram os custos de commodities e aumentaram a volatilidade nos mercados, afetando negativamente a balança comercial. Além disso, a crescente interferência política e a instabilidade regulatória em países da América Latina ampliaram as preocupações de investidores e empresas com atuação no mercado brasileiro, dificultando decisões estratégicas e operacionais.

Em 2025, tais fatores permaneceram relevantes, com a continuidade dos conflitos geopolíticos, a manutenção de tensões comerciais globais e a persistente instabilidade política e regulatória em determinados países da América Latina. Esse cenário continuou a ampliar as preocupações de investidores e empresas com atuação no mercado brasileiro, dificultando decisões estratégicas e operacionais e podendo gerar impactos adversos sobre o ambiente econômico e empresarial no País.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Riscos sociais podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Um menor índice de diversidade e inclusão na Companhia poderá impactar na pluralidade dos colaboradores, dificultando a promoção de um ambiente de trabalho diverso, bem como a ausência de troca de experiências entre diferentes perfis profissionais, poderá impedir o acesso a pontos de vista e percepções diversos, impactando o desenvolvimento de novas soluções para alcance dos resultados estratégicos da Organização. Adicionalmente, a ausência de um bom relacionamento com a comunidade do entorno pode impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Sobre a diversidade do quadro de profissionais, a M. Dias Branco figura, pelo segundo ano consecutivo, entre as 20 empresas que mais valorizam a diversidade, de acordo com o IDIVERSA B3, índice pioneiro na América Latina, criado pela própria B3, que avalia o grau de aderência das companhias à diversidade da população brasileira, considerando critérios como gênero, raça, geração e pessoas com deficiência. A Companhia definiu como meta pública alcançar 40% de mulheres em cargos de liderança até 2030.

Em 2025, a Companhia alcançou 28,69% de mulheres em posições de liderança, refletindo evolução em relação ao exercício anterior. Entre as iniciativas adotadas para fortalecer o tema, destacam-se treinamentos periódicos com as lideranças, palestras e ações de sensibilização abertas a todos os colaboradores, capacitação do time de recrutamento e seleção com foco em práticas inclusivas, bem como programas estruturados de mentoring e desenvolvimento da média liderança feminina, voltados à formação de sucessoras para posições gerenciais e executivas.

Essas iniciativas integram a agenda estratégica de pessoas e cultura da Companhia e visam fomentar um ambiente de trabalho mais diverso, inclusivo e alinhado às melhores práticas de governança corporativa.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

Riscos ambientais podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

A falta de recursos hídricos poderá afetar não apenas o abastecimento da população e das indústrias, como também a geração de energia por meio das usinas hidrelétricas, bem como a ausência de outras fontes de energia renovável poderá impactar o negócio em eventual situação de desabastecimento. A escassez de água pode levar a um racionamento de recursos hídricos e de energia elétrica, ocasionando impacto nos custos de aquisição desses recursos.

Nesse contexto, a Companhia tem ampliado a migração da contratação de energia do mercado regulado para o mercado livre. Além disso, a ausência de mecanismos para o reuso de água no processo produtivo pode ocasionar efeitos adversos na Companhia, bem como impactar negativamente o meio ambiente.

A Companhia adota ações para assegurar que as atividades sejam realizadas de forma a minimizar o grau de vulnerabilidade das fontes hídricas utilizadas, tais como redução do consumo, reaproveitamento de água e tratamento de efluentes. Permanecem como metas públicas até 2030: (i) a redução do consumo de água para 0,40 m³/tonelada de produtos e (ii) o atingimento de 30% de reaproveitamento de água.

Em 2025, foram mantidas e ampliadas melhorias operacionais e projetos de eficiência hídrica, incluindo a automatização do sistema de purgas das torres de resfriamento da unidade de Eusébio (CE) e a evolução da medição on-line do consumo de água, por meio de projetos piloto implementados nas unidades do Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) – Gorduras e Margarinas e Jaboatão dos Guararapes (PE).

Adicionalmente ao pilar ambiental, a geração de resíduos no processo produtivo sem o correto descarte pode gerar efeitos adversos para a Companhia e para a sociedade como um todo.

O programa Aterro Zero tem avançado ano após ano. Em 2025, a Companhia passou a contar com dez unidades que não enviam resíduos para aterros sanitários, adotando destinações mais nobres, como reciclagem, coprocessamento e compostagem, reduzindo de forma consistente a destinação de resíduos para aterro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o índice de reciclagem de resíduos permanece como um dos indicadores de desempenho e de bonificação do time de meio ambiente e da Gerência Corporativa de Meio Ambiente. A Companhia segue monitorando de forma contínua a geração e a destinação de resíduos, mantendo controles e metas alinhados à sua agenda estratégica de sustentabilidade.

I. Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos climáticos podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Problemas ambientais e climáticos em regiões produtoras das matérias-primas utilizadas no processo produtivo podem gerar volatilidade no preço dela, de forma a impactar os custos de produção da Companhia. Além disso, as crescentes obrigações e regulações relacionadas a emissões de gases de efeito estufa e à precificação de carbono podem gerar custos adicionais para o negócio.

As mudanças do clima constituem um tema material que integra a Agenda Estratégica de Sustentabilidade da Companhia. Nesse contexto, a Companhia assumiu a meta de reduzir em 20% até 2030 as emissões absolutas de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2. Em 2025, a Companhia registrou redução acumulada de 18,6% dessas emissões em comparação com o ano-base de 2020. O inventário de emissões de gases de efeito estufa segue sendo elaborado e submetido a processo de verificação, conforme as práticas adotadas pela Companhia.

Em 2025, houve continuidade no desenvolvimento de produtos com atributos ambientais, incluindo a manutenção das linhas da marca Jasmine com selo de carbono neutro, reforçando a estratégia de oferta de produtos alinhados à agenda climática. A Companhia mantém a previsão de contar, até 2030, com ao menos duas linhas de produtos com essas características.

Além disso, permaneceram os avanços promovidos pelo Programa Descarbonize, com destaque para: ampliação da contratação de energia elétrica de fontes renováveis, que passou a representar 85% da matriz elétrica da Companhia em 2025 com continuidade das parcerias para autoprodução e geração renovável, incluindo parques eólicos e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs); desdobramento de planos de descarbonização em unidades piloto; capacitação das equipes para a gestão diária dos indicadores de emissões; e integração da curva de custo marginal de abatimento e da curva de descarbonização aos processos decisórios operacionais. Essas iniciativas contribuíram para a redução da intensidade de carbono das operações em relação aos exercícios anteriores.

Como consequência dos avanços obtidos, em 2025, nossa jornada rumo a um futuro de baixo carbono foi reconhecida com A- para o tópico de mudanças climáticas e B para segurança hídrica (nossa primeira pontuação nesse tópico). A classificação do CDP percorre uma escala de D- até A, onde as notas B- e B refletem eficácia de gestão, enquanto as notas A- e A representam o nível de liderança, envolvendo melhores práticas e ações estratégicas

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não se aplica.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

1. A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.
2. O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.
3. Riscos de eventos extremos no mundo podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.
4. Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação, podem prejudicar as operações da Companhia.
5. Riscos climáticos podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Para os fins desta seção e da seção 5 – Gerenciamento de riscos e controles internos, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios atuais e futuros, condições financeiras, liquidez, resultados de operações e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

A seguir são apresentados os riscos de mercado que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar adversamente. Riscos de mercado adicionais desconhecidos pela Companhia ou que pareçam menos relevantes neste momento também poderão causar efeito adverso em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Fator de risco de mercado

Risco de recessão econômica nacional.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições políticas e econômicas brasileiras, podendo resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir com perdas líquidas para os resultados da Companhia.

A instabilidade política nacional, bem como a desaceleração econômica global e a volatilidade do sistema financeiro podem depreciar o crescimento econômico do país. Essa eventual recessão econômica, reduz a disponibilidade de crédito e, conseqüentemente, de investimentos para expansão das operações da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas nas políticas públicas, em especial reformas tributárias e administrativas, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Conseqüentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Fator de risco de mercado

Flutuações nos preços de certos insumos e/ou matérias-primas utilizados no processo produtivo podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no total de 151.108 toneladas, em que 23.100 toneladas de óleo estavam com preços a fixar (em 31 de dezembro de 2024, 213.500 toneladas, sem preços a fixar). Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e o preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 24.711 de trigo e US\$ 33.223 de óleo (US\$ 42.225 de trigo e US\$ 33.474 de óleo em 31 de dezembro de 2024).

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Fator de risco de mercado

Variações cambiais podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou seu fluxo de caixa e receita futuros.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados à moeda estrangeira dólar, decorrentes de importações das principais matérias-primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como já mencionado no item “Risco de mercado: preço das commodities”, item 16.3.3, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de trigo em US\$ 24.711 e de óleo em US\$ 33.223 sujeitos a risco de variação cambial (US\$ 42.225 de trigo e US\$ 33.474 de óleo em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de trigo e óleo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 5,4500, projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida no BCB em 31 de dezembro de 2025. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 6,8125) e 50% (R\$ 8,1750), respectivamente.

Descrição do contrato	Posição em risco (USD)	Risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Aquisição de trigo	24.711	Alta do dólar	1.295	(33.669)	(67.337)
Aquisição de óleo	33.223	Alta do dólar	1.741	(45.266)	(90.532)

Fator de risco de mercado

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica do Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e a negociação das ações de sua emissão.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo sobre a economia brasileira, assim como, em virtude da incerteza econômica existente no Brasil e no exterior, houve um aumento da volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária com altas taxas de juros, reduzindo assim a disponibilidade de crédito e visando restringir o crescimento econômico para controle inflacionário. Como consequência, as taxas de juros têm elevado de maneira significativa, contudo, ainda assim, o Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro.

Pressões inflacionárias poderão levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, se o Brasil experimentar taxas de inflação que reduzam significativamente o poder de compra do consumidor, a Companhia poderá não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderá ter um efeito adverso para os resultados da Organização.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas do IPCA.

Fator de risco de mercado

Oscilações nas taxas de juros podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou o fluxo de caixa e receita futuros.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	1.888.273	2.146.311	1.891.496	2.149.069
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	-	(856.016)	-	(856.016)
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(846.602)	(837.326)	(846.602)	(965.821)
Financiamentos indexados ao CDI	(238.777)	(221.495)	(238.777)	(431.559)
Ativos (Passivos)	802.894	231.474	806.117	(215.175)

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R\$ 806.117.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos líquidos	806.117	Queda do CDI	(8.787)	(27.831)	(55.662)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2025, no patamar de 13,81% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram uma redução nesta cotação em 25% (10,36% a.a.) e 50% (6,91% a.a.), respectivamente.

Fator de risco de crédito

Risco de não receber os valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições.

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

Adicionalmente, a Companhia mantém seguro de crédito cobrindo parte relevante da carteira de recebíveis, com percentual de indenização de 90% sobre a perda líquida. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura do seguro abrangia 142 clientes. Existem também garantias constituídas mediante hipoteca, e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha saldo de perdas de crédito esperadas representativo de 3,15% do total de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

No tocante às disponibilidades financeiras, a Companhia aloca recursos exclusivamente em instituições financeiras com classificação de risco AAA atribuída por agências de rating, respeitando limites de exposição por contraparte.

Fator de risco de liquidez

Incapacidade de honrar suas obrigações ou de captar recursos no mercado.

Em cenários em que o acesso a recursos é escasso e/ou torna-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais não é possível ou é limitado, a Companhia poderá encontrar situação em que precise diminuir a margem financeira dos seus produtos a fim de atrair mais clientes e/ou liquidar ativos não comprometidos e/ou potencialmente desvalorizados para assim ser capaz de honrar suas obrigações. Caso a liquidez do mercado seja reduzida, a pressão da demanda poderá ter impacto negativo sobre os preços, uma vez que os compradores naturais podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse caso, a Organização poderá registrar um deságio significativo sobre os ativos, o que impactará os resultados e a situação financeira da Companhia.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem da comercialização dos seus produtos, com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento relacionados à implantação ou expansão de unidades industriais. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia, por sua vez, advêm de investimentos em expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, aquisição de outras empresas, amortização de dívidas, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

De modo geral, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional. No entanto, diante de eventuais incertezas no mercado ou oportunidades de fusões e aquisições (M&A), poderá optar por captar recursos para reforçar sua posição de caixa.

Assim, a Administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos. Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha, embora não sejam destinados a cobrir deficiência de liquidez.

Fator de risco de liquidez

Ineficácia na gestão do capital da Companhia, sendo incapaz de oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como, manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos.

A Companhia poderá não oferecer retorno aos acionistas compatível com o mercado e seu segmento, bem como, poderá ter uma estrutura de capital muito custosa, sendo assim, seu nível de endividamento e sua capacidade de pagamento poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Conforme a Política de Remuneração aos Acionistas, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio obrigatórios. Esse lucro ajustado é apurado a partir do lucro líquido do exercício, após a dedução de eventuais prejuízos acumulados, da reserva legal e dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Adicionalmente,

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio com percentual alvo de 80% do lucro líquido ajustado, já incluindo nesse percentual o valor mínimo obrigatório.

Com a revisão da Política, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia passou a realizar pagamentos mensais de dividendos intercalares no valor fixo de R\$ 0,03 por ação a partir de abril de 2025, totalizando R\$ 0,09 por ação por trimestre (antes R\$ 0,06 por ação por trimestre). Além disso, foram realizadas distribuições extraordinárias, totalizando o pagamento de R\$ 439 milhões em dividendos no exercício.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte ativa ou passiva, em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Em 31 de dezembro de 2025, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,38% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,62% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, 42,80% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 57,20% estão sendo discutidos judicialmente.

A Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Desses processos somente são provisionados aqueles em que a Companhia é parte passiva e cujas chances de perda são prováveis. Os valores são suficientes para garantir as perdas estimadas. Assim, as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia é parte e que são relevantes individualmente.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como ré em 2.419 processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de aproximadamente, R\$ 504 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre hora extra e seus reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício, indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, diferenças salariais por equiparação salarial, desvio ou acúmulo de funções, dentre outras matérias.

A Companhia não é parte em ação trabalhista que, individualmente, possa lhe acarretar impacto relevante.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a M. Dias Branco litigava em 479 ações tributárias. Destacamos, abaixo, os processos não sigilosos considerados como relevantes.

Crédito Outorgado de ICMS

A Companhia é parte em seis autos de infração lavrados para exigência de ICMS, sob a motivação de que a empresa usou crédito outorgado concedido pelo Estado cumulativamente com outros créditos na entrada dos produtos. Aduz a autoridade fazendária que a Companhia se creditou indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", quando já teria escriturado os créditos pelas entradas, tanto dos produtos para revenda como dos insumos utilizados para fabricação dos produtos, ou seja, teria se creditado duas vezes.

O auto de infração de nº 4.148.700-0 nº 4.144.845-5, no montante de R\$ 56.980 foi julgado desfavorável, a Companhia interpôs Recurso Ordinário, que aguarda julgamento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os autos de infrações nº 4.116.234-1 e nº 4.144.845-5, no importe de R\$ 134.132 e R\$ 143.412, respectivamente, foram julgados desfavorável em 1ª instância administrativa. A Companhia interpôs Recurso Ordinário ao Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). Em segunda instância, os julgamentos foram desfavoráveis para Companhia, tendo sido interposto Recurso Especial, os quais aguarda-se julgamento.

Ressaltamos que o auto de infração nº 4.047.698-4, no montante de R\$ 12.662, encerrou, na esfera administrativa, desfavorável à Companhia. A discussão foi levada para via judicial, por meio da Ação Cautelar visando a suspensão da exigibilidade do débito com a apresentação do seguro garantia. O estado de São Paulo ajuizou Execução Fiscal sob Nº 1504121-82.2022.8.26.0565, a Companhia apresentou defesa por meio de Embargos à Execução Fiscal sob Nº 1003788-90.2022.8.26.0565. A decisão de primeira instância foi desfavorável à Companhia. Interposto recurso de apelação que não foi provido. A Companhia interpôs Recurso Especial (Resp) e Recurso Extraordinário (RE). O Resp foi inadmitido e o RE sobrestado em razão do tema 1.195 do STF. Interposto agravo em Resp, o qual aguarda-se julgamento.

Ademais, destacamos que o auto de infração nº 4.045.881-7, no montante de R\$ 40.488, encerrou, de forma desfavorável à Companhia na esfera administrativa. A discussão foi levada para via judicial, por meio da Ação Cautelar visando a suspensão da exigibilidade do débito com a apresentação do seguro garantia. Apresentada Ação Anulatória pela Companhia, aguarda-se julgamento. Execução Fiscal ajuizada pelo Estado de SP sob o nº 1520244-57.2025.8.26.0014, em que houve despacho determinando o sobrestamento da execução fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória nº 1085721-64.2025.8.26.0053.

Por fim, a Companhia recepcionou, no ano de 2024, o auto de infração nº 5.051.926-8, no montante de R\$ 58.355. A Companhia apresentou defesa administrativa, contudo não foi provida. Interposto recurso ordinário pendente de julgamento.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R\$ 467,1 milhões.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	AÇÃO CAUTELAR Nº 1079213-39.2024.8.26.0053 EF 1520244-57.2025.8.26.0014 AÇÃO ANULATÓRIA 1085721-64.2025.8.26.0053 PROCESSO Nº 4.045.881-7
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	10/09/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 36.261.338,19
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de abril a dezembro de 2012. Protocolada defesa administrativa. Em 1ª Instância, a Delegacia de Julgamento julgou procedente o lançamento mantendo a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. O julgamento foi convertido em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Proferida decisão de segunda instância negando

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	provimento ao Recurso Ordinário da Empresa. Dessa decisão, foi interposto Recurso Especial, o qual foi julgado parcialmente procedente somente para limitar os juros de mora ao patamar da Taxa SELIC. No que tange à matéria principal, a Companhia apresentou Pedido de Retificação do Julgado, que foi indeferido, ocasionando o encerramento da discussão na esfera administrativa. A Companhia ajuizou Ação Cautelar registrada sob o nº 1079213-39.2024.8.26.0053, visando a suspensão da exigibilidade do débito com a apresentação do seguro garantia. Apresentada Ação Anulatória pela Companhia pendente de julgamento. Execução Fiscal ajuizada pelo Estado de SP sob o nº 1520244-57.2025.8.26.0014, em que houve despacho determinando o sobrestamento da execução fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória nº 1085721-64.2025.8.26.0053.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Houve desfecho da esfera administrativa de forma desfavorável à Companhia.
Estágio do processo	Aguardando julgamento da Ação Anulatória nº 1520244-57.2025.8.26.0014.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

PROCESSO Nº 4.116.234-1	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	18/03/2019
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 145.275.859,56
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: (i) creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos; (ii) deixou de pagar o ICMS em virtude da diferença encontrada entre a quantidade de mercadorias remetidas para depósito em armazém geral e a quantidade de mercadorias retornadas quando comparadas com os estoques informados nos registros de inventário e (iii) deixou de escriturar, no Registro de Entrada da Escrituração Fiscal Digital – EFD notas fiscais eletrônicas. Referente ao período de janeiro a dezembro de 2015 a 2016. Apresentada impugnação administrativa relativo ao tema crédito outorgado e omissão de saídas. Efetuado o pagamento da infração falta de escrituração. A impugnação foi julgada improcedente. Dessa forma, a Companhia interpôs Recurso Ordinário, que foi negado provimento. Dessa negativa, apresentamos Pedido de Retificação e Recurso Especial. Foi proferida decisão que conheceu parcialmente do Pedido de Retificação de Julgado da Companhia, dando-lhe parcial provimento para ajustar os juros para a taxa Selic. Aguarda-se decisão acerca do Recurso Especial interposto pela Companhia.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de primeira e segunda instâncias administrativas desfavoráveis à Companhia
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso especial da M. Dias
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

PROCESSO Nº 4.148.700-0	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	03/06/2023
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 62.535.397,28
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: 1) utilizou outros créditos e crédito outorgado do artigo 22 do anexo III do RICMS/SP de forma indevida; 2) não escriturou NFe'S e CTe'S e 3) utilizou crédito indevido destacados em CTe's. Impugnação julgada parcialmente procedente na matéria do crédito indevido de CTe'S. Interposto recurso ordinário pela M DIAS e recurso de ofício pela Fazenda SP. Aguarda-se julgamento dos mencionados recursos.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável à Companhia.
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso ordinário da M DIAS e do recurso de ofício da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

PROCESSO Nº 4.144.845-5	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	30/06/2023
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 157.628.607,18
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: 1) não escriturou notas fiscais relativas às operações não tributadas; 2) ausência de escrituração de notas fiscais em operações tributadas e 3) crédito outorgado do artigo 22 do anexo III do RICMS/SP de forma indevida. Impugnação julgada parcialmente procedente na matéria de ausência de escrituração de notas fiscais em operações tributadas. Interposto recurso ordinário pela M DIAS e recurso de ofício pela Fazenda SP. Recurso Ordinário da M DIAS não provido. Interposto Pedido de Retificação do Julgado e Recurso Especial. Despacho indeferindo o Pedido de Retificação do Julgado M DIAS sob o fundamento de que inexistente erro de fato a ser retificado. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial da Companhia.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de primeira e segunda instâncias administrativas desfavoráveis à Companhia
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso especial da M. Dias
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.
PROCESSO Nº 5.051.926-8	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	16/12/2024
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 65.368.706,54
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia, no período de janeiro de 2021 a março de 2022, creditou-se indevidamente de imposto devido à vedação do parágrafo 3º do art. 22 do Anexo III do RICMS ao registro dos créditos de entradas simultaneamente aos créditos outorgados. Impugnação protocolada, não provida. Recurso ordinário interposto pela Companhia pendente de julgamento.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável à Companhia.
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso ordinário da M. Dias.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

IPI – Alíquota Zero

A União Federal, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, moveu contra a Companhia quatro execuções fiscais para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que foram compensados com crédito de IPI reconhecido por meio da ação judicial 1999.16984-0 e confirmado após ajuizamento de ação rescisória da Fazenda Nacional.

Em 1999, a Companhia impetrou mandado de segurança visando a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, anterior a janeiro de 1999, decorrente de aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com o IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRF nº 33/99, por ser esse efeito do Princípio Constitucional da Não-Cumulatividade, legislação ordinária pátria (Lei nos 8.383/91, 9.430/96 e 9.779/99). Após a concessão da segurança, por permissão legal, a Companhia apurou os valores pagos a maior e compensou com os impostos devidos de IRPJ, CSLL e COFINS. Contudo, embora a sentença tenha transitado em julgado favorável à Companhia, com confirmação em sede de Ação Rescisória (AR/5059), a União Federal executou os créditos compensados, por entender que, embora tenha sido reconhecido o direito ao crédito, a Companhia não teria escriturado os créditos no livro registro de apuração do IPI.

A execução fiscal 0816616-29.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08 está tramitando na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução fiscal 0000833-37.2015.4.05.8109 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº

4.4 Processos não sigilosos relevantes

30.6.10.002546-12 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. Ambas as execuções foram ajuizadas contra a M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos.

Já a execução fiscal nº 0816408-45.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.16.001655-57 e nº 30.6.16.005596-00 está tramitando na 33ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução nº 0000162-48.2014.4.05.8109 decorrente da Certidão de Dívida nº 30.7.13.000097-00 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. As execuções foram ajuizadas contra a Pelágio Oliveira S/A, empresa incorporada pela Companhia.

Na opinião de nossos advogados, as execuções apresentam risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R\$ 162,5 milhões.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

PROCESSO Nº 0816616-29.2016.4.05.8100	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	20ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	27/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 121.423.428,25
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 97.533.355,66, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. O presente feito está com tramitação suspensa aguardando o julgamento do REsp 1670405-CE interposto pela Fazenda Nacional que objetiva discutir os efeitos da coisa julgada do Mandado de Segurança que reconheceu o direito da Companhia ao crédito tributário objeto da presente execução fiscal.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento da 1ª instância judicial
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia
PROCESSO Nº 0000833-37.2015.4.05.8109	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	17/03/2015
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado: R\$ 18.420.337,09
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada a partir das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12, tendo como objetivo a cobrança da importância de R\$ 14.356.783,08,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	referente às compensações de débitos de IRPJ realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na ação judicial nº 0016984-67.1999.4.05.8100 (IPI). Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2017.8423.002544-5. Em 30/08/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 18/07/2019 houve uma decisão que manteve os autos sobrestados até ulterior decisão definitiva prolatada no recurso especial nº REsp 1.670.405/CE, ou, da cassação do efeito suspensivo. Em 08/11/2023, foi proferida decisão nos autos dos Embargos à Execução Fiscal sob Nº 0800280-83.2017.4.05.8109, determinando o sobrestamento dos autos até o julgamento em definitivo do REsp 1.670.405/CE.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento da 1ª instância judicial.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

PROCESSO Nº 0816408-45.2016.4.05.8100	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 20.381.018,36
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 15.075.504,93, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.2.16.001655-57 e 36.6.16.005596-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Após a garantia do débito por meio do seguro garantia, foi apresentado embargos à execução fiscal registrado sob o nº 0824359-85.2019.4.05.8100 que determinou a suspensão da execução fiscal até o julgamento final da ação anulatória de débito fiscal nº 0803683-74.2016.4.05.0000, ajuizada pela Companhia em 05/06/2016. A ação anulatória foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto recurso de apelação pela Companhia, tendo sido proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região que anulou a sentença e determinou um novo julgamento. Ação pendente de nova decisão.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão de 2º grau da ação anulatória favorável à Companhia anulando a sentença de 1º grau desfavorável à Companhia e determinando um novo julgamento de 1º grau.
Estágio do processo	Aguarda-se o rejuízo de 1ª instância judicial
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia
PROCESSO Nº 0000162-48.2014.4.05.8109	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/10/2014
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 2.249.776,2
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 1.583.479,83 decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.7.13.000097-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2017.8423.002541-0. Em 3/10/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 25/11/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. A execução foi suspensa até que haja o julgamento definitivo dos Embargos à Execução Fiscal nº 0800281-68.2017.4.05.8109.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões em primeira e segunda instâncias judiciais favoráveis à Companhia proferidas nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 0800281-68.2017.4.05.8109.
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento de 2ª instância judicial nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 0800281-68.2017.4.05.8109 acerca de honorários sucumbenciais fixados contra a Fazenda Pública.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

PIS/COFINS Importação

Trata-se de pedido de habilitação/compensação de crédito sob número 10380.722578/2017-01, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos do processo judicial nº 0008803-28.2009.4.05.8100, reconhecendo como indevidos os pagamentos efetuados pelo contribuinte a título de PIS/COFINS importação, tendo em vista que, em lugar de calcular o crédito tributário devido com base no valor aduaneiro (base de cálculo), a Companhia apurou o valor a ser pago com base no valor aduaneiro acrescido, ainda, ICMS e das próprias contribuições (PIS/COFINS importação) incidentes nas operações de importação.

A decisão judicial reconheceu o recolhimento a maior de PIS/COFINS importação, na exata proporção do indevido incremento da base de cálculo das exações e assegurou o direito da Companhia de promover a compensação do correspondente montante, devidamente atualizado pela SELIC, com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Receita Federal emitiu despacho decisório não homologando as compensações alegando que a Companhia utilizou-se de recolhimentos de PIS/COFINS importação para desconto das respectivas contribuições devidas no mercado interno, não tendo direito creditório relativo a tais recolhimentos, passível de utilização em compensação tributária, sob pena de se caracterizar o bis in idem (duplo aproveitamento do indébito tributário, via desconto e compensação) e sustentou que a Companhia não poderia ter se utilizado de decisão dela para reconhecimento de crédito da incorporada que não foi parte na ação judicial, sob pena de se ampliar ilegalmente o limite subjetivo da coisa julgada.

Ademais, a Receita Federal lavrou o auto de infração N° 10320.724574/2021-41 referente à Multa de 50% sobre o valor do crédito cuja compensação fora não homologada, vinculada ao processo de crédito 10380.722578/2017-01, sendo extinto em razão do julgamento do tema 736 do STF, o qual fixou a tese de que é inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da negativa de homologação de compensação tributária.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R\$ 240,4 milhões.

Seguem os detalhamentos dos respectivos processos:

PROCESSO N° 10380.722578/2017-01	
Juízo	Receita Federal
Instância	Conselho de Administração de Recursos Fiscais
Data de instauração	11/03/2021
Partes no processo	Polo ativo: Receita Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 240.418.332,03
Principais fatos	Despacho decisório indeferindo o crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado que reconheceu o direito da Companhia de recolher o PIS/Cofins importação apenas sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, qual seja, o valor aduaneiro, assim entendido como o valor da operação de importação, excluindo-se de sua abrangência o valor do ICMS e das contribuições incidentes sobre a operação. Em 1ª Instância, a Delegacia de Julgamento julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia, o qual foi julgado improcedente. Opostos embargos de declaração pendentes de julgamento.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de primeira e segunda instâncias administrativas desfavoráveis à Companhia.
Estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão do recurso voluntário interposto pela M. Dias.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do Processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

PIS/COFINS créditos

Trata-se de processo administrativo sob n° 11234-721381/2023-31 3 e 10340-721470/2025-70 decorrentes de autos de infrações lavrados para a cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social

4.4 Processos não sigilosos relevantes

("contribuição ao PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), apurados sob o regime da não cumulatividade, referentes aos anos-calendário de 2019, 2020 e 2022.

A Receita Federal analisou a apuração das referidas contribuições e concluiu que a Companhia teria apropriado créditos sobre itens diversos, supostamente em desacordo com o regramento contido nas Leis n. 10637, de 30.11.2002, e n. 10833, de 29.12.2003. Assim, procedeu à glosa dos valores que entendeu terem sido apropriados indevidamente.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desse processo é considerado possível na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R\$ 359,9 milhões.

Segue o detalhamento do respectivo processo:

PROCESSO Nº 11234-721381/2023-31	
Juízo	Receita Federal
Instância	Delegacia da Receita Federal
Data de instauração	18/05/2023
Partes no processo	Polo ativo: Receita Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 280.024.346,04
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social ("contribuição ao PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), apurados sob o regime da não cumulatividade, referentes aos anos-calendário de 2019 e 2020, devido à Companhia ter apropriado créditos sobre itens diversos, supostamente em desacordo com o regramento contido nas Leis n. 10637, de 30.11.2002, e n. 10833, de 29.12.2003. A Companhia apresentou impugnação fiscal, a qual foi julgada parcialmente procedente. A Companhia interpôs Recurso Voluntário e a Receita Federal interpôs Recurso de Ofício. Ambos os recursos estão pendentes de julgamento.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável à Companhia.
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso voluntário da M DIAS e do recurso de ofício da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

PROCESSO Nº 10340-721470/2025-70	
Juízo	Receita Federal
Instância	Delegacia da Receita Federal
Data de instauração	26/11/2025
Partes no processo	Polo ativo: Receita Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 79.789.797,04
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social ("contribuição ao PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), apurados sob o regime da

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	não cumulatividade, referente ao ano-calendário de 2022, devido à Companhia ter apropriado créditos sobre itens diversos, supostamente em desacordo com o regramento contido nas Leis n. 10637, de 30.11.2002, e n. 10833, de 29.12.2003. A Companhia apresentou impugnação fiscal, pendente de julgamento.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento da 1ª instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

Crédito indevido de ICMS

Trata-se de pedido de habilitação/compensação de crédito sob número 10380.736816/2023-04, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos do processo judicial nº 0007508-19.2010.4.05.8100, reconhecendo o direito líquido e certo à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A decisão judicial reconheceu o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e o direito à recuperação do indébito via compensação administrativa.

A Companhia procedeu com o pedido de habilitação na Receita Federal e, em procedimento fiscalizatório, o fisco emitiu despacho decisório homologando parcialmente o crédito por discordar da metodologia dos valores excluídos pelo contribuinte. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade, a qual aguarda-se julgamento.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R\$ 130 milhões.

Segue o detalhamento do respectivo processo:

PROCESSO Nº 10380.736816/2023-04	
Juízo	Receita Federal
Instância	Delegacia da Receita Federal
Data de instauração	14/10/2025
Partes no processo	Polo ativo: Receita Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 129.975.587,7
Principais fatos	Trata-se de glosa parcial de pedido de habilitação do crédito sob número 10380.736816/2023-04, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos do processo judicial nº 0007508-19.2010.4.05.8100, reconhecendo o direito líquido e certo à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em procedimento fiscalizatório, o fisco emitiu despacho decisório homologando parcialmente o crédito por discordar da metodologia dos valores excluídos pelo contribuinte. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade, a qual aguarda-se julgamento
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento da 1ª instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

Cível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como ré em 325 processos judiciais e administrativos de natureza cível, perfazendo o valor total envolvido de aproximadamente R\$ 147 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre alegações de descumprimento contratual, alegações de presença de corpos estranhos/vício em produtos, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida e de supostos vícios de rotulagem. Destacamos, abaixo, os processos não sigilosos considerados como relevantes.

Processo Administrativo n.º 08012.009957/2008-50	
Juízo	Superintendência Geral do CADE
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	Outubro/2008
Partes no processo	Polo ativo: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo administrativo instaurado pela Superintendência Geral do CADE para apuração de suposto cartel no mercado de farinha de trigo nas regiões Norte e Nordeste Brasileira.
Principais fatos	Em 12 de novembro de 2008, Secretaria de Direito Econômico instaura Averiguação Preliminar, após receber denúncia realizada ao Ministério Público Federal. Em 09 de abril de 2013, CADE propôs busca e apreensão contra M. DIAS BRANCO, e outras empresas moageiras em Fortaleza/CE e Natal/RN, por meio das Medidas Cautelares de nº 0004710-80.2013.4.05.8100 (6ª VF Fortaleza/CE) e de nº 0001412-43.2013.4.05.8400 (5ª VF Natal/RN). Em 07 de janeiro de 2014, a Superintendência suspendeu o andamento da averiguação preliminar, em razão de liminar obtida pela M Dias Branco impedindo acesso do CADE aos documentos apreendidos. Em 04 de dezembro de 2015, o andamento da investigação foi retomado. Em 22 de janeiro de 2016, a Superintendência instaurou o processo administrativo. Entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, os Representados apresentaram sua defesa. Em dezembro de 2019, foi exarado parecer pelo MPF, opinando pela condenação da companhia. Atualmente, o processo administrativo aguarda julgamento pelo Tribunal do CADE, que depende das decisões sobre as medidas cautelares de busca e apreensão, para poder se utilizar das provas coletadas. Sobre a Medida Cautelar do RN, o TRF5 julgou procedente a busca e apreensão. Em sede de Recurso Especial, o STJ acatou pedido da M Dias Branco e determinou retorno dos autos ao TRF5 para apreciação de teses da Companhia. Em outubro/2025, TRF5 julgou os embargos de declaração opostos pela M. Dias Banco parcialmente providos para conferir efeitos modificativos ao julgado, dando provimento às apelações interpostas e julgando improcedentes os pedidos do CADE. Atualmente, processo aguarda apreciação, pelo TRF5, de petição do CADE informando não ter sido notificado do julgamento dos embargos e requerendo novo julgamento. Em relação à Medida Cautelar do Ceará, o TFR5 anulou a busca e apreensão e o processo aguarda julgamento do Agravo Interno ao Recurso Especial do CADE, que havia sido conhecido e improvido pelo ministro relator no STJ.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Critério econômico-financeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Nada obstante a instauração do processo administrativo pelo Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, (a) eventual aplicação de qualquer penalidade ainda depende de investigação e demonstração de infração; e (b) a aplicação de qualquer penalidade pode ser questionada judicialmente.
Auto de Infração n.º 9078653(Processo Administrativo)	
Juízo	Diretor(a) de proteção ambiental do IBAMA em Fortaleza/CE.
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	Abril/2015
Partes no processo	Polo ativo: Instituto Brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis Partes no processo – IBAMA Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com GME
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aplicação de multa no valor R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais).
Principais fatos	A Companhia foi autuada pelo IBAMA, no dia 07 de abril de 2015, por ocasião de um incidente na tubulação de transferência de gordura vegetal ter lançado este produto no mar, vindo o mesmo a alcançar a região da praia e do beach rock mais próximos ao local do acidente (Região do Mucuripe, Fortaleza/CE). O órgão fundamentou a aplicação da multa em parecer técnico, no qual afirma ser possível que o derramamento de gordura vegetal tenha interferido no bioma do local, bem como tenha causado prejuízos socioeconômicos na região. A companhia apresentou defesa, tempestivamente, afirmando que o produto não era capaz de causar danos ao bioma, bem como demonstrando que não houve impacto socioeconômico na região. Questionamos, ainda, a composição do valor da multa, o qual desconsiderou aspectos legais. Atualmente, aguardamos a decisão da primeira instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Critério econômico-financeiro
Análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo como base os elementos decorrentes da dilação probatória, considera-se possível o risco de manutenção da multa aplicada. Não obstante, a eventual confirmação da penalidade no âmbito administrativo poderá ser questionada judicialmente.

Trabalhista

As principais matérias discutidas nos processos provisionados são: horas extras e seus reflexos, diferenças salariais por equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função, diferenças de comissões sobre vendas, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade ou periculosidade, indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, dentre outras matérias não especificadas.

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Trabalhistas Divididos por Causas Semelhantes	
Horas extras e reflexos	R\$ 29.802.801,54
Diferenças salariais por equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função	R\$ 3.241.569,33
Diferenças de comissões sobre vendas	R\$ 2.126.641,70
Reconhecimento de vínculo empregatício	R\$ 1.671.906,98
Adicional de insalubridade ou periculosidade	R\$ 1.450.076,54
Indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional	R\$ 968.532,03
Responsabilidade subsidiária	R\$ 628.715,27
Outras matérias não especificadas	R\$ 10.865.618,70

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Horas extras e reflexos

A Companhia figura como ré em processos que discutem o pagamento supostamente incorreto de horas extras, especialmente em ações propostas por ex-empregados que exerciam atividades externas, como vendedores e promotores de vendas. Na Justiça do Trabalho, é comum que ex-empregados, com apoio de testemunhas, apresentem alegações que nem sempre refletem a realidade dos fatos. A Companhia adota a prática de pagar horas extras em conformidade com a legislação, inclusive com controle eletrônico de jornada para os empregados que atuam internamente, não havendo prática específica que tenha dado origem a essas contingências. Para essa matéria, a provisão estimada é de aproximadamente R\$ 29,8 milhões.

Diferenças salariais por equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função

A Companhia figura como ré em processos que versam sobre equiparação salarial, acúmulo e desvio de função. A equiparação salarial é pleiteada quando o reclamante e o empregado paradigma desempenham as mesmas atividades, com igual produtividade e qualidade técnica, e possuem diferença de tempo na função inferior a dois anos. O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além de suas atribuições originais, passa a assumir, de forma parcial ou integral, responsabilidades de outro cargo, normalmente em razão de mudanças internas, como reorganização ou redução de quadro. Já o desvio de função se caracteriza quando o trabalhador exerce, de forma habitual, atividades distintas daquelas para as quais foi contratado. A Companhia adota práticas alinhadas à legislação trabalhista, não tendo sido identificadas condutas ou procedimentos de gestão aptos a justificar tais contingências. Para esse tipo de demanda, a Companhia registra provisão estimada de aproximadamente R\$ 3,2 milhões.

Diferenças de comissões sobre vendas

A Companhia figura como ré em demandas trabalhistas nas quais ex-empregados, em especial aqueles que exerciam funções comerciais, pleiteiam o pagamento de diferenças de comissões sobre vendas, sob a alegação de que tais verbas não foram quitadas ou foram pagas a menor. A Companhia adota práticas em estrita conformidade com a legislação trabalhista vigente, não tendo sido identificadas condutas ou procedimentos de gestão aptos a justificar a origem dessas contingências. Para esse tipo de demanda, a Companhia registra provisão estimada de aproximadamente R\$ 2,1 milhões.

Reconhecimento de vínculo empregatício

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício de trabalhadores autônomos. Tais demandas decorrem de práticas adotadas no passado por empresa adquiridas e posteriormente incorporada, que não observou, à época, os cuidados necessários para evitar a caracterização do vínculo empregatício. A Companhia adota práticas em estrita conformidade com a legislação trabalhista vigente, não tendo sido identificadas condutas ou procedimentos de gestão aptos a justificar a origem dessas contingências. Para esse tipo de demanda, a Companhia registra provisão estimada de aproximadamente R\$ 1,7 milhão.

Adicional de insalubridade ou periculosidade

A Companhia figura como ré em demandas trabalhistas que têm por objeto o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade, sob a alegação de exposição a condições de trabalho supostamente insalubres ou perigosas. Nos termos da legislação trabalhista, consideram-se insalubres as atividades que exponham o empregado a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância legalmente estabelecidos, enquanto as atividades perigosas são aquelas que impliquem contato permanente com inflamáveis, explosivos ou outros agentes de risco acentuado, conforme

4.4 Processos não sigilosos relevantes

regulamentação aplicável. A Companhia adota práticas alinhadas às normas de saúde e segurança do trabalho, buscando assegurar condições adequadas de labor, não tendo sido identificadas condutas ou procedimentos de gestão aptos a justificar a origem dessas contingências. Para este tipo de matéria na esfera trabalhista, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 1,4 milhão.

Responsabilidade subsidiária

A Companhia figura como ré em demandas trabalhistas que versam sobre a sua eventual responsabilização subsidiária por obrigações decorrentes de contratos de prestação de serviços. A responsabilidade subsidiária, no âmbito trabalhista, refere-se à atribuição ao tomador de serviços do dever de garantir o adimplemento dos créditos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora, na hipótese de inadimplemento por esta última. Tais contingências decorrem, em grande medida, do fato de os controles anteriormente adotados pela Companhia não terem sido plenamente suficientes para assegurar o acompanhamento e a verificação integral da documentação comprobatória do cumprimento, pelas empresas contratadas, das obrigações trabalhistas e rescisórias perante seus empregados. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 629 mil.

Outras matérias não especificadas

A Companhia figura como ré em processos trabalhistas que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, diversas outras, tais como falta de pagamento de diárias para viagens a trabalho (pagamento de estadia e alimentação durante as viagens a trabalho), reembolso de despesas, contribuições previdenciárias e honorários advocatícios incidentes sobre eventuais condenações, dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 10,8 milhões.

Tributário

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados.

Cível

As principais matérias discutidas nos processos cíveis provisionados são alegações de descumprimento contratual, alegações de presença de corpos estranhos/vício em produtos, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida e de supostos vícios de rotulagem, dentre outras.

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Cíveis Divididos por Causas Semelhantes	
Descumprimento contratual / indenização por rescisão de contratos	R\$ 7.104.617,53
Corpo estranho/vício produtos	R\$ 185.559,23
Cobrança indevida / protesto indevido	R\$ 240.630,37
Indenizatória logística	R\$ 204.111,30
Outras matérias	R\$ 10.714.721,05

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Descumprimento Contratual / Indenização por Rescisão de Contratos

A Companhia figura como ré em processos tendo como objeto a alegação de suposto descumprimento contratual, por exemplo, sobre: contratos de prestação de serviços, de locação de imóvel, de representação ou de distribuição comercial, dentre outras questões. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 7,1 milhões.

Corpo estranho / vício em produtos

A Companhia figura como ré em processos cíveis em que consumidores alegam, por exemplo: ter encontrado corpos estranhos em produtos industrializados e comercializados pela Companhia, o que lhes teriam causado danos de ordem moral e material; suposta entrega de mercadoria com data de validade vencida, dentre outras questões. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 185 mil.

Cobrança Indevida / Protesto Indevido

A Companhia figura como ré em processos cíveis que discutem danos decorrentes de cobranças e protestos realizados de forma supostamente indevida. Grande parte destas reclamações tiveram origem quando da mudança de sistema informático. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 240,6 mil.

Indenizatória logística

A Companhia figura como ré em processos cíveis que discutem frete mínimo, vale-pedágio ou pagamento de diárias proveniente de tempo de espera de carregamento/descarregamento. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 204 mil.

Outras matérias não especificadas

A Companhia figura como ré em processos cíveis que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas: ações sobre marcas e patentes, direito de vizinhança, acidente de trânsito, dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação pátria, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 10,7 milhões.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$ 69,2 milhões. Com relação aos processos tributários, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em R\$ 103,5 milhões mais R\$ 28,0 milhões referente aos honorários advocatícios de êxito.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em uma arbitragem instaurada por antigos proprietários de uma companhia adquirida. No referido procedimento arbitral, pleiteia-se o pagamento de uma parcela variável de aquisição, supostamente devida aos ex-sócios. Houve a apresentação de pedido contraposto pela Companhia. Atualmente, a arbitragem encontra-se na fase instrutória e em dez/2025 tinha valor de risco estimado em R\$ 52 milhões, sendo classificada pela Companhia e por seus advogados como de perda possível.

4.7 Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes, referentes ao exercício de 2025, que a Companhia é parte, foram descritas nos itens 4.4 a 4.6 acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalizada, a qual foi atualizada, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 06/10/2023.

Adicionalmente à Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui Política de Hedge formalizada, a qual foi atualizada e revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/10/2021. Tal documento, estabelece as principais diretrizes para monitoramento do risco de mercado frente a variação da taxa de câmbio e preço das *commodities*.

Contribuindo para a formalização e execução do monitoramento e gerenciamento de riscos, em 09/05/2022 foi e revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração a política de Continuidade de Negócios, na qual formaliza as diretrizes, papéis e responsabilidades no caso de materialização dos riscos de continuidade ou crises.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável face à sua perpetuação;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos identificados, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- Sejam identificadas as operações com potenciais conflitos de interesse e os Riscos associados sejam minimizados a partir da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades;
- Todos os colaboradores compreendam claramente os objetivos da gestão de riscos e os papéis, as funções e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da Companhia;
- A Companhia atenda os critérios regulamentares vigentes; e
- Os objetivos estratégicos da Companhia sejam plenamente atendidos.

A estratégia da política de gerenciamento de riscos concentra-se basicamente na redução das incertezas que poderiam afetar o retorno aos acionistas e o valor econômico da Companhia no longo prazo.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos alinhada às diretrizes de governança corporativa. A identificação e avaliação dos riscos são realizadas de forma qualitativa e quantitativa, com foco naqueles que possam impactar de maneira relevante os resultados, a posição financeira e a continuidade operacional da Companhia.

O processo de avaliação, monitoramento e resposta aos riscos é conduzido pela Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, sob a supervisão do Comitê de Auditoria, observadas as alçadas e responsabilidades estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos. Os riscos considerados relevantes são reportados às instâncias competentes de governança, conforme previsto nas políticas internas da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

De acordo com sua Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia classifica seus principais riscos nas seguintes categorias: estratégicos, operacionais, de reporte, de conformidade (compliance), cibernéticos, de proteção de dados, de mercado e socioambientais.

No que se refere aos riscos de mercado, a Companhia busca proteção, principalmente, contra:

(i) a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionada a instrumentos de endividamento indexados à inflação, tais como debêntures;

(ii) a variação das taxas de câmbio, especialmente do dólar norte-americano, decorrente de passivos financeiros e da aquisição de matérias-primas importadas; e

(iii) a volatilidade dos preços de commodities e insumos relevantes, notadamente trigo em grão, óleo vegetal (especialmente óleo de palma) e açúcar, que compõem parcela relevante da estrutura de custos da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A mitigação dos riscos identificados é realizada, prioritariamente, por meio de um ambiente estruturado de controles internos, continuamente monitorado e aprimorado, de forma a assegurar que os riscos relevantes estejam adequadamente endereçados.

Adicionalmente, a Companhia utiliza instrumentos de transferência de riscos, sobretudo por meio da contratação de seguros, cujas coberturas consideram a materialidade dos riscos mapeados, os controles existentes e as exposições residuais identificadas nos processos de avaliação periódica.

Para apoiar o gerenciamento de riscos e controles, a Companhia utiliza sistema informatizado de GRC (Governance, Risk and Compliance), que permite a gestão das matrizes de riscos e controles internos, a execução de testes de auditoria interna e o acompanhamento dos planos de ação definidos.

No âmbito dos riscos financeiros e de mercado, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de hedge, não realizando operações com caráter especulativo. Dentre os instrumentos utilizados, destacam-se:

operações de swap, destinadas à mitigação dos riscos de variação de taxas de juros, de inflação (IPCA) e de moeda estrangeira, relacionadas a financiamentos, debêntures e capital de giro;

contratos a termo de moeda (NDF – Non Deliverable Forward), utilizados para proteção da exposição cambial associada à aquisição de insumos importados; e

instrumentos de hedge de commodities, em conformidade com a Política de Hedge da Companhia, destinados a mitigar os efeitos da volatilidade dos preços de matérias-primas relevantes.

Especificamente, a proteção contra a variação cambial é realizada por meio de operações de swap cambial e de contratos de moeda a termo (NDF); a proteção contra a variação dos preços das commodities é efetuada conforme instrumentos permitidos pela Política de Hedge; e a proteção contra a variação da inflação (IPCA) é realizada, quando aplicável, por meio de operações de swap de indexadores, mitigando os impactos de passivos indexados à inflação sobre o resultado financeiro da Companhia

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui a Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, com uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, bem como gerências específicas para área de Riscos, Jurídica e Compliance, e com reporte direto à Presidência, bem como, possui uma Gerência de Auditoria Interna, com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e administrativo à Presidência. O Comitê de Auditoria, por sua vez, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Conselho) da M. Dias Branco S.A. (Companhia) composto no período por três membros

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

independentes, sendo um deles também membro independente do Conselho. A responsabilidade do Comitê está alinhada com as instruções CVM 509 e 552, abrangendo atividades de suporte ao Conselho em temas como:

- Supervisão da qualidade e integridade das informações financeiras reportadas ao Conselho de Administração, aos acionistas, ao mercado e às demais partes interessadas;
- Acompanhamento da eficiência e eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e dos sistemas de controles internos;
- Supervisão da contratação, direcionamento, avaliação e revisão das atividades da Auditoria Independente e da Auditoria Interna;
- Monitoramento da aderência às exigências legais e regulatórias aplicáveis aos reportes contábeis, financeiros e tributários;
- Avaliação e o acompanhamento do atendimento, pela Administração, às recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria e de órgãos reguladores;
- Monitoramento de potenciais conflitos de interesse e da observância ao Código de Ética da Companhia; e
- Incentivo, o desenvolvimento e a sustentabilidade das boas práticas de governança corporativa.

Neste sentido, o Comitê realiza reuniões ordinárias, nas quais emite opiniões e recomendações à Administração e ao Conselho por meio da formalização e envio de atas.

A Companhia possui Política de Hedge, definindo os papéis e responsabilidades para o gerenciamento de risco de mercado, bem como destacando os agentes envolvidos. Segue abaixo resumo das principais atribuições contidas na Política:

- Comitê de Hedge:
 - Propor e revisar a Política de Hedge;
 - Aprovar os Planejamentos Estratégicos de Precificação;
 - Propor e revisar o Apetite a Riscos em relação às exposições de câmbio, commodities e dívida;
 - Definir e monitorar os indicadores de desempenho para gestão de risco de mercado; e
 - Patrocinar e disseminar a cultura de gestão de riscos de mercado na Companhia.
- Gerência de Suprimentos:
 - Através da Política de Suprimentos, determinar quais as categorias de insumos que serão objeto de análise do Comitê de Hedge;
 - Elaborar e recomendar o Planejamento Estratégico de Precificação das Commodities para cada categoria de insumo objeto de análise do Comitê;
 - Sugerir o Apetite ao risco em relação a operações de commodities;
 - Documentar o processo operacional de negociação das operações de Commodities;
 - Elaborar, executar e formalizar os Controles Internos dos PEPs, negociações com fornecedores e exposição total da Companhia em Commodities; e
 - Executar (contratar) as operações de Commodities diretamente com fornecedor, em reais ou moeda estrangeira, seguindo as diretrizes aprovadas pelo Comitê de Hedge.
- Gerência de Investimentos:
 - Executar (contratar) as operações de Hedge (Moeda Estrangeira e Commodities), seguindo as diretrizes aprovadas pelo Comitê de Hedge;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Apoiar na elaboração do Planejamento Estratégico de precificação de moedas estrangeiras e dívidas;
- Sugerir o Apetite ao risco em relação às operações cambiais e de dívida; e
- Elaborar, executar, e formalizar os Controles Internos nas operações de Câmbio, derivativos e exposição total da Companhia.

- Gerência de Riscos:

- Supervisionar o processo de gestão de Risco de Mercado, reportando ao Comitê de Hedge os eventuais desvios e exceções à Política de Hedge;
- Assessorar o Comitê de Hedge, exercendo a secretaria e sendo responsável pelos registros das reuniões, formalizando as decisões e monitorando seu adequado cumprimento; e
- Apoiar a Companhia na disseminação da cultura de gestão de riscos de mercado.

Além disso, a Companhia possui também a Política de continuidade, definindo os papéis e responsabilidades para o gerenciamento de risco de continuidade e crises, bem como destacando os agentes envolvidos. Segue abaixo resumo das principais atribuições contidas na Política:

- Comitê ESG

- Zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, preservação ambiental, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a gestão de riscos corporativos e continuidade de negócio.
- Promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa, preservação ambiental e sustentabilidade, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, inclusive nos processos de continuidade de negócio, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário

- Gerência de Riscos

- Estabelecer a estrutura de gestão de continuidade de negócios da Companhia, bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.
- Estabelecer o Processo de Gestão de Continuidade de Negócios, bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.

- Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade

- Elaborar e implementar o plano periódico de comunicação.
- Elaborar e implementar o plano periódico de treinamento.

- Comitê de Continuidade de Negócios

- O Comitê de Continuidade de Negócios é responsável pela liderança das medidas de resposta e tomada de decisão relacionadas no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e nos Planos de Continuidade Operacionais (PCOs) durante um período de interrupção, bem como a análise de viabilidade operacional e financeira. Suas atribuições e seus membros serão definidos em Regimento Interno do Comitê, a ser aprovado pela Diretoria Estatutária.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Comitê de Gestão de Imagem
 - O Comitê de Gestão de Imagem é responsável pela liderança das medidas de resposta e tomada de decisão durante uma crise. As suas responsabilidades e membros estão detalhadas no Regimento Interno do Comitê.
- Equipe de Recuperação de Desastres
 - A Equipe de Resposta à Emergência é responsável pela liderança e execução das atividades de resposta e recuperação de sistemas e equipamentos em casos de indisponibilidade de sistemas e equipamentos críticos. As suas responsabilidades e membros estão definidos no Plano de Recuperação de Desastres (PRD).

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

No contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, riscos e controles internos, a Companhia adota como referenciais as boas práticas recomendadas por entidades reconhecidas, tais como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o Institute of Internal Auditors (IIA) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como as normas e orientações emanadas pela CVM e pela B3.

Anualmente, o Comitê de Auditoria avalia a adequação da estrutura operacional de governança, incluindo os recursos considerados necessários para o adequado funcionamento do Comitê de Auditoria, da Auditoria Interna e das áreas vinculadas à Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance.

Compete também ao Comitê de Auditoria o monitoramento da implementação e do cumprimento dos planos de ação corretivos decorrentes dos trabalhos das áreas de governança, riscos e compliance, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outros prestadores de serviços relacionados à melhoria do ambiente de controles internos. A evolução desses planos de ação é igualmente acompanhada pela Diretoria Estatutária e pelo Comitê Executivo, no âmbito de suas atribuições.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Assim como para o gerenciamento de riscos, também no que tange o sistema de controles internos, a Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o IIA (Institute of Internal Auditors) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

A Companhia utiliza software GRC (Governance, Risk and Compliance) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna, gestão dos comunicados recebidos pelo Canal Ético e monitoramento dos planos de ação corretivos. Nesta ferramenta de gestão, os controles são especificados de acordo com critérios previamente definidos pela Companhia. Tais critérios levam em consideração o tipo de controle, a forma de execução, sua relevância no contexto organizacional, a frequência de execução, se o controle possui impacto nas demonstrações financeiras e a qual classe o controle pertence.

De acordo com o planejamento anual da Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, e da Auditoria Interna, o ambiente de controle é avaliado em duas perspectivas: se o desenho do controle interno atende às expectativas da Companhia; e se os controles operam de acordo com os critérios previamente definidos e mitigam os riscos correspondentes.

Em relação aos controles para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras de forma confiável, além dos aspectos já mencionados, as atividades realizadas pelos colaboradores, são dirigidas por procedimentos operacionais, macrofluxos e demais documentos normativos aprovados e divulgados em canais acessíveis aos colaboradores. O ambiente de controles internos observa os princípios de segregação de função, sendo a concessão de acessos aos usuários do sistema integrado de informações (ERP) subordinada a um processo de avaliação e aprovação. Além disso, a Companhia definiu fluxos de trabalhos que respeitam os limites de alçadas necessários para registro de informações, revisões e aprovações das atividades realizadas pelos usuários envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras. Por fim, foram definidas rotinas de conciliação para assegurar a integridade e o registro acurado das informações financeiras no sistema da Companhia. Assim, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, mesmo considerando possíveis limitações de tais controles para prevenir ou detectar erros.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada área da Companhia possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, entretanto a Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

No que concerne à elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência de Controladoria Societária é a área responsável por sua elaboração e conta com envolvimento das áreas de Planejamento e Contencioso Tributário, Jurídica e Financeira, a partir do fornecimento de informações através dos sistemas HFM – Hyperion Financial Management e CDM – Cognos Disclosure Management, ferramentas que permitem um maior acompanhamento e controle do processo de divulgação das informações.

5.2 Descrição dos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade de cada Gestor e Diretor da Companhia instituir os controles internos de sua área, entretanto é de responsabilidade da Gerência de Riscos avaliar e manter atualizados na ferramenta GRC da Companhia os controles internos frente aos processos definidos no planejamento anual da Vice-Presidência, Jurídica, de Governança, Riscos e *Compliance*, e da Auditoria Interna. Periodicamente, a Auditoria Interna realiza avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores de cada área, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das deficiências, e são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê de Auditoria.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Um dos procedimentos adotados pelo Auditor Independente em seu exame das demonstrações financeiras é o entendimento do ambiente de controles internos da Companhia, para avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por eventual fraude ou por erro. Em 2025, o Auditor Independente não relatou nenhuma deficiência significativa.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A M. Dias Branco mantém um Programa de Integridade estruturado em mecanismos de prevenção, detecção e resposta a condutas inadequadas, fraudes, suborno, corrupção, descumprimento regulatório e demais violações às legislações aplicáveis e aos normativos internos. O Programa é baseado nas melhores práticas de mercado e na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), e está alinhado ao compromisso institucional com a ética, a integridade e a conformidade.

O nosso Programa é composto pelos seguintes pilares:

1) Avaliação de Riscos:

Anualmente, realizamos o mapeamento e a classificação dos riscos de suborno, com a definição de planos de ação para mitigação de eventuais impactos. Essa atividade é conduzida com o apoio das áreas responsáveis e permite o aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle e prevenção.

2) Governança e Apoio da Alta Administração:

A Alta Administração exerce papel fundamental por meio do exemplo, da alocação de recursos e do apoio contínuo à cultura de integridade, assegurando que os princípios do Programa estejam presentes em todos os níveis da Companhia. O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento (Comitês de Auditoria e de ESG) e o Comitê de Ética, monitoram a eficácia das ações adotadas.

3) Políticas e Procedimentos:

Contamos com um Código de Ética e um conjunto robusto de políticas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, que orientam condutas éticas e responsáveis por parte de colaboradores e parceiros de negócio. Dentre essas, destacam-se:

- Código de Ética;
- Política Antissuborno e Anticorrupção;
- Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades;
- Política de Partes Relacionadas e demais situações envolvendo Conflito de Interesses;
- Política de Doações e Patrocínios;
- Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético;
- Política de Consequências;
- Política de Não Retaliação;
- Política de Gerenciamento de Riscos;
- Política de Compras e Suprimentos;
- Política de Boas Práticas de Concorrência;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Responsabilidade Social Corporativa;
- Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão;
- Política de Gestão de Continuidade dos Negócios.

As políticas, procedimentos e controles relacionados ao Programa de Integridade são revisados periodicamente e atualizados sempre que houver mudanças relevantes no ambiente regulatório, no modelo de negócios, em processos críticos, em operações com terceiros, em apurações internas ou em

5.3 Programa de integridade

incidentes relevantes, para refletir os riscos identificados, alterações normativas, recomendações de auditoria e resultados de monitoramento.

Esses normativos estão disponíveis no sistema interno de gestão de documentos e no site de Relações com Investidores da Companhia.

4) Canal de Denúncias (Canal Ético):

Nossa cultura de ética, integridade e respeito é apoiada por mecanismos de compliance e por um canal de reporte acessível e confiável, que permitem prevenir, identificar, apurar e endereçar condutas em desacordo com o Código de Ética e as diretrizes da Companhia. Incentivamos colaboradores e terceiros a manterem diálogo aberto com suas lideranças, com a área de Recursos Humanos e áreas de apoio, valorizando a transparência e a busca por esclarecimentos. Consultas prévias à área de Compliance também são incentivadas, como parte da prevenção de riscos de conduta e da preparação para uma tomada de decisão responsável. Nesse contexto, disponibilizamos o Canal Ético como um meio seguro e confidencial para colaboradores, fornecedores, clientes e a sociedade, destinado ao registro de denúncias e ao esclarecimento de dúvidas sobre condutas que possam divergir das diretrizes de ética e integridade da Companhia, fortalecendo a prevenção, a detecção e o tratamento de desvios de conduta ao longo da cadeia de valor.

Os registros podem ser anônimos ou identificados, com garantia de sigilo, e realizados por meio do site institucional, e-mail ou por ligação telefônica gratuita. Operado por empresa independente, a ICTS GLOBAL DO BRASIL LTDA. (Aliant) e especializada, o serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, nos idiomas português, inglês e espanhol. Para ampliar a acessibilidade e promover um ambiente acolhedor, mantivemos a opção de atendimento exclusivo por mulheres, quando essa for a preferência da pessoa comunicante. As apurações são conduzidas pela área de Compliance, em sua maioria, que conta com equipe dedicada e autonomia, reportando-se à Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance. Conforme previsto no Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético, podem ser acionadas áreas de negócio para apoio técnico às apurações, preservando a independência do processo. Em casos de violações críticas confirmadas, as decisões sobre medidas corretivas e disciplinares são avaliadas pelo Comitê de Ética e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria. A Companhia implementa planos de ação proporcionais à gravidade dos casos, oferece apoio à vítima, quando aplicável, e prioriza a prevenção de recorrências.

A efetividade do Canal Ético é aferida periodicamente por meio da análise de métricas e indicadores, sob acompanhamento do Comitê de Auditoria.

5) Due Diligence:

Aplicamos processos estruturados de diligência prévia para avaliar riscos relacionados a terceiros, com foco em suborno, corrupção, conflitos de interesses e demais aspectos reputacionais. Os critérios adotados visam mitigar impactos negativos às operações e garantir integridade nas relações comerciais e institucionais.

6) Treinamentos e Comunicação:

Realizamos treinamentos contínuos e campanhas de sensibilização direcionadas aos diferentes públicos da Companhia. Os conteúdos abordam o Código de Ética, políticas de integridade e temas como prevenção ao assédio. A capacitação é obrigatória para todos os colaboradores e terceiros que atuam nas Unidades da Companhia. Os materiais são disponibilizados em formatos diversos, como vídeos, cartilhas, publicações internas e trilhas de capacitação.

7) Resposta a Violações:

As denúncias recebidas e outras ocorrências identificadas por meio de monitoramentos são objeto de investigação interna, conduzida com base em protocolo específico. Quando constatadas violações, são adotadas medidas disciplinares proporcionais à gravidade dos fatos, bem como planos de ação para

5.3 Programa de integridade

correção e prevenção de novas ocorrências. As medidas são recomendadas ou supervisionadas pelos órgãos de governança competentes.

Compromissos Institucionais:

Em 2025, a Companhia aderiu ao **Pacto Brasil pela Integridade Empresarial**, iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) voltada ao estímulo do compromisso público das organizações com a integridade ao longo de todo o ciclo de negócios.

A Companhia também participa do **Pacto Global da ONU**, é signatária do **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção**, iniciativa do Instituto Ethos destinada à promoção de ações de prevenção e combate ao suborno, à corrupção e ao desvio de recursos públicos, e integra o **Movimento Transparência 100%**, vinculado à Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

Tais iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com a promoção da ética, da integridade, da transparência e da conformidade, em linha com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

No âmbito do Movimento Transparência 100%, a Companhia estabeleceu e divulgou metas de transparência com horizonte até 2030, incluindo três metas já publicadas.

Adicionalmente, a Companhia possui a certificação **ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno**, emitida pela QMS Certification, a qual atesta a implementação de controles destinados à prevenção, detecção e tratamento de riscos e práticas relacionadas ao suborno em suas operações.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A independência das funções de Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna é assegurada por meio de estrutura de reporte hierárquico e/ou funcional a instâncias da alta administração e de governança, bem como pela autonomia técnica para a condução de análises, avaliações e apurações. Tais funções também dispõem de acesso direto ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, sempre que necessário, além da observância de regras de conflito de interesses e impedimento aplicáveis aos processos de apuração e deliberação.

As áreas Jurídica e de Governança, Riscos e Compliance estão subordinadas à Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, a qual se reporta diretamente à Presidência, reforçando o compromisso da Companhia com elevados padrões de governança corporativa. O Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance exerce também o cargo de Governance Officer, com vínculo funcional e acesso direto ao Conselho de Administração.

A Companhia mantém uma Gerência de Auditoria Interna, com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e, consequentemente, ao Conselho de Administração, além de reporte administrativo à Presidência. A área tem como propósito prestar serviços independentes e objetivos de avaliação e consultoria, com vistas a agregar valor e contribuir para o aprimoramento das operações da Companhia. Sua atuação está orientada à proteção e geração de valor organizacional, por meio de avaliações, assessoramento e disseminação de conhecimento com base em riscos.

A Companhia conta, ainda, com um Comitê de Ética, composto pelo Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance, pela Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade e pela Diretoria de Compliance, Auditoria e Riscos. O Comitê tem por finalidade assessorar a Diretoria Estatutária na supervisão da aplicação do Código de Ética, bem como acompanhar e deliberar sobre as ocorrências reportadas por meio do Canal Ético, conforme sua competência.

5.3 Programa de integridade

Em 2007, foi formalmente instituído o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com a atribuição de acompanhar e avaliar, de forma contínua, os trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente, bem como os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração.

Em 2018, foi formalmente instituído o Comitê ESG, com a finalidade de assessorar o Conselho de Administração no aprimoramento dos controles internos e dos mecanismos relacionados à agenda ambiental, social e de governança (ESG), incluindo temas relacionados ao desenvolvimento sustentável da Companhia, à observância da legislação aplicável e à adoção das melhores práticas de mercado. Atualmente, o Comitê ESG conta seis membros, sendo um deles membro independente do Conselho de Administração.

Instituída na Companhia desde 2019, a Área de Governança Corporativa desempenha papel estratégico no fortalecimento do sistema de governança, apoiando os órgãos de administração na tomada de decisões estratégicas e contribuindo para a geração, preservação e maximização de valor atuação busca assegurar um processo decisório estrutura para acionistas e demais stakeholders no longo prazo. Sua atuação busca assegurar um processo decisório estruturado, com o adequado envolvimento das instâncias de deliberação, controle e execução, em alinhamento com os princípios e melhores práticas de governança corporativa.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Nosso Código de Ética estabelece e dissemina os princípios e valores que norteiam a atuação da Companhia, de suas controladas e coligadas, orientando o comportamento de todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com a Companhia. O documento define, de forma clara, o padrão de conduta esperado nas interações com todas as partes interessadas, promovendo integridade, transparência e responsabilidade em nossas atividades.

Para os fins deste Código, são considerados colaboradores todos os empregados, diretores (estatutários ou não), membros do Conselho de Administração, membros de comitês (estatutários ou não), membros do Conselho Fiscal, além de aprendizes e estagiários, independentemente de cargo, função ou local de atuação.

Consideram-se terceiros todas as pessoas físicas ou jurídicas que não integrem o quadro de colaboradores da Companhia, mas que atuem em seu nome ou em seu benefício, ou ainda que mantenham relação comercial ou institucional, incluindo, mas não se limitando a parceiros, consorciadas, representantes, fornecedores, prestadores de serviços, consultores, terceirizados, agentes e intermediários.

Todos, colaboradores e terceiros, devem atuar em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos neste Código, zelando pela reputação, pela ética e pela sustentabilidade dos negócios da Companhia.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Conforme previsto no Código de Ética e na Política de Consequências da Companhia, em casos de violações ao Código de Ética, ao Programa de Integridade e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, os responsáveis estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares: (i)

5.3 Programa de integridade

advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão sem justa causa; (v) demissão por justa causa; (vi) aplicação de penalidade prevista em contrato e/ou rescisão contratual (em caso de terceiro contratado), observadas as proteções conferidas pela legislação trabalhista vigente e a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a graduação da sanção.

Além das medidas acima, os colaboradores (e/ou terceiros, conforme o caso) poderão estar sujeitos a responsabilização pessoal, incluindo eventual indenização pelos danos causados por sua conduta.

Caso estas violações apontem indícios de algum ilícito civil, administrativo ou penal, poderão ser levadas aos órgãos reguladores e às Autoridades Governamentais competentes para que sejam adotadas as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções pela Companhia, nos termos aqui dispostos.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da Companhia é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente, de forma a assegurar sua aderência à legislação vigente, às melhores práticas de governança corporativa, integridade, ética e compliance, bem como às diretrizes e processos internos da Companhia.

A versão atualmente vigente do Código de Ética foi atualizada e aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de setembro de 2025.

O Código de Ética encontra-se disponível para consulta no site institucional da Companhia, no site de Relações com Investidores (RI), no sistema interno de gestão de documentos e no site do Canal Ético, acessível aos colaboradores.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Para o recebimento de relatos sobre condutas potencialmente contrárias ao Código de Ética e às demais políticas da Companhia, disponibilizamos o Canal Ético, uma plataforma de comunicação acessível ao público interno e externo, administrada por empresa independente especializada, a ICTS GLOBAL DO BRASIL LTDA. (Aliant).

O Canal Ético é gratuito e pode ser acessado por meio de site, telefone e e-mail, estando disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, nos idiomas português, inglês e espanhol. O canal assegura a possibilidade de anonimato, a confidencialidade, a proteção ao comunicante de boa-fé e a vedação a qualquer forma de retaliação, em conformidade com o Código de Ética, a Política de Consequências e a Política de Não Retaliação da Companhia. O Canal Ético é amplamente divulgado nos canais de comunicação da Companhia.

Em 2025, foram recebidos 1.511 comunicados por meio do Canal Ético. Do total de relatos recebidos, 85% foram registrados via site, 9% por telefone e 6% por e-mail. Quanto ao perfil dos comunicantes, 82% dos registros foram realizados por colaboradores e 18% por outros públicos. Além disso, 75% dos relatos foram realizados de forma anônima, enquanto 25% foram identificados.

As principais tipologias registradas em 2025 foram: relacionamento interpessoal (45%), dúvidas, críticas e sugestões (18%), descumprimento de normativos internos (9%), assédio moral (9%), assédio e

5.3 Programa de integridade

importunação sexual (3%), desvios, roubos e furtos (3%), descumprimento da legislação trabalhista (3%), conflito de interesses (2%), preconceito e discriminação (2%), fraudes (1%), práticas inseguras de trabalho (1%), insatisfação com as políticas de RH (1%), uso de violência (1%) e demais tipologias (2%).

Do total de comunicados recebidos em 2025, 98% foram finalizados. Entre os casos apurados, 22% foram considerados procedentes. Em relação às consequências adotadas, 35% dos casos resultaram em ações administrativas, 8% em medidas disciplinares e, em 57%, não houve necessidade de aplicação de medidas.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia na (i) condução de investigações internas de comunicados realizados no âmbito de suas operações; e (ii) gestão e funcionamento do Canal Ético da Companhia.

A definição do órgão de governança responsável por coordenar a investigação ocorre a partir da identificação do objeto da denúncia, conforme previsto na seção Procedimentos de Investigação do referido Protocolo. O Órgão Coordenador da Investigação deve sempre atuar com objetividade e independência, garantindo suficiente competência técnica e conhecimento das operações em questão. Após a conclusão da investigação, o Órgão Coordenador da Investigação deverá prestar contas e submeter o relatório final de investigação ao destinatário mais adequado (órgão ou ente integrante da estrutura de governança da Companhia).

Vale destacar que, em 2025, 99% dos comunicados recebidos foram apurados pela área de Compliance e submetidos à apreciação do Comitê de Ética da Companhia. As informações consolidadas sobre os relatos, apurações e medidas adotadas são reportadas periodicamente ao Comitê de Auditoria, que, no âmbito de suas atribuições, submete ao Conselho de Administração suas análises e recomendações por meio de relatório específico. No período, não houve relato cujo tratamento ou reporte demandasse submissão direta ao Conselho de Administração, em conformidade com o Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve registro de denúncia de corrupção envolvendo agentes públicos e autoridades governamentais, bem como nenhum caso de corrupção confirmado nos últimos 03 exercícios. Também não recebemos sanções administrativas ou judiciais por atos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Anticorrupção.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Reavaliação dos Riscos Relevantes da Companhia

Seguindo o critério de rotação de ênfase aprovado pelo Conselho de Administração, foram reavaliados riscos classificados como “altos” e “extremos”, capturando os mitigadores que a Companhia já adota e definindo planos de ação para novos mitigadores dos riscos reavaliados.

Em 2025, reavaliamos 15 matrizes de riscos, representando 36% a mais de riscos, se comparado a 2024. Como consequência desse trabalho, ajustamos a Matriz de Riscos à realidade atual da Companhia e à sua estratégia.

Módulo SAP GRC (Governance, Risk and Compliance)

Concluída a implementação do SAP GRC | AC (Acessos) foram mapeados riscos e deficiências a serem mitigados, e, a partir de 2025, foram implantados os módulos GRC AM (Auditoria), PC (Processos e Controles) e RM (Gerenciamento de Riscos) acompanhados os controles e realizadas análises de riscos de acesso ao *software*, identificando ameaças e recomendando medidas mitigatórias.

Em 2025, a Companhia iniciou o processo de transição para a utilização do módulo SAP GRC AM (Auditoria), PC (Processos e Controles) e RM (Gerenciamento de Riscos), com o objetivo de integrar a gestão de riscos, controles internos e compliance diretamente ao ERP corporativo.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES						
12.877.241/0001-00	Brasil	Não	Sim	20/04/2023		
Não						
13.190.941	3,891	0	0,000	13.190.941	3,891	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.						
07.973.152/0001-10	Brasil	Não	Sim	17/03/2011		
Não						
214.650.000	63,319	0	0,000	214.650.000	63,319	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
3.616.747	1,067	0	0,000	3.616.747	1,067	
OUTROS						
107.542.312	31,723	0	0,000	107.542.312	31,723	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
339.000.000	100,000	0	0,000	339.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				12.877.241/0001-00		
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
262.329.013-04	Brasil	Não	Não	09/12/2024		
Não						
111.276.333	19,997	0	0,000	111.276.333	19,997	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR						
155.400.143-91	Brasil	Não	Não	09/12/2024		
Não						
111.372.144	20,014	0	0,000	111.372.144	20,014	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
220.794.163-91	Brasil	Não	Não	09/12/2024		
Não						
111.276.390	19,997	0	0,000	111.276.390	19,997	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				12.877.241/0001-00		
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
273.184.433-72	Brasil	Não	Não	09/12/2024		
Não						
111.276.364	19,997	0	0,000	111.276.364	19,997	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
235.899.653-04	Brasil	Não	Não	09/12/2024		
Não						
111.276.351	19,997	0	0,000	111.276.351	19,997	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				12.877.241/0001-00		
556.477.582	100,000	0	0,000	556.477.582	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10		
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
262.329.013-04	Brasil	Não	Não	01/07/2024		
Não						
115	20,000	0	0,000	115	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR						
155.400.143-91	Brasil	Não	Não	01/07/2024		
Não						
115	20,000	0	0,000	115	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
220.794.163-91	Brasil	Não	Não	01/07/2024		
Não						
115	20,000	0	0,000	115	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10		
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
273.184.433-72	Brasil	Não	Não	01/07/2024		
Não						
115	20,000	0	0,000	115	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO						
235.899.653-04	Brasil	Não	Não	01/07/2024		
Não						
115	20,000	0	0,000	115	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10		
575	100,000	0	0,000	575	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	01/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	44.547
Quantidade acionistas pessoa jurídica	130
Quantidade investidores institucionais	170

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	65.004.221	19,175%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	65.004.221	19,175%

Classe de Ação

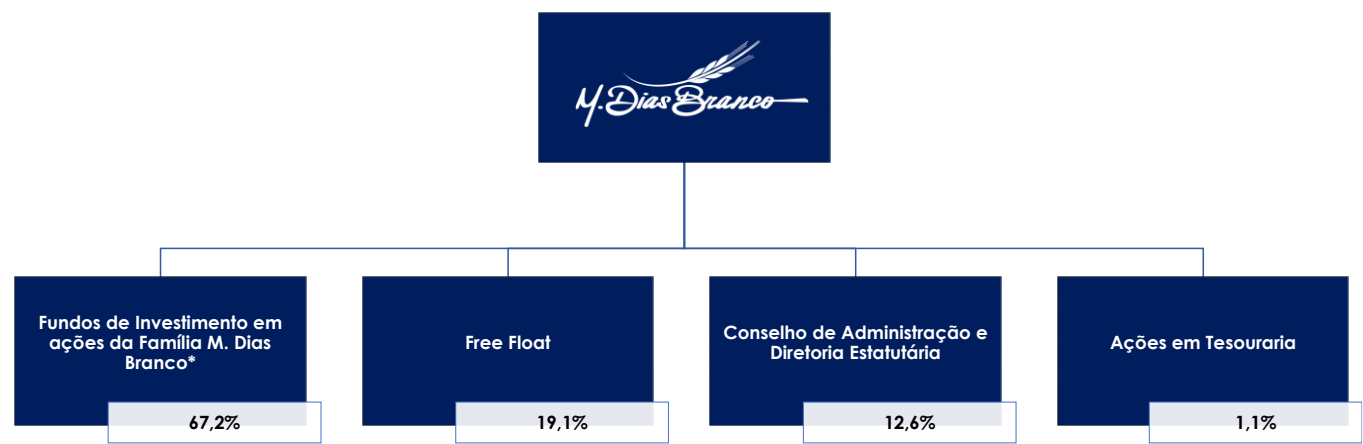
Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CACAMA S.A. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100
DARCEL S.A. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100
JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	81.727.414/0001-19	100
M.DIAS BRANCO ARGENTINA S.A (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	00.000.000/0000-00	100
M.DIAS BRANCO INTERNATIONAL TRADING LLC (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	00.000.000/0000-00	100
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	01.591.524/0001-67	33,33
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	50

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

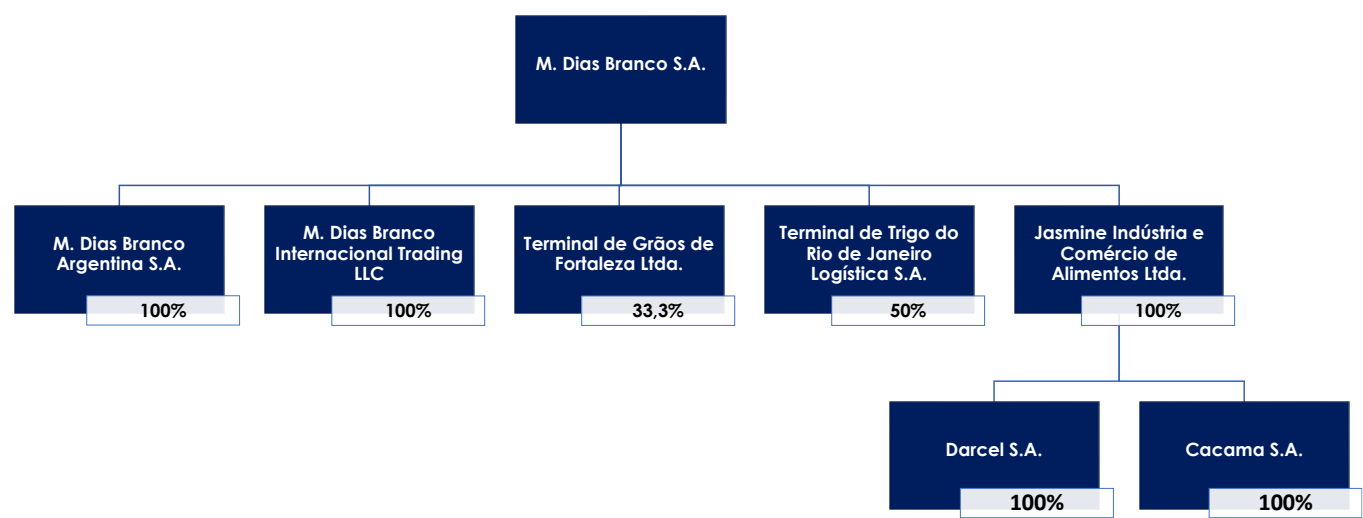


Data Base: 31/12/2025

*Composição acionária do Dibra Fundo de Investimentos em Ações e Aveiro Fundo de Investimentos em Ações: Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco; Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco.

Os detalhes da composição acionária dos fundos estão listados no tópico 6.1/6.2 Posição Acionária.

b. principais controladas e coligadas do emissor



As principais controladas, coligadas e operações controladas em conjunto da Companhia estão descritas no organograma acima.

As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

c. participações do emissor em sociedades do grupo

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão descritas acima.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão descritas acima.

e. principais sociedades sob controle comum

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão descritas acima.

6.6 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ("Política") tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e métodos a serem observados para a indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade.

A Política traz o procedimento para indicação dos cargos, a seguir descritos:

- Conselho de Administração:

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada para assegurar a complementaridade das competências dos seus membros. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pela Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes - ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conforme definição aplicável do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Processo de Indicação: A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM nº 81 e da legislação aplicável.

- Comitês de Assessoramento:

A composição dos Comitês deverá ser avaliada para assegurar a complementaridade das competências dos seus membros. O Conselho de Administração deverá indicar para a composição dos Comitês profissionais qualificados de acordo com as áreas de competência dos seus respectivos Comitês, com potencial de atender ao melhor interesse da Companhia e dos acionistas, pautados pela ética e pelas melhores práticas de governança.

Processo de Indicação: A indicação e eleição dos membros dos Comitês será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos respectivos regimentos internos, da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. O cumprimento dos princípios e requisitos estabelecidos na Política de Indicação será verificado pelo Comitê de Gente e Gestão, que enviará ao Conselho de Administração da Companhia um parecer contendo as recomendações acerca do enquadramento dos candidatos a eleição ou reeleição.

- Diretoria Estatutária:

O Conselho de Administração deverá indicar para a composição da Diretoria Estatutária profissionais que saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, gestores e colaboradores, bem como comprometidos com a sustentabilidade do negócio, com a responsabilidade social e ambiental, alinhados com as demandas estratégicas da Companhia, pautados pela legalidade e pela ética.

Processo de Indicação: A indicação e eleição dos membros da Diretoria Estatutária será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. O cumprimento dos princípios e requisitos estabelecidos na Política de Indicação será verificado pelo Comitê de Gente e Gestão, que enviará ao Conselho de Administração da Companhia um parecer contendo as recomendações acerca do enquadramento dos candidatos a eleição ou reeleição.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\ Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária.

b. mecanismos de avaliação de desempenho

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021 o modelo de avaliação de performance dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária que passou a vigorar a partir de abril de 2021. Esses membros se autoavaliam e se avaliam como colegiado em cada um dos órgãos/comitês anualmente.

Existem critérios diferentes de avaliação para cada fórum, tendo em vista que assumem papéis diferentes na governança da M. Dias Branco. Os critérios de avaliação foram propostos com base nas recomendações do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e atribuições de cada fórum definidas nos estatutos e/ou regimentos internos da M. Dias Branco por meio de uma assessoria independente. Essas atribuições foram transformadas em afirmativas no qual o membro deverá responder uma das seguintes alternativas de respostas: 1 - Há necessidade significativa de melhoria; 2 - Em algumas vezes há espaço para melhoria; 3 - Na maioria das vezes está adequado; 4 - Sempre está adequado; N/A - Desconheço ou não se aplica.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do seu Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

A Companhia dispõe de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, disponível no site de Relações com Investidores: <https://ri.mdiasbranco.com.br/governanca-corporativa/outras-politicas/>

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A M. Dias Branco possui uma Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária que tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e métodos a serem observados para a indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade. As indicações para os Cargos Elegíveis deverão considerar também, sempre que possível, a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementaridade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício da função.

A Companhia possui diretrizes voltadas à diversidade em seus processos de indicação de administradores, em linha com sua Política de Indicação. Convém destacar que foi assumido o compromisso público de, até 2030, contar pelo menos com 2 mulheres e 1 representante de grupo sub-representado como membros titulares do Conselho de Administração. Atualmente, o Conselho de Administração possui em seu quadro 3 mulheres, que representam 37,5% do total de membros. O atendimento integral à Medida ASG 1 está sendo endereçado de forma gradual, considerando os ciclos regulares de renovação dos órgãos de administração e os critérios de complementaridade de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

competências previamente definidos.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia tem como uma de suas prioridades a gestão das mudanças climáticas, tratada na Política de Sustentabilidade, especificamente no Pilar “Cuidar do Planeta” (Ambiental), bem como na Política de Eficiência Energética. Para conduzir a estratégia climática e acompanhar as agendas climáticas globais e nacionais, conta com uma área corporativa dedicada ao tema, o setor de Sustentabilidade Ambiental.

A Companhia presta contas periodicamente dos resultados alcançados em relação às metas e à evolução das ações associadas aos temas materiais, incluindo Mudanças Climáticas, com monitoramento contínuo dos indicadores e iniciativas previstos na Agenda de Sustentabilidade. Em maio de 2022, a Política de Eficiência Energética foi aprovada pelo Conselho de Administração.

A M. Dias Branco também possui um Grupo de Trabalho (“GT”) multidisciplinar, que se reúne mensalmente para discutir o plano de ação para as mudanças climáticas, definir diretrizes de gestão e estratégias de mitigação das emissões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, além de mapear e monitorar riscos e oportunidades climáticas.

As questões relacionadas às mudanças climáticas integram os índices ambientais das principais unidades e indicadores corporativos, como o iMDB, monitorados e analisados mensalmente. O Comitê de Sustentabilidade aprecia trimestralmente os resultados das ações e o avanço das metas, enquanto os temas climáticos são debatidos tanto nos grupos de trabalho quanto nos comitês.

Com o objetivo de avançar na mitigação dos impactos climáticos, a Companhia vem adotando uma matriz energética limpa e sustentável. Nesse contexto, foram elaborados diagnósticos sobre a matriz energética e a utilização de energias limpas, além da definição de indicadores prioritários. Adicionalmente, foi concluída a implantação do Sistema de Gestão de Emissões (GEE), e a Companhia avança na definição de metas baseadas em ciência, em linha com a Science Based Targets initiative.

O Conselho de Administração exerce a supervisão dos temas relacionados às mudanças do clima, acompanhando periodicamente a implementação do Plano de Transição Climática, os riscos e oportunidades associados, os indicadores de desempenho e o progresso em relação às metas estabelecidas. Essa supervisão ocorre em reuniões regulares, nas quais são apresentados os resultados, a evolução das iniciativas e eventuais necessidades de ajustes estratégicos.

O Comitê ESG conecta as diretrizes corporativas definidas pelo Conselho de Administração às formas de execução, compartilhando a responsabilidade pela implementação com a diretoria estatutária. Essa conexão é reforçada pela atuação do presidente da Companhia, que, além de acompanhar a Agenda Estratégica ESG, preside o Comitê ESG, assegurando alinhamento entre governança, estratégia e execução.

As diretorias possuem responsabilidades diretas pela implementação da estratégia climática em suas respectivas áreas. A coordenação técnica da agenda climática é realizada pela Vice-Presidência de Supply Chain, por meio da Gerência Executiva de Estratégia Climática e Ambiental, responsável pela implementação integrada dos pilares de mudanças climáticas e gestão de carbono, economia circular, biodiversidade e gestão de recursos naturais.

No âmbito desses pilares e por meio do desdobramento das iniciativas do Programa Descarbonize, são conduzidos estudos de avaliação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

elaborados e atualizados inventários de gases de efeito estufa, definidas e monitoradas metas relacionadas ao clima, e implementando o Plano de Transição Climática. Complementarmente, a Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance é responsável pelo processo corporativo de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças do clima, assegurando sua integração à matriz de riscos corporativos e o desenvolvimento de mecanismos de controle, mitigação e adaptação.

O Comitê Executivo de Sustentabilidade, composto por diretores de diversas áreas, é responsável por deliberar e acompanhar os resultados das iniciativas vinculadas à Agenda Estratégica ESG e relacionadas ao clima.

Esse modelo de governança assegura uma abordagem climática estruturada, integrada e alinhada às recomendações do TCFD, garantindo a supervisão pelo Conselho de Administração, a adequada gestão executiva e a incorporação dos riscos e oportunidades climáticos ao planejamento estratégico e aos demais processos decisórios.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	1	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	5	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	2	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a sua estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de seus diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões, devendo prevalecer, no caso de empate, o voto do Presidente, na forma prevista no Regimento do Conselho. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pela Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes - ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conforme definição aplicável do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Além das atribuições previstas em lei, segundo o Estatuto Social da Companhia compete ao seu Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- Fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- Distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- Eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e remunerações;
- Fixar critérios pelos quais a alienação de bens só possa ser praticada após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, bem como autorizar a prestação de garantias de qualquer natureza a obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- Autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e a alienação posterior das mesmas.
- Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- Definir lista tripla de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- Aprovar o plano estratégico da Companhia, bem como o respectivo plano para sua execução;
- Aprovar o orçamento anual e plurianual da Companhia;
- Aprovar programas ou planos de participação de gestores e empregados nos resultados;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais determinados atos, inclusive aquisição de bens e direitos e a contratação de empréstimos ou financiamentos ativos ou passivos, só possam ser praticados após aprovação

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir ou acordar só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar limites máximos para a realização de doações ou para a prática de qualquer ato gracioso, inclusive os relacionados com benefícios ou deduções fiscais, bem como aprovar a realização destes mesmos atos quando superarem os limites fixados;
- Autorizar a aquisição de empresas, a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e/ou alianças estratégicas, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- Fixar diretrizes, posicionamentos e votos a serem observados e exercidos pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de acionistas/quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe; e
- Deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, com ou sem a participação de Conselheiros, Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de acompanhar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

Para maiores informações sobre o Conselho de Administração da Companhia veja o item 7 – Assembleia geral e administração.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações – LSA, cada membro da sua Diretoria pode ou não ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. A posse de Diretor residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante no País, conforme §2º do art. 146 da LSA. Além disso, no máximo um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria da Companhia.

Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. Atualmente, a Diretoria é composta por 8 membros, sendo: 1 Presidente; 1 Vice-Presidente Industrial de Moinhos; 1 Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade; 1 Vice-Presidente Financeiro; 1 Vice-Presidente Comercial; 1 Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de RI; 1 Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance; e, 1 Vice-Presidente de Supply Chain.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os diretores devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura de tal documento. Por meio da assinatura deste termo, os seus diretores assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração da companhia e a prática de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da Assembleia Geral, na forma do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo o artigo 17 do seu Estatuto, compete ainda a Diretoria da Companhia:

- Zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- Administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais;
- Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e
- Praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste estatuto social e no Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Fiscal

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de, por decisão da Assembleia de Acionistas, vir a ser instalado um Conselho Fiscal de caráter não-permanente, podendo ter seus membros eleitos pela Assembleia Geral a qualquer momento, desde que requerida a sua instalação na forma da legislação aplicável. O seu Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Somente poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de membro de conselho fiscal. De acordo com as regras do Novo Mercado, os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia as pessoas inelegíveis para cargo de administrador, e, ainda, aquelas que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados da Companhia, de empresa controlada ou de empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

Atualmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitês

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral e que, atualmente, conta com três comitês de assessoramento (Comitê ESG, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Auditoria).

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007 e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Em 1º de abril de 2026, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a instalação do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), em transformação ao então Comitê de Auditoria não estatutário. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2026, foram eleitos os membros do CAE, que tomaram posse na mesma data. Nesse sentido, o Comitê deverá avaliar continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como assegurar as condições de controle de gerenciamentos dos riscos que a Companhia e suas controladas estão sujeitas e deverá avaliar a qualidade e efetividade das decisões tomadas para mitigar tais riscos.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Atualmente, o órgão é composto por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de ESG

O Comitê de ESG é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulação aplicáveis, pelas disposições do Estatuto Social da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos e pelo seu Regimento Interno. Tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no constante aprimoramento dos controles internos e mecanismos de sua agenda ambiental, social e de governança (em uma tradução livre de "ESG - *Environmental, Social and Governance*"), incluindo o desenvolvimento sustentável da Companhia, mantendo-os compassados com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. As decisões tomadas pelo Comitê, bem como as diretrizes, políticas e medidas propostas, consistem em recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração. O Comitê não constitui órgão deliberativo da Companhia, de modo que as recomendações por ele proferidas não vinculam o Conselho de Administração ou a Companhia.

Atualmente, o órgão é composto por 6 (seis) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico 7.4 Composição dos Comitês deste Formulário.

Comitê de Gente e Gestão

O Comitê de Gente e Gestão é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulação aplicáveis, pelas disposições do Estatuto Social da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos, por todas as políticas da M. Dias Branco, incluindo, mas não se limitando à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária, por sua Política de Remuneração de Administradores e pelo seu Regimento Interno. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração em temas atinentes a gente e gestão, incluindo, mas não se limitando a: a) gestão de pessoas; b) indicação e sucessão dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia; c) remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia; prezando pela criação de valor sustentável e de longo prazo, bem como pelas melhores práticas de mercado e de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade; d) benefícios, metas, desenvolvimento e retenção de talentos; e, e) práticas de gestão que favoreçam a meritocracia e a execução da estratégia da Companhia.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. As decisões tomadas pelo Comitê, bem como as diretrizes, políticas e medidas propostas, consistem em recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração. O Comitê não constitui órgão deliberativo da Companhia, de modo que as recomendações por ele proferidas não vinculam o Conselho de Administração ou a Companhia.

Atualmente, o órgão é composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico 7.4 Composição dos Comitês deste Formulário.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente a partir da análise dos seus relatórios e das recomendações do Comitê de Auditoria. E, sempre que entender necessário, conforme atribuição conferida na Lei, Estatuto Social e no seu Regimento Interno, o Conselho de Administração pode convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

A Companhia possui Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria que tem como propósito estabelecer regras e diretrizes para a contratação desse tipo de serviço pela Companhia e/ou suas controladas, observada a legislação vigente aplicável, visando garantir que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência da Auditoria Independente da Companhia. Todas as contratações envolvendo a Auditoria Independente deverão ser submetidas à apreciação do Comitê de Auditoria da Companhia para análise e recomendação a respeito da contratação. A opinião do Comitê de Auditoria será encaminhada, juntamente com a proposta de contratação, para deliberação pelo Conselho de Administração.

A Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\Outras Políticas\Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASC e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia considera questões críticas aquelas recebidas por meio do Canal Ético da Companhia e ligadas aos temas prioritários da Agenda Estratégica Sustentabilidade, pois estes passaram por análise de impactos reais e potenciais. A Companhia dispõe de um Canal Ético, disponível a todos os stakeholders, que é gerenciado por uma empresa independente especializada, acessível por meios amplamente divulgados, garantindo o anonimato, a confidencialidade e a proteção ao comunicante de boa-fé. As denúncias recebidas no Canal Ético são analisadas por reporte periódico ao Comitê de Auditoria, e esse último presta contas, no mínimo anualmente, ao Conselho de Administração, sendo esse fluxo descrito no Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético, disponível no site da Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome DANIEL MOTA GUTIERREZ CPF: 468.231.903-53 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Advogado são: Data de Nascimento: 07/04/1973

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Gutiérrez é Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance da M. Dias Branco e membro titular dos Comitês ESG e Gente e Gestão. Ingressou na Companhia em 2006 e, antes de assumir a Vice-Presidência em janeiro de 2022, atuava como Diretor Executivo Jurídico desde 2009. Atualmente, também exerce a função de Diretor estatutário nas controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A., Cacama S.A. e da coligada Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. Além disso, preside o Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos do Estado do Ceará (SINDMASSAS) e integra, como membro titular, o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Ao longo de sua trajetória profissional, foi Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, atuando em São Paulo, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE, membro do Conselho de Administração da Aquiraz Investimentos Turísticos S.A. e Diretor Estatutário da Piraquê, então subsidiária da M. Dias Branco. É Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor licenciado do Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus (UNICRISTUS) e participou de formação para Conselheiro de Administração em Cursos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral (FDC). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		02/04/2026	Sim	12/05/2011

Nome FABIO CEFALY DE CAMPOS **CPF:** 273.203.558-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 23/07/1976
MACHADO

Experiência Profissional: O Sr. Fabio Cefaly é Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores da M. Dias Branco. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-graduado em Programas Executivos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na University of Cambridge e na Universidad de Los Andes (Colômbia), além de MBA pela FIA Business School. Teve passagem pela Natura Cosméticos, tendo ocupado o cargo de gerente de novos negócios e relações com investidores, além de posições nas áreas de auditoria interna e finanças no Brasil e na América Latina. Teve experiências anteriores também nas áreas de auditoria interna e finanças na General Motors e na Telefônica. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)		02/04/2026	Sim	04/04/2025

Nome	FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	CPF:	262.329.013-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Empresário	Data de Nascimento:	14/01/1967
-------------	--	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Cláudio é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suíça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrito de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística. Possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A.; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Cdb Participações Ltda.; 20. Aet Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.; 21. Bühler & scherler S.A.; 22. Wef Engenharia e Automação Ltda.; 23. Afbr Investimentos e Participações S.A.; 24. Fertsan Soluções Inteligentes em Agronegócio S.A.; 25. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 26. Dibra Fundo de investimento em Ações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente		02/04/2026	Sim	12/05/2014

Nome FRANCISCO IVENS DE SÁ
DIAS BRANCO JÚNIOR **CPF:** 155.400.143-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 08/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Ivens Júnior atualmente é Diretor Presidente da Companhia e atua, ainda, como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e Presidente do Comitê ESG. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. De 2006 até 2021, ocupou a Vice-presidência Industrial da Companhia. O Sr. Ivens Jr. é Diretor-Presidente nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Também é Diretor na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística, e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. 3I Administração e Participações Ltda.; 2. Águas Claras Participações Ltda.; 3. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 4. Dias Branco Administração e Participações Ltda.; 5. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 6. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 7. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 13. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 14. IdB Condominium Incorporações Spe Ltda.; 15. Idibra participações S.A.; 16. Ldb Logística e Transportes Ltda.; 17. Ldb Transporte de Cargas Ltda.; 18. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 19. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 20. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 21. Terminal Portuário Cotegipe S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente		02/04/2026	Sim	12/05/2011

Nome GUILHERME AFFONSO FERREIRA **CPF:** 762.604.298-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/05/1951

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme é graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP. Coursou, também, economia no Macalester College, em St. Paul, Minnesota. Atualmente é sócio e chairman da Teorema Capital, desde 2007. Além disso, é Conselheiro de Administração da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A e da M Dias Branco S.A, todas listadas na B3. Foi CEO da Bahema no período em que a companhia foi acionista relevante do Unibanco (1986 a 2008) – e obteve um retorno de cerca de 50% ao ano, em dólares, com o investimento. Também foi Conselheiro da Petrobras de 2015 a 2018, participando do programa de reestruturação e saneamento da companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/04/2026	Sim	12/05/2019

Nome GUSTAVO LOPES THEODOZIO **CPF:** 620.569.564-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Theodozio é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Comércio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		02/04/2026	Sim	12/05/2022

Nome LUCIANE NUNES DE CARVALHO SALLAS **CPF:** 995.411.224-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de Empresa **Data de Nascimento:** 19/01/1975

Experiência Profissional: A Sra. Luciane é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Também trabalhou como Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola. Atualmente, é Diretora Executiva de Investimentos e Planejamento Financeiro da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)		02/04/2026	Sim	12/05/2021

Nome LUIZA ANDRÉA FARIAS NOGUEIRA **CPF:** 231.470.753-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de Empresa **Data de Nascimento:** 30/11/1964

Experiência Profissional: A Sra. Andréa é Mestre e Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará, com capacitação em liderança e gestão pela Fundação Dom Cabral, Amana Key e HSM. Tem formação como Conselheira de Administração em cursos promovidos pela Fundação Dom Cabral e pelo IBGC. Possui ampla experiência como executiva e consultora nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Ingressou na M Dias Branco em 2006 como Diretora de Desenvolvimento Organizacional. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade, sendo responsável pelas áreas de estratégia, gestão, pessoas, comunicação, cultura, saúde ocupacional e sustentabilidade. Além de integrar o Conselho de Administração como membro efetivo, atua como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê ESG. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	12/05/2017

Nome MARIA CONSUELO SARAIVA **CPF:** 272.898.853-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 23/10/1934
LEAO DIAS BRANCO

Experiência Profissional: A Sra. Consuelo é atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco e coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Consuelo não trabalhou em outras companhias abertas, porém, possui participação societária nas seguintes empresas: 1.Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 2. Equatorial Participacao e Negocios S.A.; 3. Apodi Transporte e Locacao Ltda. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		02/04/2026	Sim	12/05/2006

Nome	MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	CPF:	273.184.433-72	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Empresária	Data de Nascimento:	17/07/1959
-------------	---	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração de empresa do ramo de hotelaria, da qual tornou-se Diretora Vice-Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até abril de 2006, quando foi nomeada para seu atual cargo na Companhia, Vice-Presidente Financeira. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará e possui MBA em Gestão Empresarial. Foi membro do Comitê de Auditoria da Companhia de maio de 2010 a maio de 2013. É Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas, mas possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Apodi Concretos Ltda.; 20. Apodi Distribuição e Logística Ltda.; Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Crédito Privado Investimento no Exterior; Dibra Fundo de Investimento em Ações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.		02/04/2026	Sim	12/05/2006

Nome MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO **CPF:** 235.899.653-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 15/12/1961

Experiência Profissional: A Sra. Regina atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998 e atua, ainda, como membro titular do Comitê ESG e Presidente do Comitê de Gente e Gestão. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. É Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. porém, é Diretora nas nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		02/04/2026	Sim	12/05/2014

Nome MATEUS BASTOS SERRA DE ALENCAR **CPF:** 857.541.881-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/06/1978

Experiência Profissional: O Sr. Mateus é um executivo com mais de 25 anos de experiência no setor de bens de consumo, tendo ocupado posições estratégicas na Ambev e na Anheuser-Busch, no Brasil e na China. Especialista em gestão comercial, inovação e desenvolvimento de mercado, liderou operações de grande escala, promovendo crescimento sustentável e transformação digital. Foi Vice-Presidente de Vendas – Auto Serviço na Ambev. Antes disso, ocupou cargos de liderança na Anheuser-Busch na China, incluindo VP Beyond Beer, VP Comercial e VP de Expansão e Integração. Também foi Diretor de RTM e Expansão, Diretor Nacional de Revendas e Gerente de Vendas, Marketing, Trade e Preços ao longo de sua trajetória. Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília, possui MBA em Negócios e Comércio pela Business School São Paulo e certificações internacionais pela Kellogg School of Management (EUA) e American Society for Quality (Black Belt Lean Six-Sigma). Com forte atuação estratégica, destaca-se em experiências em fortalecimento de marcas, eficiência em Trade Marketing e Promoções, transformação digital e desenvolvimento de equipes de alta performance. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	25/02/2025	2 anos	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		10/03/2025		25/02/2025

Nome PEDRO PULLEN PARENTE **CPF:** 059.326.371-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/02/1953

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Parente é bacharel em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília (UnB), com vasta experiência nos setores público e privado. No setor público, ocupou cargos relevantes, como os de Ministro do Planejamento, Ministro da Casa Civil e Ministro de Minas e Energia. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. No setor privado, foi CEO da Petrobras, BRF e Bunge do Brasil, além de COO (“Chief Operating Officer”) do Grupo RBS. Atuou como presidente dos conselhos da B3, CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, Petrobras e BRF e integrou conselhos de empresas como Embraer, Itaipu, Suzano e Duratex. Atualmente, ocupa a Presidência do Conselho de Administração da Vast-Infraestrutura, membro do Conselho Global da Syngenta, Presidente pro-bono do Conselho de Administração da Fundação OSESP - responsável pela gestão da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, e membro do Conselho da M. Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/04/2026	Sim	04/04/2025

Nome RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS **CPF:** 804.112.237-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/12/1964

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Gama Filho. Kursou também mestrado em Administração pela COPPEAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado Internacional em Gestão pela Universidade de Lancaster. Atuou como Conselheiro de Administração da ENEVA S.A de 2012 a 2014, da FAPES – Fundação de Assistência e Assistência Social do BNDES (2013 a 2016 / 2016 a 2017), do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro (2016-2019). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES. De 1997 a 2016, exerceu diversos cargos de gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo atuado como Diretor Estatutário da instituição entre 2016 e 2019, além de integrar como membro independente o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/04/2026	Sim	12/05/2022

Nome RÔMULO RUBERTI CALMON DANTAS **CPF:** 742.287.497-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/07/1963

Experiência Profissional: O Sr. Rômulo é Administrador de Empresas com Pós-Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresariais no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice-Presidente Comercial da PepsiCo Alimentos e Vice-Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil. Atualmente, integra o Conselho Consultivo da Cepêra Alimentos, o Advisory da Sucré Alimentos e Conselho de Administração da M.Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	04/04/2025

Nome SIDNEY LEITE DOS SANTOS

CPF: 062.489.078-38

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 31/03/1967

Experiência Profissional: O Sr. Sidney é Vice-Presidente de Supply Chain (eleição em 25/02/2025). É pós-graduado em Logística e Supply Chain Management pela FGV, Administrador de Empresas pela Universidade Paulista e Químico Industrial pela Politécnica Química. Com 35 anos de experiência na indústria de bebidas e alimentos, atuando em posições estratégicas em grandes empresas do setor. Atualmente, é Vice-Presidente de Supply Chain na Companhia, após ter exercido o cargo de Diretor Técnico de Operações desde 2013. Anteriormente, foi Consultor de Planejamento / S&OP na Vonpar – Coca-Cola e Diretor de Manufatura na Norsa Refrigerantes - Coca-Cola, onde supervisionou cinco unidades produtivas no Nordeste. Na Cervejaria Kaiser Brasil, ocupou diversas posições de liderança ao longo de 16 anos, incluindo Gerente de Fábrica e Coordenador Corporativo de Produtividade. Possui vasta experiência em áreas como manufatura, planejamento estratégico, engenharia, inovação, eficiência operacional, M&A, integração de novos negócios, planejamento integrado e implementação de metodologias como TPM, WCM e certificações internacionais. Sua carreira também é marcada por experiência internacional em países como Alemanha, Itália, China, Estados Unidos e África do Sul, o que ampliou sua visão global sobre gestão das operações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	01/04/2026	2 anos	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		02/04/2026	Sim	04/04/2025

7.4 Composição dos comitês

Nome: ADRIAN LIMA DA HORA **CPF:** 372.365.394-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/02/1964

Experiência Profissional: O Sr. Adrian é graduado em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, e possui MBAs Intensivos pela Ahold Retail Academy – Cornell University, pela Provar/USP e pela StarSe/Nova SBE. Possui sólida experiência na indústria de proteína animal, com trajetória relevante no varejo e em auditoria externa (EY). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multilocalizadas, além de ter sido membro de Conselhos de Administração de empresas na Itália e em Mônaco. Foi CFO da Seara (2015–2016) e CAO da Rodopa (2011–2015). Atualmente, é membro efetivo dos Conselhos Fiscais da J&F S.A., da Eldorado Brasil Celulose S.A., da Amazonas Energia S.A. e da Excelsior Alimentos S.A.; integra o Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. e o Conselho Consultivo da Masterboi Ltda. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos			18/06/2026	23/06/2021

Nome:

DANIEL MOTA
GUTIERREZ

CPF:

468.231.903-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

07/04/1973

Experiência Profissional:

O Sr. Daniel Gutiérrez é Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance da M. Dias Branco e membro titular dos Comitês ESG e Gente e Gestão. Ingressou na Companhia em 2006 e, antes de assumir a Vice-Presidência em janeiro de 2022, atuava como Diretor Executivo Jurídico desde 2009. Atualmente, também exerce a função de Diretor estatutário nas controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A., Cacama S.A. e da coligada Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. Além disso, preside o Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos do Estado do Ceará (SINDMASSAS) e integra, como membro titular, o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Ao longo de sua trajetória profissional, foi Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, atuando em São Paulo, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE, membro do Conselho de Administração da Aquiraz Investimentos Turísticos S.A. e Diretor Estatutário da Piraquê, então subsidiária da M. Dias Branco. É Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor licenciado do Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus (UNICRISTUS) e participou de formação para Conselheiro de Administração em Cursos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral (FDC). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	23/06/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de Gente e Gestão		18/06/2026	23/06/2019

Nome: ELIONOR JREIGE WEFFORT

CPF: 147.735.128-06

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contadora

Data de Nascimento: 30/07/1969

Experiência Profissional:

A Sra. Elionor é graduada em Contabilidade pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP). É professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis e da graduação da FECAP. Atuou como membro independente do Comitê de Auditoria da Vibra Energia, companhia de capital aberto listada na B3, e como consultora das Nações Unidas (ONU/UNCTAD/ISAR), com destaque para o projeto Capacity-building framework for high-quality corporate reporting. Foi também consultora de empresas, com atuação voltada a contratos e assessoria preventiva, compliance e governança corporativa. Atualmente, exerce a função de membro independente do Conselho de Administração e de Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Integra também, como membro independente e Coordenadora, o Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A., além de ser membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	18/06/2026	2 anos		Coordenadora e especialista em Contabilidade Societária	18/06/2026	23/06/2018

Nome: FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR

CPF: 155.400.143-91

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Empresário

Data de Nascimento: 08/09/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Ivens Júnior atualmente é Diretor Presidente da Companhia e atua, ainda, como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e Presidente do Comitê ESG. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. De 2006 até 2021, ocupou a Vice-presidência Industrial da Companhia. O Sr. Ivens Jr. é Diretor-Presidente nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Também é Diretor na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística, e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. 3l Administração e Participações Ltda.; 2. Águas Claras Participações Ltda.; 3. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 4. Dias Branco Administração e Participações Ltda.; 5. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 6. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 7. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 13. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 14. Ldb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 15. Idibra participações S.A.; 16. Ldb Logística e Transportes Ltda.; 17. Ldb Transporte de Cargas Ltda.; 18. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 19. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 20. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 21. Terminal Portuário Cotegipe S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	23/06/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de Gente e Gestão		18/06/2026	23/06/2019

Nome: GUILHERME AFFONSO FERREIRA **CPF:** 762.604.298-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/05/1951

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme é graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP. Coursou, também, economia no Macalester College, em St. Paul, Minnesota. Atualmente é sócio e chairman da Teorema Capital, desde 2007. Além disso, é Conselheiro de Administração da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A e da M Dias Branco S.A, todas listadas na B3. Foi CEO da Bahema no período em que a companhia foi acionista relevante do Unibanco (1986 a 2008) – e obteve um retorno de cerca de 50% ao ano, em dólares, com o investimento. Também foi Conselheiro da Petrobras de 2015 a 2018, participando do programa de reestruturação e saneamento da companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	23/06/2019

Nome: LUIZA ANDRÉA FARIAS NOGUEIRA

CPF: 231.470.753-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora de
Empresa

**Data
de
Nas
cime
nto:** 30/11/1964

Experiência Profissional:

A Sra. Andréa é Mestre e Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará, com capacitação em liderança e gestão pela Fundação Dom Cabral, Amana Key e HSM. Tem formação como Conselheira de Administração em cursos promovidos pela Fundação Dom Cabral e pelo IBGC. Possui ampla experiência como executiva e consultora nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Ingressou na M Dias Branco em 2006 como Diretora de Desenvolvimento Organizacional. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade, sendo responsável pelas áreas de estratégia, gestão, pessoas, comunicação, cultura, saúde ocupacional e sustentabilidade. Além de integrar o Conselho de Administração como membro efetivo, atua como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê ESG. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	23/06/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de Gente e Gestão		18/06/2026	23/06/2019

Nome: MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO

CPF: 235.899.653-04

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Empresária

Data de Nascimento: 15/12/1961

Experiência Profissional:

A Sra. Regina atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998 e atua, ainda, como membro titular do Comitê ESG e Presidente do Comitê de Gente e Gestão. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. É Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. porém, é Diretora nas nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	23/06/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de Gente e Gestão		18/06/2026	23/06/2019

Nome:

PEDRO PULLEN PARENTE

CPF:

059.326.371-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

21/02/1953

Experiência Profissional:

O Sr. Pedro Parente é bacharel em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília (UnB), com vasta experiência nos setores público e privado. No setor público, ocupou cargos relevantes, como os de Ministro do Planejamento, Ministro da Casa Civil e Ministro de Minas e Energia. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. No setor privado, foi CEO da Petrobras, BRF e Bunge do Brasil, além de COO (“Chief Operating Officer”) do Grupo RBS. Atuou como presidente dos conselhos da B3, CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, Petrobras e BRF e integrou conselhos de empresas como Embraer, Itaipu, Suzano e Duratex. Atualmente, ocupa a Presidência do Conselho de Administração da Vast-Infraestrutura, membro do Conselho Global da Syngenta, Presidente pro-bono do Conselho de Administração da Fundação OSESP - responsável pela gestão da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, e membro do Conselho da M. Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	18/06/2026	2 anos	Comitê de Gente e Gestão		18/06/2026	04/04/2025

Nome:RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS

CPF:804.112.237-04

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Engenheiro

Data de Nascimento:07/12/1964

Experiência Profissional:

O Sr. Ricardo é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Gama Filho. Kursou também mestrado em Administração pela COPPEAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado Internacional em Gestão pela Universidade de Lancaster. Atuou como Conselheiro de Administração da ENEVA S.A de 2012 a 2014, da FAPES – Fundação de Assistência e Assistência Social do BNDES (2013 a 2016 / 2016 a 2017), do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro (2016-2019). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES. De 1997 a 2016, exerceu diversos cargos de gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo atuado como Diretor Estatutário da instituição entre 2016 e 2019, além de integrar como membro independente o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos			18/06/2026	04/04/2025

Nome: SIDNEY LEITE DOS SANTOS

CPF: 062.489.078-38

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 31/03/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Sidney é Vice-Presidente de Supply Chain (eleição em 25/02/2025). É pós-graduado em Logística e Supply Chain Management pela FGV, Administrador de Empresas pela Universidade Paulista e Químico Industrial pela Politécnica Química. Com 35 anos de experiência na indústria de bebidas e alimentos, atuando em posições estratégicas em grandes empresas do setor. Atualmente, é Vice-Presidente de Supply Chain na Companhia, após ter exercido o cargo de Diretor Técnico de Operações desde 2013. Anteriormente, foi Consultor de Planejamento / S&OP na Vonpar – Coca-Cola e Diretor de Manufatura na Norsa Refrigerantes - Coca-Cola, onde supervisionou cinco unidades produtivas no Nordeste. Na Cervejaria Kaiser Brasil, ocupou diversas posições de liderança ao longo de 16 anos, incluindo Gerente de Fábrica e Coordenador Corporativo de Produtividade. Possui vasta experiência em áreas como manufatura, planejamento estratégico, engenharia, inovação, eficiência operacional, M&A, integração de novos negócios, planejamento integrado e implementação de metodologias como TPM, WCM e certificações internacionais. Sua carreira também é marcada por experiência internacional em países como Alemanha, Itália, China, Estados Unidos e África do Sul, o que ampliou sua visão global sobre gestão das operações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2026	2 anos	Comitê de ESG		18/06/2026	04/04/2025

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente Financeira e Membro Titular do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração (titular) e Vice-Presidente Industrial de Moinhos	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade; Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente da Companhia e Membro suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê de ESG	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Industrial	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Financeira	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	M.DIAS BRANCO INTERNATIONAL TRADING LLC		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Administradora	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	M.DIAS BRANCO ARGENTINA S.A		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Administradora	N/A	Brasileiro(a)		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro suplente do Conselho de Administração; membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WEF ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA	37.986.200/0001-75		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2024			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Participação Societária			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Serviços de Hotelaria			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Materiais aplicados em obras civis			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Prestação de serviços em construção civil			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Serviços de transporte de cargas			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Serviços de transporte de cargas			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade, membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WEF ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA	37.986.200/0001-75		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle		Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle		Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2023

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LDB LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle		Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Membro Suplente do Conselho de Administração e				
Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle		Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Membro Suplente do Conselho de Administração e				
Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle		Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u> PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA. Participação Societária	07.415.391/0001-54 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u> MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	235.899.653-04 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A. Participação Societária	40.561.649/0001-04 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u> MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	235.899.653-04 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI Participação Societária	10.260.249/0004-32 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Membro Suplente do Conselho de Administração e			
Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Membro Suplente do Conselho de Administração e			
Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA DAS GRAÇAS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
WEF ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA	37.986.200/0001-75			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor	
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor	
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Pessoa Relacionada</u>				
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54			
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DIAS BRANCO ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRAIA CENTRO HOTÉIS, VIAGENS E TURISMO LTDA.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERGRAN - TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA.	01.591.524/0001-67		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S. A	18.245.532/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Conforme o parágrafo 4 do artigo 9 do Estatuto Social, a Companhia poderá contratar seguro para proteção do patrimônio da Companhia e dos Conselheiros e Diretores contra eventuais perdas motivadas por conflitos ou demandas derivadas de atos de gestão no âmbito do mercado de capitais ou fora dele. A Companhia poderá, ainda, contratar, também às suas expensas, advogados e outros profissionais que sejam necessários à defesa dos Conselheiros e Diretores em demandas motivadas por atos praticados na gestão da Companhia, ainda que tais conflitos surjam após o término de mandato dos administradores.

Atualmente, a Companhia mantém apólice de Seguro D&O e Contrato de Indenidade com o objetivo de resguardar administradores, conselheiros, membros de comitês e demais agentes que atuem por delegação ou preposição legal dos órgãos de gestão e deliberação em relação a eventuais perdas, danos ou responsabilidades decorrentes de atos praticados no exercício regular de suas atribuições, desde que em consonância com os interesses da Companhia e observados os limites e exclusões aplicáveis. Esses instrumentos contribuem para a proteção dos agentes de governança, para a segurança e independência do processo decisório e para a continuidade e estabilidade da gestão, em linha com as boas práticas de governança corporativa.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia foi aprovada em 09.08.2019 e se encontra disponível no website de Relação com os Investidores da Companhia.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore, cujo valor será determinado considerando, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência e sua reputação profissional. Observado o limite fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, caberá ao Conselho de Administração, a seu critério, estabelecer a remuneração individual de seus membros após recomendação do Comitê de Gente e Gestão. Membros do Conselho de Administração que já integrarem a Diretoria Estatutária da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício de conselheiro. Atualmente, os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore ou salário, cujo valor será determinado de acordo com a posição ocupada pelo profissional, sua representatividade e os valores condizentes com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores que não fazem parte do bloco de controle, um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração concedida pela Companhia, no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária ("Diretores Executivos"), é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma remuneração adequada aos Diretores Executivos. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é baseada de acordo com a legislação vigente, pois todos são contratados em regime CLT. Aos Diretores Executivos, a Companhia oferece um programa de participação nos lucros e resultados (PLR), segundo indicadores de desempenho corporativo, setorial e individual, e um programa de incentivo de longo prazo (ILP) aprovado em 2021 e outro aprovado em 2025, ambos com a outorga de ações restritas, também baseado em critérios de performance. A política de remuneração não prevê qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem atualmente Conselho Fiscal instalado.

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitês:

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

Os membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore, cujo valor deverá ser fixado pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. Membros dos Comitês que já sejam empregados ou administradores da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício das atividades dos Comitês. Os membros dos Comitês não farão jus a qualquer tipo de remuneração variável ou benefício.

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

Em relação a esses comitês, que são de assessoramento à Diretoria Estatutária, não existe qualquer remuneração adicional.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Área de remuneração e benefícios: Anualmente a Companhia contrata uma pesquisa de banco de dados de uma conceituada consultoria de remuneração de mercado, e, a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, são analisadas as oportunidades de ajustes.

Comitê de Gente e Gestão: formula recomendações acerca de níveis, valores e reajustes da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Conselho de Administração: analisa e delibera acerca da proposta recomendada pelo Comitê de Gente e Gestão.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é fixada a partir de uma tabela salarial, onde avaliamos o posicionamento do salário frente ao mercado, a equidade salarial interna e o nível de complexidade do cargo/função.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia adota o compromisso de rever sua Política de Remuneração dos Administradores em periodicidade não superior a 3 (três) anos.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

- Pró-labore – corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades do cargo.

Diretoria Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.
- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos lucros e resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) um programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, para os Diretores contratados a partir de 2019: objetivo de criar senso de “dono”, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Diretoria não Estatutária

- Salários – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.
- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas: objetivo de criar senso de “dono”, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades dos membros independentes do Comitê.
- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

- Esse comitê é formado por profissionais da empresa que não recebem qualquer remuneração adicional por participação no Comitê.
- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício Social – 2025

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	85,84%	0,75%	13,41%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	83,20%	-	16,80%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	42,23%	4,08%	9,58%	44,11%	100,00%
Diretoria não Estatutária	40,95%	8,54%	10,57%	39,94%	100,00%

Exercício Social – 2024

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,64%	0,84%	16,52%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	83,29%	-	16,71%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	52,17%	7,38%	14,21%	26,24%	100,00%
Diretoria não Estatutária	53,83%	9,47%	12,48%	24,22%	100,00%

Exercício Social – 2023

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,74%	0,71%	16,55%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	83,33%	-	16,67%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	47,77%	3,58%	11,21%	37,43%	100,00%
Diretoria não Estatutária	52,12%	5,52%	11,18%	31,18%	100,00%

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O reajuste da remuneração fixa do Conselho de Administração e dos membros dos seus comitês de assessoramento, a Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária é feito anualmente, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos dos trabalhadores da sede Companhia. Já a remuneração variável das Diretorias Estatutária e não Estatutária é definida com base em metas e performances a serem atingidas.

8.1 Política ou prática de remuneração

- Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conselho de Administração: a Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: no caso do salário ou pró-labore, e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos lucros e resultados (PLR), anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicáveis quando do alcance de tais metas, respeitando o limite de múltiplos salariais aprovado pelo Conselho de Administração. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores relacionados à Agenda Estratégica ESG, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Sobre os programas de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas (para os diretores contratados a partir de 2019), a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista).

Diretoria não Estatutária: no caso do salário e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, nos termos negociados e definidos periodicamente junto aos sindicatos de cada categoria/estado. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores relacionados à Agenda Estratégica ESG, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Além disso, no Programa Gestão de Desempenho, a avaliação da Competência: Resultados Sustentáveis, revela o grau de comprometimento de cada executivo com decisões e práticas responsáveis referentes à preservação do meio-ambiente, agenda social e governança (ESG). Sobre os programas de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas, a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista).

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Comitê de Auditoria.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Conselhos de Administração: os Diretores Estatutários que compõem o Conselho de Administração não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

Comitês de assessoramento: os Diretores Estatutários e não Estatutários que compõem os comitês não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	8,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.876.287,23	20.045.948,89	0,00	23.922.236,12
Benefícios direto e indireto	35.617,82	1.935.484,50	0,00	1.971.102,32
Participações em comitês	202.715,02	0,00	0,00	202.715,02
Outros	637.603,81	4.549.008,01	0,00	5.186.611,82
Descrição de outras remunerações fixas	Previdência Social	Previdência Social	Não se aplica	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	19.016.009,10	0,00	19.016.009,10
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.023.572,32	0,00	2.023.572,32
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica	Encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo	Não se aplica	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.677.753,30	0,00	6.677.753,30
Observação				
Total da remuneração	4.752.223,88	54.247.776,12	0,00	59.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	8,00	0,00	14,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.670.031,46	18.979.311,58	0,00	22.649.343,04
Benefícios direto e indireto	33.722,61	1.832.498,11	0,00	1.866.220,72
Participações em comitês	191.928,63	0,00	0,00	191.928,63
Outros	603.677,15	4.306.957,03	0,00	4.910.634,18
Descrição de outras remunerações fixas	Previdência Social	Previdência Social	Não se aplica	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	13.681.137,17	0,00	13.681.137,17
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.765.789,27	0,00	1.765.789,27
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica	Encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo	Não se aplica	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.378.015,42	0,00	4.378.015,42
Observação				
Total da remuneração	4.499.359,85	44.943.708,58	0,00	49.443.068,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	0,00	13,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.698.174,71	19.416.584,34	0,00	22.114.759,05
Benefícios direto e indireto	30.463,91	2.747.503,63	0,00	2.777.967,54
Participações em comitês	293.376,00	0,00	0,00	293.376,00
Outros	597.960,56	5.290.701,23	0,00	5.888.661,79
Descrição de outras remunerações fixas	Previdência Social	Previdência Social	Não se aplica	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.402.807,71	0,00	2.402.807,71
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica	Encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo	Não se aplica	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.363.525,14	0,00	7.363.525,14
Observação				
Total da remuneração	3.619.975,18	37.221.122,05	0,00	40.841.097,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	0,00	13,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.529.672,88	17.243.542,98	0,00	19.773.215,86
Benefícios direto e indireto	24.262,58	1.293.776,55	0,00	1.318.039,13
Participações em comitês	291.774,92	0,00	0,00	291.774,92
Outros	564.289,58	4.046.203,66	0,00	4.610.493,24
Descrição de outras remunerações fixas	Previdência social	Previdência social		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.284.956,19	0,00	7.284.956,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.463.111,12	0,00	1.463.111,12
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.763.381,04	0,00	4.763.381,04
Observação				
Total da remuneração	3.409.999,96	36.094.971,54	0,00	39.504.971,50

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	16163607,00	0,00	16.163.607,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	19016009,10	0,00	19.016.009,10
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	19016009,10	0,00	19.016.009,10
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	10288693,96	0,00	10.288.693,96
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12104345,84	0,00	12.104.345,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	12104345,84	0,00	12.104.345,84
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	13681137,17	0,00	13.681.137,17

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	10100016,92	0,00	10.100.016,92
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12625021,14	0,00	12.625.021,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	12625021,14	0,00	12.625.021,14
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	9540085,92	0,00	9.540.085,92
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11925107,40	0,00	11.925.107,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	11925107,40	0,00	11.925.107,40
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7284956,19	0,00	7.284.956,19

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia possui 2 planos de remuneração baseado em ações, sendo um deles vigente desde a sua aprovação em assembleia geral ordinária e extraordinária de 30.04.2021 ("ILP 2021") e outro aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária de 28.03.2025 ("ILP 2025").

ILP 2021

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos em níveis de diretor não estatutário; e (c) até 20% dos executivos no nível gerencial considerados como talentos-chave, nos termos do Programa de Gestão de Desempenho da Companhia, desde que tenham firmado o termo de adesão para participação no programa.

ILP 2025

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos no nível de diretor não-estatutário; e, (c) gerentes executivos; desde que tenham firmado o termo de adesão para participar do programa.

b. data de aprovação e órgão responsável

ILP 2021

Aprovado em 30.04.2021 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

ILP 2025

Aprovado em 28.03.2025 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

c. número máximo de ações abrangidas

ILP 2021

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder a 1,0% (um por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

ILP 2025

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder 1,2% (um vírgula dois por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

e. condições de aquisição de ações

ILP 2021

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito à quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano). Para o nível gerencial, o múltiplo de referência será de 3 (três) salários; para o nível de diretor não estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas").

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total *Shareholder Return*" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três) anos, também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

ILP 2025

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito à quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Para o nível gerência executiva, o múltiplo de referência será de 4 (quatro) salários; para o nível de diretor não-estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto que, para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no Plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do Beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas"). No exercício social em que não houver pagamento de PLR pela Companhia, esse pré-requisito de Ações Adquiridas não será exigido do Beneficiário.

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do retorno total ao investidor (o "TSR" ou sigla para *Total Shareholder Return*) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (cinquenta por cento)(desempenho inicial) e um teto de 150% (cento e cinquenta por cento)(desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento. A faixa de desempenho para cálculo do fator de conversão deverá ser revisada e aprovada pelo conselho de administração antes do início de cada concessão anual.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três) anos, também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2025, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Tanto no ILP 2021 quanto no ILP 2025 o critério para fixação do preço é o valor médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

ILP 2021

As concessões sejam realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, após o pagamento do PLR referente ao exercício anterior. Para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

ILP 2025

As concessões sejam realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio. Para os potenciais Beneficiários contratados a partir de 2025, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

ILP 2021

Quanto às Ações Adquiridas pelo beneficiário, serão bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos. Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total *Shareholder Return*" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três) anos, também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

ILP 2025

Como pré-requisito para participação no Plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do Beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas"). No exercício social em que não houver pagamento de PLR pela Companhia, esse pré-requisito de Ações Adquiridas não será exigido do Beneficiário.

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do retorno total ao investidor (o "TSR" ou sigla para *Total Shareholder Return*) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (cinquenta por cento)(desempenho inicial) e um teto de 150% (cento e cinquenta por cento)(desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento. A faixa de desempenho para cálculo do fator de conversão deverá ser revisada e aprovada pelo conselho de administração antes do início de cada concessão anual.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três anos), também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2025, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

ILP 2021

Alteração do Plano: caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano: o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano. Não há previsão para a suspensão do Plano.

ILP 2025

Alteração do Plano: caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano: o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano. Não há previsão para a suspensão do Plano.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

ILP 2021

DESLIGAMENTOS

Se o executivo for desligado ou pedir desligamento durante a vigência do plano:

Parcela do executivo (originada pelo PLR investido):

As ações estarão disponíveis para venda independentemente do tipo de desligamento.

Parcela da empresa (originada pela concessão da empresa):

Ações restritas em carência:

Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, uma parcela das ações, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses (pró- rata), terá a sua posse transferida para o ex-executivo.

Em caso de desligamento por iniciativa do executivo ou por justa causa, a parcela da empresa será perdida.

APOSENTADORIA

Se o executivo se aposentar ou for desligado já aposentado durante a vigência do plano:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Se o executivo aposentado possuir ao menos 10 anos ininterruptos de serviço na empresa e comunicar formalmente sua intenção de desligamento ao conselho de administração com pelo menos 6 meses de antecedência, haverá a aceleração plena das ações em carência.

Se o executivo aposentado não cumprir simultaneamente os dois requisitos acima (10 anos de empresa e comunicação com antecedência de ao menos seis meses de antecedência) e se desligar da empresa por iniciativa própria, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

Se o executivo aposentado for desligado por iniciativa do M. Dias Branco sem justa causa: haverá a aceleração plena das carências apenas caso o executivo tenha mais de 10 anos completos e ininterruptos de serviço na empresa.

Não atendida esta condição, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

FALECIMENTO

Se o executivo falecer durante a vigência do plano:

Em caso de falecimento do participante, eventuais parcelas de ações em carência originadas pela concessão da empresa, serão reduzidas de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses completos, tendo a sua posse transferida para os herdeiros legais.

AÇÕES EM CARÊNCIAS NO CASO DE SAÍDA

Em todos os casos de saída do participante em que não haja perda integral das ações em carência da parcela da empresa, exceto no caso de falecimento, o fator multiplicador final será apurado considerando-se o maior número inteiro de anos possível, sem a realização de cálculos fracionados dentro do ano vigente. Para eventuais lotes no primeiro ano de carência, será assumido um fator multiplicador final igual a 100%.

ILP 2025

DESLIGAMENTOS

Se o executivo for desligado ou pedir desligamento durante a vigência do plano:

Ações Adquiridas (originadas pelo PLR investido): As ações estarão disponíveis para venda independentemente do tipo de desligamento.

Ações Restritas (originadas pela concessão da empresa):

Ações restritas em carência:

Em caso de desligamento por iniciativa do executivo ou por justa causa, a parcela da empresa será perdida.

Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, uma parcela das ações, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses (pró-rata), terá a sua posse transferida para o ex-executivo.

Quando aplicável, caso o desligamento ocorra entre 01º de janeiro até 30 de junho, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do respectivo exercício social para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano vigente.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nos casos em que o desligamento ocorra entre 01º de julho e 31 de dezembro, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do exercício social seguinte para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano seguinte.

APOSENTADORIA

Se o executivo se aposentar ou for desligado já aposentado durante a vigência do plano:

Se o executivo aposentado possuir ao menos 10 anos ininterruptos de serviço na empresa e comunicar formalmente sua intenção de desligamento ao conselho de administração com pelo menos 6 meses de antecedência, haverá a aceleração plena das ações em carência.

Se o executivo aposentado não cumprir simultaneamente os dois requisitos acima (10 anos de empresa e comunicação com antecedência de ao menos seis meses de antecedência) e se desligar da empresa por iniciativa própria, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

Se o executivo aposentado for desligado por iniciativa do M. Dias Branco sem justa causa: haverá a aceleração plena das carências apenas caso o executivo tenha mais de 10 anos completos e ininterruptos de serviço na empresa. Não atendida esta condição, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido conforme mesma condição de Beneficiário desligado por iniciativa da empresa).

FALECIMENTO

Se o executivo falecer durante a vigência do plano:

Em caso de falecimento do participante, eventuais parcelas de ações em carência originadas pela concessão da empresa, serão reduzidas de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses completos, tendo a sua posse transferida para os herdeiros legais.

Caso o falecimento ocorra entre 01º de janeiro até 30 de junho, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do respectivo exercício social para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano vigente.

Nos casos em que o falecimento ocorra entre 01º de Julho e 31 de Dezembro, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do exercício social seguinte para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano seguinte.

ACÕES EM CARÊNCIAS NO CASO DE SAÍDA

Em todos os casos de saída do participante em que não haja perda integral das ações em carência da parcela da empresa, exceto no caso de falecimento, o fator multiplicador final será apurado considerando-se o maior número inteiro de anos possível, sem a realização de cálculos fracionados dentro do ano vigente. Para eventuais lotes no primeiro ano de carência, será assumido um fator multiplicador final igual a 100%.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	0,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável.

8.7 Opções em aberto

Em 31 de dezembro de 2025, não havia nenhuma opção em aberto de membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

**Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Exercício de 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	0,0958%

Exercício de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	0,0860%

Exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	0,0530%

Exercício de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	0,0688%

8.10 Outorga de ações

Exercício de 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	29/05/2026
Quantidade de ações outorgadas	NA	296.711
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de restrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 25,04
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	7.429.643,44

Exercício de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	31/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	NA	288.320
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de restrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 23,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	6.813.001,60

Exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	03/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	NA	177.863
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de restrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 37,13
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	6.604.053,19

Exercício de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	30/04/23
Quantidade de ações outorgadas	NA	231.501
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de restrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 27,43
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	6.350.072,43

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	8,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
N° de ações	0	54.475	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	23,68	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.289.968,00	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	8,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
N° de ações	0	184.846	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	26,64	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-4.924.297,44	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	8,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
N° de ações	0	44.247	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	30,90	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.367.232,30	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista se tratar de um Programa de Incentivo de Longo Prazo por serem ações restritas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, em razão das considerações feitas no item 8.4

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, em razão das considerações feitas no item 8.4.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, em razão das considerações feitas no item 8.4.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, em razão das considerações feitas no item 8.4.

8.13 Participações detidas por órgão

	Quantidade de ações ordinárias*	%
Acionistas Controladores	227.840.941	67,2%
Conselho de Administração	21.467.793	6,3%
Diretoria Estatutária	21.245.567	6,3%
Ações em Tesouraria	3.616.747	1,1%
Free float	64.828.952	19,1%
Total	339.000.000	100,0%

* Posição em 31/12/2025.

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros da Diretoria Estatutária, seguem as informações em forma de tabela:

a. órgão	Diretoria Estatutária / Bradesco.
b. número total de membros	8 membros, dos quais 4 são participantes do plano de previdência e 4 não são participantes.
c. número de membros remunerados	Todos os 8 membros do órgão são remunerados, sendo 7 Vice-Presidentes e 1 Presidente.
d. nome do plano	Previdência Privada Básica – PGBL.
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A.
f. condições para se aposentar antecipadamente	N/A.
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 184.057,84 (principal), acrescido das atualizações selecionadas individualmente por cada membro.
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 184.057,84
i. possibilidade de resgate antecipado e respectivas condições	É facultado ao participante o resgate, a qualquer tempo, dos valores correspondentes às contribuições por ele realizadas ao plano. Nessa hipótese, não haverá direito ao recebimento da parcela aportada pela Companhia. Em caso de desligamento, o tratamento aplicável observará as regras do plano, inclusive quanto à elegibilidade para resgate das contribuições efetuadas pela Companhia e pelo participante.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	8,00	7,00	7.00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	6,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	6.949.832,15	7.458.672,27	5.807.004,83	1.196.111,59	1.142.893,80	1.085.048,22
Valor da menor remuneraçãoReal	3.975.515,43	3.060.377,12	3.628.244,33	552.088,20	531.210,07	463.323,63
Valor médio da remuneraçãoReal	5.617.963,57	4.652.640,26	4.511.871,44	749.893,31	723.995,04	681.999,99

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na Diretoria Estatutária e considerou-se como remuneração o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.	
31/12/2024	A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na Diretoria Estatutária e considerou-se como remuneração o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.	
31/12/2023	A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na Diretoria Estatutária e considerou-se como remuneração o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o cálculo do valor médio de remuneração individual, foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é a quantidade média de membros remunerados, e dois conselheiros não obtiveram remuneração por todo o período.	
31/12/2024	Para o cálculo do valor médio de remuneração individual, foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é a quantidade média de membros remunerados, e dois conselheiros não obtiveram remuneração por todo o período.	
31/12/2023	Para o cálculo do valor médio de remuneração individual, foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é a quantidade média de membros remunerados, e dois conselheiros não obtiveram remuneração por todo o período.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há apólices de seguro contratadas para instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Previsão do Exercício de 2026

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	26,6%	46,1%

Exercício de 2025

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	26,0%	47,3%

Exercício de 2024

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	31,6%	45,3%

Exercício de 2023

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	31,8%	44,4%

Não havia conselho fiscal instalado nos exercícios de 2025, 2024 e 2023.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

Não aplicável, pois todas as informações relevantes já foram apresentadas nos tópicos anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
02/01/2021	02/01/2021	
Descrição dos serviços prestados		
Os auditores prestaram serviço de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e revisão das informações financeiras intermediárias (trimestrais) da M. Dias Branco, bem como auditoria do relatório anual integrado.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Em 2025, foram contratados os seguintes serviços: - Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: R\$ 700.000,00; - Auditoria do Relatório Anual Integrado referente ao exercício de 2024: R\$ 120.000,00.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
26/02/2026	01/01/2026	
Descrição dos serviços prestados		
Foram contratados os seguintes serviços: i) auditoria independente das Demonstrações Financeiras e revisão das Informações Trimestrais; ii) asseguarção razoável sobre relatório de IFRS S1 e S2; e iii) asseguarção limitada de relatório de sustentabilidade GRI.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Não aplicável.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Em 2025, houve a prestação de outros serviços pela empresa de auditoria contratada, KPMG Auditores Independentes, que consistiram na auditoria do relatório anual integrado. A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos auditores.

A Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria, disponível no site de Relações com Investidores, estabelece as regras e diretrizes para a contratação de Serviços Extra Auditoria pela Companhia e/ou suas controladas, observada a legislação vigente aplicável, visando garantir que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência da Auditoria Independente da Companhia. Como parte da política interna, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

Conforme comunicado ao mercado em 26/02/2026, a Companhia aprovou a contratação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda para a realização dos serviços de auditoria independente de suas Demonstrações Financeiras, revisão das Informações Trimestrais do ano de 2026, asseguração do Relatório de Sustentabilidade - GRI e dos Relatórios IFRS S1/S2, iniciando a partir do primeiro trimestre de 2026, respeitada a rotatividade prevista no artigo 31 da Resolução CVM n.º 23/2021.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	420	1083	0	0	0
Não-liderança	4705	10536	0	0	0
TOTAL = 16.744	5125	11619	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	21	657	106	715	4	0	0
Não-liderança	157	4011	1936	9071	66	0	0
TOTAL = 16.744	178	4668	2042	9786	70	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	78	1189	236
Não-liderança	3268	9816	2157
TOTAL = 16.744	3346	11005	2393

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	15	1488	0
Não-liderança	735	14506	0
TOTAL = 16.744	750	15994	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	9	956	15	361	142	20
Não-liderança	34	10045	38	3262	1769	93
TOTAL = 16.744	43	11001	53	3623	1911	113

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	14	29	0	0	0
Nordeste	2794	8207	0	0	0
Centro-Oeste	15	38	0	0	0
Sudeste	1290	2333	0	0	0
Sul	979	932	0	0	0
Exterior	33	80	0	0	0
TOTAL = 16.744	5125	11619	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	8	2	33	0	0	0
Nordeste	127	2106	1198	7522	48	0	0
Centro-Oeste	0	13	1	39	0	0	0
Sudeste	28	1299	659	1625	12	0	0
Sul	23	1145	182	551	10	0	0
Exterior	0	97	0	16	0	0	0
TOTAL = 16.744	178	4668	2042	9786	70	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	35	7
Nordeste	2108	7405	1488
Centro-Oeste	3	43	7
Sudeste	632	2352	639
Sul	579	1106	226
Exterior	23	64	26
TOTAL = 16.744	3346	11005	2393

10.1 Descrição dos recursos humanos

A política de recursos humanos da Companhia está pautada em três premissas fundamentais: alinhamento com a estratégia do negócio, profissionalização e orientação para resultados. Assim, todos os projetos de desenvolvimento dos colaboradores têm forte vinculação com o alcance dos objetivos estratégicos, buscando consolidar práticas corporativas de gestão de pessoas que impulsionem o alto desempenho e favoreçam o clima de trabalho.

Em 2025, reafirmamos nosso compromisso com a excelência em Recrutamento e Seleção ao conduzir 4.154 vagas, assegurando eficiência, previsibilidade e consistência nas entregas. Desse total, 3.097 admissões externas e 346 movimentações internas evidenciam o equilíbrio entre a atração de talentos no mercado e o fortalecimento do desenvolvimento interno. As contratações refletem avanços relevantes em diversidade e capilaridade, com 61,64% de admissões de mulheres e 38,21% de homens, além da representatividade de outros perfis, contribuindo para a construção de um ambiente cada vez mais inclusivo.

O SLA médio de 22 dias manteve o processo dentro dos padrões de excelência, assegurando agilidade e uma experiência positiva para candidatos e gestores. A satisfação dos candidatos permaneceu acima de 85%, com base nas avaliações realizadas na etapa final do processo seletivo.

Avançamos no fortalecimento da marca empregadora com ações estratégicas online e presenciais em todo o país, gerando um crescimento de 163% nesse indicador, conforme pesquisa com participantes. Ao todo, impactamos mais de 15 mil estudantes, consolidando a M. Dias Branco como uma marca empregadora atrativa.

Ainda em 2025, lançamos o Geração Massa Tech, programa de estágio voltado à formação de talentos em tecnologia e análise de dados. A iniciativa contou com 15 estagiários alocados em diferentes áreas de negócio e alcançou 100% de efetivação, reforçando a eficácia do modelo de desenvolvimento e a aderência dos talentos à cultura da companhia.

Em 2025, as capacitações ofertadas pela companhia geraram mais de 448 mil horas, alcançando mais de 16 mil profissionais, entre diretores, gerentes, coordenadores, analistas e demais pessoas colaboradoras, obtendo um valor per capita de 26,96 horas, o que representa um aumento de 1,29 horas em relação ao ano anterior. Neste sentido, este ano também tivemos um aumento significativo nas horas de nossa liderança, que saltou em 32 horas, obtendo um valor per capita de 87,15; isso se deve tanto ao acréscimo de nossos supervisores nesta meta, mas também por um aumento de ações e investimento para este público.

Dentre os principais programas de aperfeiçoamento de colaboradores destacam-se iniciativas voltadas ao desenvolvimento de líderes, dirigentes, cargos táticos, mulheres e estagiários. O Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) teve edições especiais em parceria com diversas áreas e abordou comunicação assertiva. O Programa de Desenvolvimento de Dirigentes (PDD) focou em temas transversais, incluindo tecnologia e Inteligência Artificial. O Game of Talents (GOT) ofereceu uma trilha gamificada sobre análise de dados e protagonismo, com parcerias que ampliaram o conteúdo. O Conexão Mulher acelerou a carreira de mulheres, promovendo a liderança feminina e já resultou em promoções. Por fim, o Programa de Estágio – Geração Massa Tech priorizou o recrutamento e desenvolvimento de estagiários em áreas estratégicas, com capacitação técnica e comportamental.

Ao tratar os temas de competitividade comercial e excelência operacional, foram implementados programas exclusivos para as áreas Comercial e Indústria, garantindo competitividade e excelência nas operações. Em 2025, destacam-se a continuidade das Escolas Industriais, o lançamento da primeira pós-graduação em Tecnologia de Fabricação de Biscoitos, Bolos e Torradas para colaboradores, e a criação da Escola de Moagem, com 13 alunos e 340 horas de aulas presenciais. Houve também a formação da primeira turma Black Belt Lean Six Sigma, envolvendo 15 colaboradores de diferentes áreas e unidades, além da capacitação EAD em TPM, que registrou mais de 400 conclusões com média de 20 horas. No Comercial, a Academia de Vendas foi ampliada, com cursos online gamificados na

10.1 Descrição dos recursos humanos

plataforma Gupy, abordando rotinas de vendas, loja perfeita e ciclo do pedido, além de parceria com a Nielsen para conteúdos focados no consumidor.

Já nos temas de inovação e transformação digital seguimos capacitando colaboradores para novos desafios. Em 2025, foi apoiada a estratégia de adoção de Inteligência Artificial, com o Programa Bora Inovar, realizado em parceria com Lanlink e EY, oferecendo workshops presenciais e online, um curso assíncrono com mais de 1.300 conclusões e eventos ao vivo com mais de 100 participantes, focando na integração da IA com aplicativos administrativos. O evento Inova Week, por meio da Escola de Inovação, trouxe palestras de especialistas da Amazon/AWS e Snowflake, reunindo mais de 170 participantes presenciais e 352 visualizadores na transmissão ao vivo.

Por fim, seguimos oferecendo capacitações customizadas que são mapeadas em parceria com os gestores, tendo como base as demandas dos colaboradores e dos objetivos estratégicos daquela área. Esta ação é conhecida como LNT (Levantamento das necessidades de treinamento) e conta com investimentos financeiros diretos para cada uma das áreas atendidas, são elas: Logística, Suprimentos, Marketing, Estratégia de Vendas, Negócios Internacionais, Contabilidade, Financeira, Administrativa, Pesquisa e Desenvolvimento; e Indústria.

Ademais, as metas da área de Educação Corporativa são estabelecidas de acordo com o histórico de anos anteriores, alcance pretendido das ações e programas daquele ano e boas práticas do mercado. Os treinamentos são registrados com lista de presença, e aplicadas avaliações de reação, eficácia e aprendizagem, de acordo com a carga horária e natureza do treinamento, sendo registrados via sistema. Em termos de acompanhamento, contamos agora com a plataforma RH Numbers, que nos fornece um painel integrado à nossa plataforma e atualizado diariamente, que gera informações para o time de RH de cada unidade, que cuida das ações. Mensalmente esses dados são enviados para equipe de Estratégia e Gestão, comparando o alcance com a meta estabelecida para aquele mês, que caso não tenha sido alcançada, contará com a avaliação de causa com base nestes dados e um plano de ação pensado sob medida.

Para garantir uma comunicação eficaz com os colaboradores, contamos com uma equipe dedicada de Comunicação Interna, responsável pela divulgação de informações relevantes e pelo desenvolvimento de campanhas alinhadas à estratégia do negócio. Nossa atuação é estruturada de forma segmentada para Brasil e Uruguai, respeitando os contextos culturais, processuais e o nível de integração entre os negócios da M. Dias Branco em cada país. O objetivo é assegurar que o conteúdo certo chegue ao público adequado, no idioma correto. Todos os materiais disseminados pelos diferentes canais convergem para a rede social interna, acessível a todos os colaboradores.

Além disso, a Comunicação Interna mantém o programa Porta-Vozes, iniciativa que fortalece a comunicação e o clima organizacional ao promover conexões significativas com o público interno. O programa conta com a atuação de mais de 100 colaboradores, distribuídos em 17 unidades no Brasil e organizados em três turnos de trabalho, ampliando o alcance e a capilaridade da comunicação.

Complementarmente, o Papo Aberto estimula encontros presenciais e virtuais entre colaboradores e a alta liderança, promovendo a comunicação face a face, o diálogo transparente e o engajamento, com impacto positivo no clima da empresa.

Com o intuito de desenvolver a carreira dos colaboradores, realizamos o programa Gestão de Desempenho que propicia o alinhamento dos objetivos individuais aos estratégicos, fornece subsídios para promoções, seleções, treinamentos, melhorias de processos de trabalho, consolidação da cultura de meritocracia, fortalecimento da liderança e aprimoramento do clima organizacional.

Em 2025, foram contemplados no Programa de Gestão de Desempenho 2.180 colaboradores, sendo 1.062 Especialistas e Profissionais, 759 Supervisores e Coordenadores, 334 Gerentes e 24 Diretores Executivos e Estatutários. Por meio desse programa, estimulamos uma cultura de feedback e desenvolvemos os colaboradores de uma forma estruturada, envolvendo a elaboração de Planos de

10.1 Descrição dos recursos humanos

Desenvolvimento Individual (PDI). Foi realizado também 11 workshops, internos e externos, sobre os diversos temas que envolvem a construção e protagonismo da carreira.

O Programa de Sucessão da M. Dias Branco tem como objetivo mapear profissionais e prepará-los para assumirem posições de maior complexidade, atendendo à estratégia da companhia e a sustentabilidade do negócio. Em 2025, foram realizadas atualizações dos potenciais sucessores, bem como seus respectivos níveis de prontidão, interesses de carreira e mobilidade de potenciais sucessores, além da definição de quais ações de desenvolvimento estariam conectadas com a aceleração, para o próximo passo, desses colaboradores. Ao longo do ano, foram realizadas análises sobre o preenchimento das posições estratégicas, de forma a fomentar movimentações internas e reconhecer os potenciais da Companhia.

Os serviços de saúde do trabalho na M. Dias Branco desempenham um papel essencial na identificação e eliminação de periculosidades, além de minimizar os riscos no ambiente laboral. Entre as principais funções destacam-se:

- Monitoramento contínuo: realizamos supervisão constante das condições de trabalho para garantir a eficácia e a atualização das medidas de controle;
- Programas de prevenção: desenvolvemos e implementamos programas de prevenção, como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Conservação Auditiva (PCA);
- Colaboração com Segurança do Trabalho: existe uma estreita colaboração da equipe de Segurança do Trabalho nos processos de saúde do trabalho, oferecendo suporte fonoaudiológico nas avaliações de ruído ambiental, escolha de equipamentos de proteção auditiva e inspeções nas áreas industriais para orientar o uso adequado dos equipamentos;
- Campanhas de promoção da saúde: as campanhas são orientadas pelo Programa de Medicina Preventiva Viver Bem, conscientizando e educando os colaboradores sobre práticas saudáveis no ambiente laboral.

As informações e dados que detalhamos a seguir são obtidas por registros do sistema de saúde informatizado da Companhia.

Oferecemos um plano de saúde integralmente custeado para todos os colaboradores (exceto aprendizes), conforme a elegibilidade de cada cargo, proporcionando acesso a cuidados médicos de qualidade. Complementarmente, oferecemos para os colaboradores (exceto aprendizes e estagiários) um plano odontológico custeado pela Companhia em 70%, promovendo o acesso a tratamentos odontológicos essenciais. Ambos os benefícios incluem aplicativos e programas que permitem ao colaborador acompanhar sua saúde de forma prática e eficiente.

Os programas e iniciativas que relatamos a seguir, conduzidos pela área de Medicina Ocupacional, são amplamente divulgados pela área de Comunicação Interna, por meio de textos e vídeos enviados pelas plataformas digitais e expostos em murais, garantindo o acesso à informação.

No período deste relato, não foram identificadas e registradas doenças ocupacionais no sistema de saúde informatizado da Companhia. Com relação a prestadores de serviço (terceiros), não realizamos registro e controle de doenças profissionais.

O programa de Medicina Preventiva - Viver Bem tem como objetivo planejar ações e campanhas para a prevenção da saúde física e mental, focando em evitar o surgimento de doenças e minimizar o agravamento de condições existentes, promovendo a qualidade de vida dos colaboradores. As ações são estruturadas de forma abrangente, considerando o mapeamento e as características dos colaboradores, costumes e condições locais. O programa promove atividades que incentivam a melhoria contínua e a conscientização dos colaboradores sobre seu potencial de saúde ao longo da vida.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Anualmente, as unidades implementam um cronograma de iniciativas que abordam temas de prevenção e proteção à saúde física e mental, sendo comunicadas de forma sistemática e acessível. As principais temáticas de saúde são disponibilizadas para a área de Segurança do Trabalho como sugestão para os temas de Diálogo de Segurança e Saúde.

Em 2025, realizamos 222 ações preventivas nas unidades, abordando:

- Doenças crônicas;
- Atividade física e sedentarismo;
- Alimentação saudável;
- Dengue e arboviroses;
- Saúde mental;
- Saúde bucal;
- Campanha Carnaval – Prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o vírus da imunodeficiência humana (HIV);
- Campanha de vacinação;
- Prevenção e combate à surdez;
- Dia Mundial da Voz;
- Setembro Amarelo;
- Outubro Rosa;
- Novembro Azul;
- Dezembro Vermelho e Laranja.

Adicionalmente, as unidades Bento Gonçalves (BG), Eusébio (CE), Salvador (BA), Gorduras e Margarinas Especiais em Fortaleza (CE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Maracanaú (CE) e moagem de trigo em Fortaleza (CE) realizaram atendimentos médicos assistenciais em seus ambulatórios, com o apoio das operadoras de planos de saúde.

Durante o ano, realizamos 2.201 consultas médicas aos colaboradores, efetivando a prevenção primária e prevenção de agravos, promovendo diagnóstico, tratamento e a manutenção da saúde de nossas equipes.

Ampliando a promoção e proteção da saúde, disponibilizamos ginástica laboral nas unidades Eusébio (CE), fábrica de Gorduras e Margarinas Especiais em Fortaleza (CE), Natal (RN), Jaboatão dos Guararapes (PE), Maracanaú (CE), moagem de trigo em Fortaleza (CE) e São Caetano do Sul (SP).

Em maio e julho, realizamos a campanha anual de vacinação contra H1N1(Influenza) em algumas unidades industriais, em parceria com as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, aplicando uma média de 796 doses.

Em outubro, promovemos a Jornada da Saúde com o tema “Entre corpo e mente, escolhas que transformam!”. O evento contou com uma programação ampla e interativa. Entre as atividades realizadas, destacaram-se:

- Peças teatrais temáticas, abordando prevenção e escolhas saudáveis;
- Palestras presenciais e on-line, com foco em prevenção de doenças, qualidade de vida e saúde mental;
- Rodas de conversa sobre autocuidado e hábitos saudáveis;
- Campanhas de vacinação (tétano, hepatite B, tríplice viral);
- Sessões de massoterapia, aromaterapia e ginástica laboral, promovendo relaxamento e equilíbrio físico e mental;
- Stands educativos com aferição de pressão arterial, glicemia, orientações sobre saúde bucal, prevenção de ISTs e combate ao mosquito da dengue;

10.1 Descrição dos recursos humanos

A área de Cultura e Experiência do Colaborador é responsável pelo Levemente, o programa de saúde mental da Cia., que tem como objetivo promover a saúde mental e prevenir adoecimentos psíquicos entre os colaboradores da M. Dias Branco.

No Levemente, compreendemos as pessoas de forma integral, entendendo que o cuidado emocional é parte essencial da experiência do colaborador. Dessa forma, o programa atua de maneira contínua e integrada, oferecendo diferentes frentes de cuidado, acolhimento, desenvolvimento e prevenção em saúde mental.

Dentro do Levemente, são desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Serviço de atendimento psicológico realizado no formato de atendimentos individuais, garantindo um espaço seguro de escuta, acolhimento e cuidado;
- Rodas de conversa psicoeducativas, voltadas para reflexão, troca de experiências e desenvolvimento de repertório emocional;
- Campanhas de conscientização e sensibilização sobre temas relacionados à saúde mental, bem-estar emocional e prevenção de adoecimentos psíquicos;
- Mentoria em saúde mental, direcionada exclusivamente para lideranças, com foco no fortalecimento da segurança psicológica, do cuidado com as equipes e da construção de ambientes de trabalho mais saudáveis.

Outro ponto de destaque do programa é o investimento contínuo da Companhia na capacitação das lideranças em temas relacionados à saúde mental. Ao reconhecer o papel modelador das lideranças na construção de ambientes saudáveis, as campanhas do Levemente incluem momentos e ações direcionados exclusivamente a esse público, reforçando sua responsabilidade e protagonismo nesse processo.

Nesse contexto, são realizados workshops, rodas de conversa e ações formativas, com foco no desenvolvimento de repertório emocional, escuta ativa e práticas de cuidado no dia a dia da gestão. Destaca-se a Mentoria em Saúde Mental para Lideranças, cujo objetivo é capacitar líderes para criar ambientes de trabalho psicologicamente seguros, sustentados por práticas de cuidado e inteligência emocional, de forma que essas atitudes reverberem positivamente nas equipes e contribuam para um clima organizacional mais saudável, colaborativo e orientado ao bem-estar.

A mentoria ocorre no formato de atendimento individual e personalizado, garantindo profundidade e aderência às necessidades de cada líder. No último ciclo, 65 líderes inscritos de forma orgânica, e a avaliação do serviço indicou alto índice de satisfação entre os participantes, reforçando a relevância e a efetividade da ação.

A área também é responsável pela gestão dos Programas de Reconhecimento da Companhia, atuando de forma estratégica no fortalecimento do engajamento dos colaboradores, com esse propósito, são desenvolvidas e administradas iniciativas estruturadas que estimulam e disseminam práticas de reconhecimento, promovendo o sentimento de pertencimento, valorização e conexão com a cultura organizacional. Os programas conduzidos pela área são:

Mandou Bem: Iniciativa da M. Dias Branco para reconhecimento de colaboradores que abraçam nossos valores e fazem a diferença, entregando resultados importantes para a Companhia! Essa ação é voltada para a liderança reconhecer suas equipes por entregas que fizeram a diferença!

Receita de Sucesso: O Receita de Sucesso é o programa de reconhecimento dos colaboradores por tempo de empresa. Algumas das ações que são realizadas por meio dessa frente de reconhecimentos são:

10.1 Descrição dos recursos humanos

Selo Receita de Sucesso: Os colaboradores que completarem 05, 10, 15, 20, 25, 30, 35 e 40 anos de empresa, recebem um selo personalizado em seu perfil aqui no Workplace. Os selos são dados aos colaboradores no mês que completam o tempo de casa estipulado.

Evento Receita de Sucesso: Esta ação é voltada para os colaboradores que completam as décadas do programa (10, 20, 30 e 40 anos de empresa). Em parceria com os times de RHs das unidades, é realizado um evento de reconhecimento e celebração pela história dos colaboradores contemplados. Cada homenageado recebe um kit personalizado do programa.

Escutas de times: as escutas dos times acontecem a partir da necessidade de uma área. O formato dessa abordagem é por meio de grupos focais com público definido previamente e parte de pressupostos sobre questões que permeiam as equipes. Esses momentos garantem o anonimato das respostas dos participantes e proporcionam um espaço de acolhimento e escuta especializada.

Mistura para TODOS: é o programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) da M. Dias Branco, criado para fomentar a diversidade e promover a inclusão no dia a dia dos colaboradores. Ele reforça o posicionamento da companhia e seu compromisso com a construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos, independentemente de idade, cor ou raça, gênero, orientação sexual, religião, origem ou deficiência. Com um formato for all, o programa tem como premissa o respeito à diversidade e o apoio a grupos historicamente minorizados, como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+.

Para garantir ações estruturadas e eficazes, o Mistura para Todos se baseia em seis pilares: governança estruturada, letramento e desenvolvimento, calendário inclusivo, metas e indicadores internos e externos, política exclusiva de Direitos Humanos e Diversidade, além de materiais e guias didáticos.

Os indicadores e metas de diversidade são ferramentas essenciais para garantir transparência e compromisso com o progresso. Entre as principais metas, está o objetivo de alcançar até 2030 a marca de 40% de mulheres em cargos de gerência ou acima. A Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão esclarece o posicionamento da companhia sobre esses temas e orienta toda a cadeia de valor quanto às diretrizes adotadas para proteger os direitos de todas as pessoas.

A Semana da Diversidade acontece anualmente e conta com uma programação especial voltada à promoção da diversidade dentro da empresa. São realizadas palestras, podcasts, distribuição de brindes e outras ações que reforçam a importância da inclusão e do respeito à diversidade no ambiente corporativo.

A área de Responsabilidade Social vai além de realizar ações: buscamos promover transformação social concreta, inspirando pessoas e fortalecendo comunidades por meio do respeito e do diálogo. Atuamos incentivando o desenvolvimento local, a qualificação e o empreendedorismo, além de apoiar iniciativas de inclusão social e geração de renda. Também estimulamos o voluntariado dos colaboradores.

Os programas realizados pela área são:

Fábrica de Voluntários: Nosso programa de voluntariado corporativo tem como objetivo inspirar e mobilizar pessoas em torno de uma cultura solidária e da prática cidadã, promovendo a transformação de vidas por meio de ações voluntárias e do fortalecimento da responsabilidade social. Por meio do programa, os voluntários são incentivados a atuar junto às comunidades do entorno, doando tempo, conhecimentos e habilidades. Essa atuação se dá em diferentes frentes, como participação em eventos de entrega de doações e visitas, ações de limpeza de praias e mangues, além de trabalho voluntário consultivo e expediente em instituições parceiras. Em 2025, iniciamos a frente Gestão com Propósito, voltada ao engajamento das lideranças nas ações sociais da companhia e à ampliação da compreensão sobre o impacto gerado nos territórios onde atuamos. A iniciativa envolveu 60 líderes nos estados do Ceará, Bahia e Rio de Janeiro, promovendo experiências práticas e reflexões estruturadas sobre

10.1 Descrição dos recursos humanos

responsabilidade social, com impacto direto em três instituições e fortalecimento da conexão com as comunidades. No mesmo ano, foram registradas 2.816 horas de trabalho voluntário, com a participação de 525 colaboradores em todo o Brasil.

Alimentando Sonhos: Com o compromisso de impactar 150 mil pessoas até 2030, nosso programa de fomento ao empreendedorismo e à profissionalização no setor alimentício promove inclusão social, empregabilidade e desenvolvimento econômico nas comunidades onde atuamos. A iniciativa oferece cursos práticos de preparo de pães, bolos, doces, salgados, massas e pizzas, capacitando públicos locais para atuar no setor e desenvolver soluções sustentáveis para a economia regional. As formações são realizadas por meio de parcerias estratégicas com instituições especializadas na qualificação profissional em gastronomia. Desde seu lançamento, em 2022, o programa já capacitou 51.815 pessoas em dez estados do Brasil, com o apoio de 33 instituições parceiras. Somente em 2025, foram 20.515 pessoas beneficiadas. A iniciativa reforça nosso compromisso com a redução de desigualdades e com a geração de emprego e renda, incentivando o protagonismo e a construção de um futuro mais próspero.

Nutrir o Amanhã: O Programa de Doação de Alimentos e Combate à Fome é uma iniciativa que vai além do atendimento imediato, promovendo transformação social por meio da redução da fome e do desperdício de alimentos. Atuamos com foco especial em públicos mais vulneráveis, como crianças e idosos, por meio de parcerias estratégicas e projetos inovadores. Atualmente, o programa beneficia 127 instituições em todas as regiões do país, incluindo bancos de alimentos, que desempenham papel essencial na redistribuição e no acesso a refeições para populações em situação de vulnerabilidade. As doações são realizadas de forma contínua, fortalecendo projetos sociais e ampliando o alcance das ações nas comunidades atendidas. Em 2025, foram doadas 2.166,9 toneladas de alimentos por meio de 29 unidades doadoras, o equivalente a R\$ 23,4 milhões, reforçando nosso compromisso com a segurança alimentar e o impacto social positivo.

Social Massa: Em 2025, realizamos a segunda edição do Social Massa, iniciativa voltada à ampliação do acesso da comunidade a serviços gratuitos de cidadania, saúde, cultura e educação. O evento beneficiou mais de 3 mil pessoas e reforçou nosso compromisso com o desenvolvimento social nos territórios onde atuamos. A ação foi construída em rede, com a participação da União de Jovens do Vicente Pinzón, do Governo do Estado do Ceará, além de empresas e organizações do terceiro setor, que contribuíram com serviços, atendimentos e infraestrutura. Durante o evento, foram oferecidos encaminhamentos para oportunidades de trabalho, emissão de documentos, atendimentos básicos de saúde e odontologia, além da entrega de kits de apoio às famílias. Em 2025, o Social Massa foi reconhecido nacionalmente com o 2º lugar no Prêmio Aplauda, na categoria Legado, que destaca iniciativas com impacto social positivo e contínuo. O reconhecimento reforça a relevância do projeto na ampliação do acesso a serviços essenciais, no fortalecimento de parcerias e na promoção do desenvolvimento comunitário.

Futuro que dá Custo: Programa iniciado em 2024 e desenvolvido ao longo de 2025, voltado à inclusão social e profissional de jovens de 15 a 18 anos acolhidos em orfanatos, por meio da contratação como jovens aprendizes. A iniciativa é realizada em parceria com a M. Dias Branco, o Instituto de Educação Portal (IEP) e orfanatos locais, unindo oferta de oportunidades, qualificação profissional e indicação dos jovens. O programa promove desenvolvimento pessoal e profissional, ampliando perspectivas de futuro e autonomia.

Parcerias sociais: A M. Dias Branco apoia mais de 120 instituições sociais em todo o Brasil. Com projetos relevantes voltados à educação, profissionalização, geração de renda, esporte, cultura, empreendedorismo, saúde e meio ambiente, essas iniciativas alcançam diferentes públicos e colaboram para o desenvolvimento local de suas regiões de atuação. Juntamente com essas instituições, investimos em projetos, doamos alimentos e oferecemos trabalhos voluntários com a participação de nossos colaboradores, dentre outras formas de apoiar, financeiramente ou não, suas iniciativas oferecidas.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Engajamos constantemente nossos colaboradores na Agenda Estratégica ESG da Companhia, relançada em 2022, quando foram atualizados os temas materiais e assumidos compromissos públicos a serem alcançados até 2030. Nossa agenda é composta por 15 temas prioritários, indicadores, metas e uma governança clara, na qual nossos líderes protagonizam o alcance dos resultados. Ao longo de 2025, os colaboradores envolvidos nessa agenda foram capacitados nos diversos temas prioritários e viabilizaram entregas importantes para tornar mais próximo nosso resultado frente às metas 2030. Como resultado, continuamos integrando a carteira de empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice de Diversidade (IDIVERSA) e Índice GPTW (IGPTW), todos da B3. No CDP, atingimos nível A- para o tópico de mudanças climáticas e B para segurança hídrica (nossa primeira pontuação nesse tópico). Além disso, tivemos outras importantes conquistas, como a manutenção da nota AA em nosso rating ESG na avaliação da MSCI (Morgan Stanley Capital International), reconhecida internacionalmente por publicar índices de desempenho das principais ações e bolsas de valores do mundo.

Todas as áreas de negócio apoiam a governança da Agenda Estratégica ESG por meio de práticas, programas e projetos. Cada tema priorizado é tratado por meio de Grupos de Trabalho (GTs) multidisciplinares e/ou faz parte do escopo de atividade de uma área específica. Os resultados das iniciativas são reportados periodicamente ao Comitê de Sustentabilidade e ao nível diretivo nas reuniões mensais de Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A aprovação e reporte das metas vinculadas aos temas de sustentabilidade perpassam pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade (formado por seis diretores executivos), Comitê de ESG (formado por seis membros de posições estratégicas da Companhia, sendo um deles independente) e o Conselho de Administração (formado por oito membros, sendo três deles independentes). O Conselho de Administração é a maior instância de governança da Companhia e tem dentre suas responsabilidades o acompanhamento dos desafios nos temas prioritários e das demandas de stakeholders, viabilizando o engajamento junto às principais partes interessadas, seja por meio das metas da nossa agenda de sustentabilidade ou de projetos estratégicos aprovados e discutidos ao longo do ano.

Divulgamos nossa Política de Sustentabilidade para os stakeholders e reforçamos nossos esforços para fazer cumprir os princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Integramos também o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial da CGU e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, vinculado ao Instituto Ethos e ao Empresa Limpa, fortalecendo nosso compromisso para a promoção de um mercado mais íntegro e ético.

No mês de abril de 2026, foi publicado o Relatório Anual Integrado da Companhia referente ao exercício de 2025. Para avançar na agenda sustentável é preciso envolver toda a cadeia de valor da empresa. Por isso, foram realizadas diversas atividades de engajamento no decorrer do ano. Listamos algumas:

- a. Realização do Encontro de Sustentabilidade com o tema “Cultura de Sustentabilidade: quando pessoas transformam compromisso em legado”. O evento contou com dinâmicas educativas, desafios de engajamento, encontros dos grupos de trabalho, visitas de parceiros do terceiro setor, capacitações com parceiros externos, live com Pacto Global da ONU – Rede Brasil e outras empresas parceiras e ativação do Espaço ESG FIEC (Unidade Eusébio);
- b. Inovação e aceleração das iniciativas ESG: O programa incentivou parcerias externas, promoveu benchmarking e ofereceu capacitações em inovação aplicada à sustentabilidade, ampliando a geração de soluções e o engajamento das equipes;
- c. Indicadores ESG para Gerências Executivas: O Rating da Agenda Estratégica ESG, composto por um conjunto de indicadores que avaliam o progresso no cumprimento das metas públicas para 2030, também passou a integrar a árvore de indicadores de todos os gerentes executivos da Companhia, compondo o cálculo da participação nos lucros e resultados;
- d. Comunicação e educação para sustentabilidade: Fortalecemos a comunicação em sustentabilidade por meio de iniciativas direcionadas a públicos estratégicos. Para o público

10.1 Descrição dos recursos humanos

interno, lançamos uma newsletter voltada aos colaboradores envolvidos na Agenda Estratégica ESG, com destaque para o desempenho dos compromissos públicos, principais realizações e o compartilhamento de boas práticas. Para os públicos externos, mantivemos o Informe de Sustentabilidade — direcionada a fornecedores, clientes, distribuidores e comunidades —, reforçando o papel da cadeia de valor na disseminação de práticas responsáveis.

e. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior	Total
Produção	0	900	0	118	59	0	1.077
Comercial	37	608	14	238	53	0	950
Logística	0	1.594	0	800	41	0	2.435
Administrativo	0	61	0	4	0	0	65
Total	37	3.163	14	1.160	153	0	4.527

f. índice de rotatividade

	2023	2024	2025
Índice de Rotatividade	13,44%	12,10%	17,53%
Índice de Rotatividade (Média Mensal)	1,12%	1,00%	1,46%

10.2 Alterações relevantes

Não houve alteração relevante com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma estratégia de remuneração baseada em três pilares: alinhamento com as prioridades estratégicas do negócio, fortalecimento da cultura de resultados e equilíbrio salarial interno/externo (práticas de mercado), de forma a assegurar atratividade na captação e retenção de talentos. Os salários fixos são reajustados, anualmente, conforme acordos ou convenções coletivas das categorias de empregados e a legislação trabalhista.

A Companhia concede, ainda, reajustes salariais, mediante promoção/mérito de colaboradores que se destacam em seu desempenho e contribuem de uma maneira diferenciada para o atendimento das demandas do negócio, em alinhamento com o modelo de Gestão do Desempenho e com a Política de Cargos, Carreiras e Remuneração, as diretrizes são aplicadas independente de gênero, orientação sexual, etnia, raça, deficiência e faixa etária.

A remuneração variável mensal é concedida para a equipe comercial, como forma de impulsionar o alcance dos resultados estabelecidos na Gestão Estratégica e Orçamentária da Companhia. Além disso, adota-se de forma corporativa o programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que contempla todos os colaboradores, vinculado ao alcance de metas setoriais e corporativas, com múltiplos de salários alinhados às práticas de mercado em organizações de porte semelhante, definidos conforme a natureza do cargo. Adota-se a concessão do Incentivo de Longo Prazo (ILP) para o nível de Diretoria Estatutária Celetista, Diretoria Executiva e Gerência Executiva, potencializando o comprometimento de todos com a sustentabilidade do negócio e o seu desempenho no longo prazo.

b. política de benefícios

O pacote de benefícios concedidos aos empregados da Companhia inclui assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, custeio de treinamentos técnicos e comportamentais, transporte coletivo ou vale-transporte, refeição ou vale-refeição, cesta básica, auxílio-creche, subsídio de parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil, licença não remunerada para colaboradores que se ausentam para desenvolvimento de sua carreira, como um curso no exterior, folga aniversário, modelo híbrido diferenciado pós licença maternidade, licença paternidade estendida e plano de previdência privada para os colaboradores.

c. planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
6.949.832,15	34.375,32	202,18
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém diálogo permanente com as entidades sindicais que representam as categorias em que atuamos nas unidades no Brasil, mediante realização de reuniões periódicas em que são tratadas as demandas de salários, benefícios e melhorias nas práticas do trabalho.

As negociações são conduzidas pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídico, sempre considerando a conjuntura externa (inflação, Produto Interno Bruto, crescimento do País, nível de desemprego e reajuste do salário-mínimo), bem como o cenário do negócio (desempenho das vendas e cumprimento do orçamento) para subsidiar as decisões da Diretoria Executiva.

Não houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais (2023, 2024 e 2025).

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Contratação de Partes relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2013 e última revisão em 20 de setembro de 2024, visando assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, com estrita observância das regras legais contidas na lei nº 6.404/76 e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A referida política se aplica a todas as unidades e está baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas Normas da Comissão de Valores Mobiliários que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 05, nas regras do Novo Mercado e nas melhores Práticas de Governança Corporativa.

Conforme a referida política, a realização de transação com parte relacionada somente deve ser realizada quando atendidos os requisitos mínimos, como a comprovação de que a parte relacionada efetivamente dispõe de condições para comercializar ou prestar o serviço pretendido nas condições de qualidade exigida, quando existir comprovação documental que a parte relacionada cobra preços compatíveis com o mercado e que a operação não gerará prejuízos para a Companhia, dentre outros requisitos.

Quando envolver montante relevante, a transação deverá ser pré-analisada pelo Comitê de Auditoria, que deverá verificar as vantagens da transação para a Companhia. Posteriormente, a análise deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que se manifestará expressamente sobre sua aprovação. Em regra, a Companhia não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia figura em parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

A Política de Contratação de Partes Relacionadas está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse.

As operações contratadas estão resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Buhler & Scherler S.A.	02/12/2025	448.593,00	358.874,40	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Compra de ativo imobilizad					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	13/10/2016	0,00	192.729,15	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Ressarcimento de despesas e custas processuai					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Idibra Participações S.A.	25/06/2025	11.263,52	9.166,98	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controlador					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Idibra Participações S.A.	21/03/2025	4.480,00	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços em construção civi					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LDB Logística e Transporte Ltda.	06/01/2025	1.356.254,53	412.446,70	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de transporte de carg					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LDB Transporte de Cargas Ltda.	20/06/2024	0,00	23.775,74	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de outras mercadoria					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LDB Transporte de Cargas Ltda.	02/01/2025	19.230.869,92	4.832.895,28	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de transporte de carg					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda	14/03/2025	1.277.452,93	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de hotelari					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	02/02/2025	7.974,61	680,16	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controlador					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Riviera Lazer S.A	09/01/2025	8.019,88	1.113,34	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controlador					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Support Administração e Serviços S/S Ltda.	02/01/2025	1.445.823,59	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de hotelari					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	21/01/2025	12.332.835,47	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto					
Objeto contrato	Serviço de descarga de trig					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	24/01/2025	4.892.487,87	1.004.109,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto					
Objeto contrato	Prestação de serviços na descarga de matéria-prima e outros serviço					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	09/01/2025	25.189,06	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controlador					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	21/01/2025	8.039.250,11	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviço					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	18/02/2014	0,00	1.237.745,82	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	IPTU-Cota únic					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
WEF Engenharia e Automacao Ltda.	11/06/2025	191.080,00	0,00	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Compra de ativo imobilizad					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
WEF Engenharia e Automacao Ltda.	24/01/2025	1.570.545,72	749.001,78	Não se aplica	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamento					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à Administração a que estavam subordinadas, em linha com as práticas existentes atualmente na Companhia.

A Companhia realiza, por meio de sua Diretoria, análises prévias das condições das transações com partes relacionadas. Adicionalmente, adota práticas de governança corporativa, do Regulamento do Novo Mercado, e atua em conformidade à Lei das Sociedades por Ações, a qual prevê, dentre outras, que qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Para o tratamento de conflito de interesses, a Companhia dispõe de política específica com o propósito estabelecer regras, diretrizes e métodos a serem observados para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas, assim como outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas. Dessa forma, adotamos as seguintes medidas: (i) instalação de um Comitê de Ética, que é o órgão responsável por assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético, o qual deve ser consultado em todos os casos de possíveis conflitos de interesses; (ii) monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do Código de Ética da Companhia pelo Comitê de Auditoria, órgão formado apenas por membros independentes; (iii) supervisão pelo Conselho de Administração do relacionamento entre os executivos entre si e com as demais partes interessadas, mediando e solucionando impasses e conflitos; e (iv) solução de conflito de interesses por meio de arbitragem, conforme o capítulo X do Estatuto Social.

o. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas estão em linha com as praticadas pelo mercado e são realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em consideração análises feitas pela Administração para cada operação. A escolha da empresa a ser contratada também leva em consideração as condições comerciais e/ou qualificações técnicas aplicáveis.

Nos contratos mencionados no item 11.2, não há taxas de juros, tendo em vista a natureza de tais contratos. Os negócios e as operações entre a Companhia e as partes relacionadas, atualmente em vigor até a data de publicação deste documento, estão brevemente resumidos abaixo.

Prestação de serviço de descarga de trigo e outros serviços

A Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e o Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A., empresas com controle compartilhado, prestam serviços de descarga de trigo e outras matérias-primas para a Companhia com preços e condições de mercado. Nessas mesmas condições, também ocorrem operações de descarga de trigo contratadas entre a Companhia e o Terminal Portuário Cotegipe S.A., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Fornecimento de produtos fabricados pela controladora

A Companhia vende produtos para as empresas Idibra Participações S.A., Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda., Terminal Portuário Cotegipe S.A. e Riviera Lazer S.A., praticando preços e condições adequados aos de mercado. As empresas não são controladas nem coligadas à Companhia, mas

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Transporte de cargas

A Companhia contrata serviços de transporte de cargas da LDB Transporte de Cargas Ltda. e da LDB Logística e Transporte Ltda., empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas da qual o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio. Como usual neste tipo de contratação, a Companhia não celebra contratos formais para realizar essas operações, mas as contratam por demanda, formalizada por meio de conhecimentos de frete. O valor das operações é determinado mediante negociação específica com a empresa supracitada e também comparado com preços de transporte do mercado, por meio do Índice Nacional do Custo de Transportes de Lotações – INCTL, que é aceito como uma referência de mercado para este tipo de serviço.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Fornecimento de outras mercadorias

A Companhia vende outras mercadorias para a empresa LDB Transporte de Cargas Ltda. praticando preços e condições adequados aos de mercado. A empresa não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Compra de ativo imobilizado

A Companhia compra ativos imobilizados das empresas WEF Engenharia e Automação Ltda. e Buhler & Scherler S.A. A empresa WEF Engenharia e Automação Ltda. não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Contratação de serviços de hotelaria

A Companhia contrata serviços de hotelaria para seus colaboradores e prestadores de serviços com as empresas Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda. e Support Administração e Serviços S/S Ltda. A Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda. não é controlada e nem coligada à Companhia, mas Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. A contratação do serviço é feita por agência de turismo independente.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'***Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos***

A Companhia contrata serviços de manutenção e instalação de equipamentos da empresa WEF Engenharia e Automação Ltda.. A WEF Engenharia e Automação Ltda. não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

Prestação de serviços para construção civil

A Companhia contrata serviços de construção civil da Idibra Participações Ltda., empresa que não é controlada e nem coligada à Companhia, mas das quais Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2025 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, ver item 11.2.

11.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
26/03/2021			2.597.656.478,44
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
339.000.000		0	339.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, pois a Companhia é uma empresa de origem nacional e todos os valores mobiliários por ela emitidos estão custodiados no mercado brasileiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures objeto de colocação privada, sem intermediação e/ou qualquer esforço de venda.
Data de emissão	15/03/2021
Data de vencimento	13/03/2031
Quantidade	523.024
Valor nominal global R\$	523.024.000,00
Saldo Devedor em Aberto	698.223.842,43
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures ("Prazo de Adesão"); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como "produtos agropecuários" para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como "produtores rurais" nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 ("IN RFB 971"), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

-

Outras características relevantes

-

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor mobiliário

Debêntures objeto de colocação privada, sem intermediação e/ou qualquer esforço de venda.

Data de emissão

15/03/2021

Data de vencimento

13/03/2028

Quantidade

288.620

Valor nominal global R\$

288.620.000,00

Saldo Devedor em Aberto

384.928.126,78

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

Colocação Privada

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures”), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (“Prazo de Adesão”); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão (“Boletim de Subscrição”), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como “produtos agropecuários” para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como “produtores rurais” nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 (“IN RFB 971”), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código "MDIA3" desde outubro de 2006.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui ações negociadas em mercados estrangeiros. Todas as suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, pois a Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

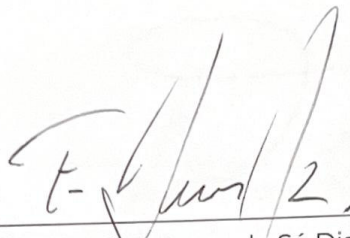
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Diretor Presidente	Alterado	
Gustavo Lopes Theodozio	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Diretor Presidente da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Diretor Presidente

M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

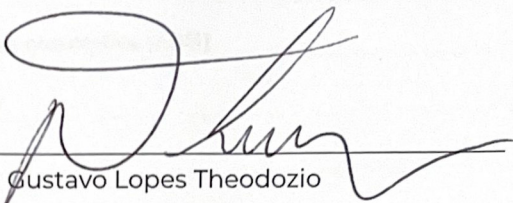


Rafael Rocha
Ger. Exec. Jur e Gov
M. Dias Branco

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Gustavo Lopes Theodozio, Diretor de Relações com Investidores da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e
Diretor de Relações com Investidores
M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos



Rafael Rocha
Ger. Exec. Jur e Gov
M. Dias Branco

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.